

PARECER INDEPENDENTE

sobre o 1º Empréstimo Sustentável e Azul da COPASA em 2024¹

Valor dos empréstimos: EUR 200.000.000

Prazo para o saque: Dezembro/2028

Alinhamento com ODS



Enquadramento em categorias GLP/SLP




- Gestão sustentável de água e esgoto;
- Prevenção e controle de poluição;
- Conservação da biodiversidade terrestre e aquática;
- Ampliação do acesso a serviços de saneamento básico, em especial o esgotamento sanitário, água potável e tratamento de efluentes.

Enquadramento com Taxonomia da CBI

- Infraestrutura de Água.

Enquadramento com Blue Finance Area²

- Abastecimento de água;
- Saneamento.

GLP/SLP	Nível de alinhamento com as melhores práticas	Destaque	Lacunas para liderança
1. Uso de recursos		<ul style="list-style-type: none"> ✓ 100% dos recursos serão alocados em CAPEX de projetos voltados para execução de novas ligações de água e esgoto, ajustes nas redes terciárias e melhoria da eficiência operacional das operações da empresa; ✓ Cerca de 90% dos recursos serão direcionados para financiamento de gastos futuros; ✓ Os gastos que serão refinanciados têm anterioridade inferior a 24 meses; ✓ Uso de recursos enquadrado entre as categorias elegíveis dos <i>Green Loan Principles</i>, e <i>Social Loan Principles</i>, incluindo população-alvo definida; ✓ Uso de recurso enquadrado nas categorias de projetos “Abastecimento de água” e “Saneamento”, definidas pelo <i>Blue Finance Guidelines</i> da IFC. 	<ul style="list-style-type: none"> ✗ Cerca de 10% dos recursos serão destinados para refinanciamento de gastos; ✗ Os recursos serão integralmente alocados em mais de 48 meses, período maior do que o considerado boa prática pela ERM NINT.
2. Seleção e avaliação de projetos		<ul style="list-style-type: none"> ✓ O financiamento está alinhado a estratégia ASG da COPASA; ✓ Foi realizada uma avaliação de riscos ambientais e sociais dos projetos a serem financiados, que foi consolidada em um Marco de Gestão Ambiental e Social - MGAS; ✓ Foram determinados critérios de exclusão ambientais e sociais específicos para o Programa e Investimentos; ✓ Foi constituída uma Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), responsável por acompanhar a evolução dos projetos e incluir cláusulas relativas aos critérios de exclusão nos Termos de Referência das obras, com o objetivo de gerir adequadamente os potenciais impactos negativos dos projetos; ✓ Os projetos devem passar por aprovação da Superintendência de Desenvolvimento Ambiental da COPASA - SPDA, através da Unidade de Controle Ambiental - USCA; ✓ É estimado que os investimentos no Componente 1 permitirão a ligação de cerca de 40.000 agregados familiares à rede de água potável e de 135.000 agregados familiares à rede de saneamento entre 2023 e 2027; ✓ É estimado que os investimentos no Componente 2 irão evitar mais de 12 milhões de m3 de perdas técnicas por ano e regularizar 80.000 ligações informais. 	<ul style="list-style-type: none"> ✗ Os indicadores de emissões de GEE monitorados pela Companhia não são específicos aos projetos e a COPASA não realizou uma avaliação ampla de vulnerabilidade climática dos projetos, não atendendo integralmente os critérios definidos nas taxonomias da CBI, para emissão de títulos climáticos, e na EU, para enquadramento de atividade econômica sustentável; ✗ A Companhia possui histórico de controvérsias ASG de alta severidade relacionadas a processos judiciais referentes a danos ambientais provocados pela empresa.
3. Gestão de recursos		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Valor do CAPEX previsto para os projetos é superior ao valor disponibilizado pela linha de crédito; ✓ Os recursos da linha de crédito serão creditados em uma conta específica para os projetos - Conta de Financiamento de Despesas Elegíveis do Projeto; ✓ A Conta de Financiamento de Despesas Elegíveis do Projeto será auditada externamente anualmente de modo a verificar que os recursos foram utilizados de acordo com os termos estabelecidos no contrato; ✓ A realização dos saques (exceto para o primeiro desembolso) está condicionada a entrega da COPASA para a AFD de um certificado indicando que pelo menos 80% 	

4. Relato



- do Adiantamento imediatamente anterior ao Adiantamento solicitado na Solicitação de Saque e 100% do penúltimo Adiantamento foram utilizados;
 - ✓ Alocação temporária dos recursos em ativos com baixo risco de contaminação;
 - ✓ Cláusula de vencimento antecipado caso a COPASA não utilize os recursos exclusivamente para investimento e/ou refinanciamento das despesas elegíveis
-
- ✓ Relato público de indicadores financeiros e de impacto socioambiental ocorrerá anualmente até a alocação total dos recursos nos projetos;
 - ✓ A equipe socioambiental da COPASA irá apresentar relatórios de monitoramento semestrais sobre o desempenho ambiental, social, de segurança e de saúde ocupacional das obras para a AFD;
 - ✓ Verificação externa ocorrerá em até 24 meses após a assinatura do contrato;
 - ✓ O Parecer de Pré-Emissão e o Relatório de Verificação pós-emissão serão disponibilizados no site COPASA.

- ✗ O relato dos indicadores socioambientais selecionados irá refletir a performance da emissora como um todo, não apenas dos projetos financiados.

¹ Contrato de linha de crédito entre Companhia de Saneamento de Minas Gerais COPASA MG e *Agence Française de Developpement*.

² Baseado nos *Guidelines for Blue Finance* da IFC: <https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/cdbfb6c5-2726-47a6-9374-6a6f86032dd4/IFC-guidelines-for-blue-finance.pdf?MOD=AJPERES&CVID=nWxsyxN>

Sobre a ERM NINT

A ERM NINT (Natural Intelligence) é a maior prática de consultoria e pesquisa ASG na América Latina. Com uma equipe de +100 colaboradores e presença local no Brasil e América Latina, somos uma das 5 melhores casas de pesquisa socioambiental para investidores de acordo com o *Extel Independent Research in Responsible Investment - IRR* 2019. Fomos a primeira organização latino-americana a avaliar as credenciais verdes de títulos de dívida e trabalhamos na avaliação externa de mais de 200 operações de dívida ESG. Desde 2020 estamos entre os 10 maiores provedores globais de segunda opinião para títulos sustentáveis, conforme a *Environmental Finance*. Em 2023, a ERM NINT passou a integrar o Grupo ERM.

SUMÁRIO

1. Escopo de trabalho	4
2. Opinião	7
3. Performance ASG da COPASA	30
4. Método.....	46
5. Sustainable Loan Principles Form	48
Anexo I - Política de Gestão da AFD	54
Anexo II - Potenciais impactos socioambientais do Programa de Investimento para Universalização dos Serviços de Saneamento Básico da COPASA	56
Anexo III - Alinhamento dos projetos com a Taxonomia da União Europeia	71

1. Escopo de trabalho

O objetivo deste Parecer é prover uma opinião independente sobre o enquadramento como Empréstimo Sustentável (“Sustainability Loan”) e Empréstimo Azul (“Blue Loan”) de uma linha de crédito prestada pela *Agence Française de Développement* (“Credor”) para a Companhia de Saneamento de Minas Gerais COPASA (“COPASA”) ou (“Companhia”). Os recursos obtidos através da linha de crédito serão destinados a (i) executar novas ligações de água e esgoto e realizar ajustes nas redes terciárias, conforme necessário, para substituir tubulações antigas ou subdimensionadas e permitir uma melhor operação; e (ii) aumentar a eficiência operacional da COPASA, reduzindo a quantidade de água não faturada na Região Metropolitana de Belo Horizonte. O montante da linha de crédito é de EUR 200.000.000.

O enquadramento do empréstimo como “Blue Loan” considerou as diretrizes para realização de Empréstimos Azuis divulgadas pela *International Finance Corporation* (IFC). Seguindo os *IFC’s Guidelines for Blue Finance*, um “Blue Loan” é um empréstimo que está alinhado aos *Green Loan Principles* e movimenta recursos exclusivamente dedicados a financiar ou refinar atividades que contribuem para a proteção dos oceanos e/ou para uma melhor gestão de recursos hídricos.

A ERM NINT utilizou seu método proprietário de avaliação, que está alinhado com os *Guidelines for Blue Finance*³ da IFC, os *Green Loan Principles* (GLP)⁴, os *Social Loan Principles* (SLP)⁵, *Sustainability Bond Guidelines* (SBG)⁶, a *Climate Bonds Taxonomy*⁷ da *Climate Bonds Initiative*, a Taxonomia de Finanças Sustentáveis da União Europeia⁸, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU)⁹, o Guia para Ofertas de Títulos ESG¹⁰ da Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais), o Guia de Dívida Sustentável no Brasil¹¹ e outros padrões de sustentabilidade reconhecidos internacionalmente.

A opinião da ERM NINT é baseada em:

- Contrato de linha de crédito fornecido pela COPASA;
- Benefícios socioambientais dos projetos que receberão os recursos da linha de crédito, de acordo com os procedimentos de gestão ambiental;
- Performance Ambiental, Social e de Governança (ASG) da COPASA, a partir da avaliação das políticas e práticas empresariais;
- Pesquisa de controvérsias da COPASA.

A análise deste parecer independente utilizou informações e documentos fornecidos pela Companhia, sendo alguns de caráter confidencial; pesquisa de mesa; além de outros elementos adquiridos em entrevistas com equipes responsáveis pela gestão do empréstimo e pela gestão empresarial, realizadas por videoconferência. Esse processo foi realizado em abril de 2024.

³ <https://www.ifc.org/en/insights-reports/2022/guidelines-for-blue-finance>

⁴ <https://www.lsta.org/content/green-loan-principles/>

⁵ <https://www.lsta.org/content/green-loan-principles/>

⁶ <https://www.icmagroup.org/assets/documents/Sustainable-finance/2021-updates/Sustainability-Bond-Guidelines-June-2021-140621.pdf>

⁷ <https://www.climatebonds.net/standard/taxonomy>

⁸ <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32021R2139>

⁹ <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>

¹⁰ <https://esg.nintgroup.com/guia-para-ofertas-de-titulos-esg-anbima>

¹¹ <https://esg.nintgroup.com/guia-divida-sustentavel-no-brasil-2023>

O processo de avaliação consistiu em:

- Planejamento da avaliação;
- Realização da avaliação, incluindo a preparação do cliente, obtenção de evidências e avaliação;
- Elaboração da conclusão da avaliação;
- Preparação do relatório da avaliação.

A ERM NINT teve acesso a todos os documentos e todas as pessoas solicitadas, podendo assim prover uma opinião com nível razoável¹² de asseguarção em relação à completude, precisão e confiabilidade.

O processo de avaliação foi realizado de acordo com princípios gerais relevantes e padrões profissionais de auditoria independente, e em linha com a Norma Internacional sobre Compromissos de Avaliação que não sejam auditorias ou revisões de informações financeiras históricas (ISAE 3000), Norma Internacional em Controle de Qualidade (ISQC 1, 2009) e Código de Ética para Contadores Profissionais *do International Ethic Standards Board for Accountants* (IESBA, 2019).

A COPASA pretende obter a classificação de “*Blue Loan*”, alinhado aos *Guidelines for Blue Finance* da IFC (versão de janeiro de 2022), e de “*Sustainability Loan*”, alinhado aos *Green Loan Principles* e *Social Loan Principles* (versões de junho de 2022), aos *Sustainability Bond Guidelines* (versão de junho de 2021) e melhores práticas de mercado para emissão de instrumentos de dívida sustentáveis.

A alocação dos recursos e os benefícios socioambientais gerados pelos projetos financiados pela linha de crédito serão confirmados por meio de um relatório de verificação pós-emissão a ser realizado pela ERM NINT até dezembro de 2025.

¹²Veja explicação na seção [Método](#).

Declaração de responsabilidade

A ERM NINT (Natural Intelligence) não é acionista, investida, cliente ou fornecedora da Companhia de Saneamento de Minas Gerais COPASA MG. A ERM NINT foi responsável pela elaboração de um Marco de Gestão Ambiental e Social (MGAS) referente aos possíveis investimentos da AFD no programa de investimentos para universalização dos serviços de saneamento básico da COPASA, realizado em 2023. Para mitigar o potencial conflito de interesse e garantir objetividade e isenção, os profissionais responsáveis por este Parecer não se envolveram no projeto mencionado e vice-versa. Ademais, os projetos realizados não envolveram o desenvolvimento de critérios, *frameworks* ou abordagens de captação de recursos verdes/sociais/sustentáveis. Desta forma, a ERM NINT declara não possuir conflito de interesse e estar apta a emitir uma opinião independente acerca da emissão.

As análises contidas nesse parecer são baseadas em uma série de documentos, parte destes confidenciais, fornecidos pela COPASA. Não podemos atestar pela completude, exatidão ou até mesmo veracidade destes. Portanto, a ERM NINT¹³ não se responsabiliza pelo uso das informações contidas nesse parecer.

ISSO NÃO É UMA RECOMENDAÇÃO

Frisamos que todas as avaliações e opiniões indicadas nesse relatório não constituem uma recomendação de investimento.

¹³ A responsável final por este parecer de segunda opinião (*second-party opinion*) é a ERM Brasil LTDA.


2. Opinião

Com base nos procedimentos de avaliação conduzidos e evidências obtidas, a linha de crédito estruturada entre a *Agence Française de Développement* (AFD) e a COPASA está em conformidade, em todos os aspectos materiais analisados, com os componentes e categorias de projetos elencados nos *Green Bond Principles*, *Social Bond Principles*, *Guidelines for Blue Finance* e boas práticas de mercado para captação de empréstimos sustentáveis e azuis, e, portanto, pode ser rotulada como “Empréstimo Sustentável” e “Empréstimo Azul”.

A ERM NINT utilizou seu método proprietário de avaliação, que está em conformidade com os GLP, SLP, SBG e os *Guidelines for Blue Finance*. Essas referências são diretrizes que auxiliam o mercado a compreender os pontos-chave de como um produto financeiro se caracteriza como Verde, Social, Sustentável e/ou Azul. Mais detalhes sobre esses princípios podem ser encontrados na seção “[Método](#)”.

A aderência a esses princípios, embora seja um processo voluntário, sinaliza aos investidores e outros agentes de mercado que o investimento segue padrões adequados de desempenho em sustentabilidade e transparência. A seguir, consta a análise do alinhamento dos empréstimos aos quatro componentes dos GLP e SLP.

Quadro 1 - Análise sobre o 1º Empréstimo Sustentável e Azul da COPASA em 2024

GLP/SLP e Classificação	Resumo das práticas e opinião ERM NINT
<p data-bbox="272 1464 400 1529">Uso de Recursos</p> 	<p data-bbox="456 1160 1353 1346">Descrição do uso de recursos e características dos projetos: Os recursos líquidos obtidos pela COPASA por meio da linha de crédito serão destinados para CAPEX relacionados a (i) executar novas ligações de água e esgoto e realizar ajustes nas redes terciárias, conforme necessário, para substituir tubulações antigas ou subdimensionadas e permitir uma melhor operação; e (ii) aumentar a eficiência operacional da COPASA.</p> <p data-bbox="456 1375 1353 1440">Os projetos a serem financiados pela linha de crédito são divididos em dois componentes, apresentados abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li data-bbox="507 1469 1353 1749">• Componente 1 - Acesso a serviços de água e saneamento: Este componente proverá a execução de novas ligações de água e esgoto de acordo com os padrões de construção definidos pela COPASA. Além disso, serão incluídos ajustes nas redes terciárias, conforme necessário, para substituir tubulações antigas ou subdimensionadas e permitir uma melhor operação. De acordo com o indicado pela empresa, em linha com suas prioridades estratégicas, a maior parte do orçamento deste componente será dedicada às ligações de esgoto. <li data-bbox="507 1753 1353 2022">• Componente 2 - Melhoria da eficiência operacional: Este componente incluirá atividades que visam aumentar a eficiência operacional dentro da COPASA e, em particular, reduzir a quantidade de água não faturada na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) por meio de: <ul style="list-style-type: none"> <li data-bbox="603 1906 1353 2022">○ Redução de perdas físicas: financiamento da substituição de ativos defeituosos na rede de água potável da RMBH; implementação de contratos baseados em desempenho para redução de perdas físicas com estabelecimento de

	<p>setores de distribuição, instalação de válvulas redutoras de pressão, detecção de vazamentos e substituição de tubulações e conexões defeituosas.</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Redução de perdas comerciais: implementação de atividades de redução de perdas comerciais na RMBH através de contratos dedicados. Esses contratos, parcialmente pagos pelo desempenho, incluem tanto trabalhos de regularização de ligações como engenharia social, cujos operadores são mulheres que vivem nestes bairros. <p>A linha de crédito terá o valor de EUR 200.000.000, sendo estimado pela COPASA que cerca de EUR 130.500.000 serão destinados para o Componente 1 e cerca de EUR 49.500.000 serão destinados para o Componente 2. De acordo com a empresa, os EUR 20.000.000 restantes serão destinados a CAPEX dos Componentes 1 e 2 apresentados acima, conforme necessidade dos projetos. Esse montante sem alocação definida foi considerado no Contrato da Linha de Crédito como disponível para “Contingências”.</p> <p>Em relação ao Componente 1, de acordo com o Contrato, a totalidade ou parte dos fundos do primeiro adiantamento¹⁴ poderão ser usados para refinar despesas elegíveis do Projeto ocorridas entre janeiro de 2023 e janeiro de 2024. Segundo a COPASA, a estimativa é que cerca de EUR 18.867.924¹⁵ sejam destinados para este refinanciamento.</p> <p style="text-align: center;">Tabela 1 - Alocação prevista dos recursos</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="text-align: center;">Projeto</th> <th style="text-align: center;">Valor destinado ao projeto</th> <th style="text-align: center;">Percentual</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td style="text-align: center;">Componente 1</td> <td style="text-align: center;">EUR 130.500.000</td> <td style="text-align: center;">65%</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">Componente 2</td> <td style="text-align: center;">EUR 49.500.000</td> <td style="text-align: center;">25%</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">Contingências <i>(permite a movimentação dos recursos entre Componentes 1 e 2)</i></td> <td style="text-align: center;">EUR 20.000.000</td> <td style="text-align: center;">10%</td> </tr> </tbody> </table> <p style="text-align: center;"><i>Fonte: COPASA</i></p> <p>A estimativa é que os recursos sejam alocados até dezembro de 2027, prazo superior a 48 meses após assinatura dos contratos, prazo máximo considerado boa prática pela ERM NINT para que os recursos sejam completamente alocados em projetos de saneamento.</p> <p>Enquadramento do uso de recursos com standards de sustentabilidade e arcabouço legal: O conceito de Saneamento Básico é orientado pelo princípio de universalização, presente na Constituição Federal Brasileira de 1988 e tem como objetivo garantir a prestação de serviços de coleta e tratamento de esgoto doméstico a toda a população, além do fornecimento de água tratada dentro dos critérios de qualidade estabelecidos pelo Ministério da Saúde através da Portaria GM/MS nº 888¹⁶, de 4 de maio de 2021 e da Portaria GM/MS nº 2.472¹⁷, de 28 de setembro de 2021.</p>	Projeto	Valor destinado ao projeto	Percentual	Componente 1	EUR 130.500.000	65%	Componente 2	EUR 49.500.000	25%	Contingências <i>(permite a movimentação dos recursos entre Componentes 1 e 2)</i>	EUR 20.000.000	10%
Projeto	Valor destinado ao projeto	Percentual											
Componente 1	EUR 130.500.000	65%											
Componente 2	EUR 49.500.000	25%											
Contingências <i>(permite a movimentação dos recursos entre Componentes 1 e 2)</i>	EUR 20.000.000	10%											

¹⁴ Os saques referentes a linha de crédito serão disponibilizados pelo Credor na forma de adiantamentos.
¹⁵ De acordo com o Plano de Aquisições da COPASA, R\$ 100.000.000 da linha de crédito serão utilizados para refinanciamento. Para conversão em euros, foi utilizada a taxa de câmbio 5,3 R\$/EUR, conforme utilizado no Plano de Aquisições da empresa.
¹⁶ https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2021/prt0888_07_05_2021.html
¹⁷ https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2021/prt2472_30_09_2021.html

No Brasil, o Plano Nacional de Saneamento Básico¹⁸ (Plansab), aprovado em 2013 por meio do Decreto nº 8.141/2013¹⁹ e da Portaria Interministerial nº 571/2013²⁰, é um dos principais instrumentos da política federal de saneamento básico. Além disso, em julho de 2020 foi aprovado o Novo Marco Regulatório do Saneamento (Lei Federal nº 14.026/2020)²¹, no qual o Brasil reitera a busca pela universalização dos serviços de saneamento básico com o compromisso de atingir 99% de cobertura de abastecimento de água e 90% da coleta e tratamento de esgoto até 2033.

A última revisão do Plansab²², de 2019, prevê que, de forma compatível com o *Cenário Busca da Universalização*²³, eram necessários investimentos de pouco mais de R\$ 1 trilhão em medidas estruturais e estruturantes de 2019 até 2033. Deste montante, aproximadamente R\$ 239,74 bilhões deveriam ser investidos em abastecimento de água e R\$ 362,61 bilhões em esgotos sanitários.

Alguns estudos se propõem a avaliar os investimentos necessários para universalizar o acesso ao saneamento básico no Brasil. Em 2020, um estudo²⁴ realizado pela Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (ABCON SINDCON) em parceria com consultoria identificou que o investimento necessário para garantir o acesso a água e esgoto até 2033 no Brasil era de R\$ 753 bilhões. No entanto, em 2022 a ABCON SINDCON atualizou esta estimativa, chegando ao valor de R\$ 893 bilhões²⁵. Por outro lado, segundo caderno temático²⁶ do processo de revisão do Plansab, o Atlas Águas, em associação ao Atlas Esgotos, encontrou o valor de R\$ 365 bilhões para a universalização, enquanto estudo²⁷ da Fundação Dom Cabral indicou que o Brasil precisa investir R\$ 537,6 bilhões para a universalização.

De acordo com dados disponibilizados pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS)^{28,29}, os investimentos realizados nos anos de 2020, 2021 e 2022 foram de aproximadamente R\$ 13,6 bilhões, R\$ 17,3 bilhões e R\$ 22,5 bilhões, respectivamente. O investimento anual médio entre os anos de 2020 e 2022 foi cerca de R\$ 17,8 bilhões. Caso essa média de investimento anual se mantenha entre os anos de 2023-2033, totalizando cerca de R\$ 195 bilhões de investimento, valor muito inferior às estimativas apresentadas anteriormente. Dessa forma, apesar das diferenças metodológicas utilizadas entre os estudos realizados sobre o investimento necessário para a universalização, pode-se concluir que o investimento atual realizado no país é insuficiente para atingir as metas propostas para 2033.

¹⁸ <https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/plano-nacional-de-saneamento-basico-plansab>

¹⁹ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d8141.htm

²⁰ https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0571_05_04_2013.html

²¹ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14026.htm

²² https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/plano-nacional-de-saneamento-basico-plansab/arquivos/Versao_Consehos_Resolucao_Alta_Capa_Atualizada.pdf

²³ O Cenário Busca da Universalização representa uma visão de futuro com moderado desenvolvimento econômico, institucional e socioambiental do Brasil, em nível suficiente para a implementação das propostas do Plansab, sendo adotado como o cenário base para a versão revisada do Plano.

²⁴ <https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmg/br/pdf/2020/07/kpmg-quanto-custa-universalizar-o-saneamento-no-brasil.pdf>

²⁵ <https://abconsindcon.com.br/wp-content/uploads/2022/08/AC08.pdf>

²⁶ <https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/plano-nacional-de-saneamento-basico-plansab/arquivos/CadernoTemtico11.pdf>

²⁷ https://www.fdc.org.br/Documents/Imagine-Brasil/Novo_marco_do%20saneamento.pdf

²⁸ <http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/>

²⁹ https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/snis/produtos-do-snis/diagnosticos/DIAGNOSTICO_TEMATICO_VISAO_GERAL_AE_SNIS_2023.pdf

Contudo, segundo o Ranking de Saneamento do Instituto Trata Brasil de 2024³⁰, de 2019 a 2021 foram realizados investimentos de R\$ 60,8 bilhões. Assim, subtraindo-se esses valores do montante necessário para água e esgoto, chega-se à conclusão de que, em 2021, ainda restavam investir cerca de R\$ 947,6 bilhões ao longo de 12 anos³¹, valor muito superior à média dos últimos três anos (R\$ 20,3 bi/ano).

Essa defasagem é ainda mais relevante tendo em vista os compromissos assumidos com o Novo Marco Regulatório do Saneamento (Lei Federal nº 14.026/2020)³², no qual o Brasil reitera a busca pela universalização dos serviços de saneamento básico com o compromisso de atingir 99% de cobertura de abastecimento de água e 90% da coleta e tratamento de esgoto até 2033. Dessa forma, verifica-se que existe uma grande lacuna para a universalização dos serviços de saneamento básico no país.

O uso de recursos (UoP) do financiamento sustentável e azul da COPASA está enquadrado com as categorias de projetos descritas no Quadro 2. Vale destacar que definiu-se como população-alvo, com base nas diretrizes dos SBP, os *habitantes dos municípios sem acesso aos serviços de saneamento, em especial serviços de água e esgoto, ou com acesso limitado aos mesmos*.

Quadro 1 - Enquadramento do UoP nos standards de sustentabilidade

Categoria de enquadramento do UoP	Referência
Gestão sustentável da água e águas residuais	Green Loan Principles
Prevenção e controle de poluição	
Conservação da biodiversidade terrestre e aquática	
Ampliação do acesso a serviços de infraestrutura básica, em especial o esgotamento sanitário e água potável	Social Loan Principles
Avanço socioeconômico e empoderamento <u>População alvo</u> : pessoas moradoras de municípios sem acesso à saneamento básico ou com acesso limitado	
Construção, extensão e operação da coleta e tratamento de esgoto	Taxonomia de Finanças Sustentáveis da União Europeia ³³
Construção, extensão e operação da coleta, tratamento e fornecimento de água	Taxonomia de Finanças Sustentáveis da União Europeia ³⁴

³⁰ https://tratabrasil.org.br/wp-content/uploads/2023/03/Versao-Final-do-Relatorio_Ranking-do-Saneamento-de-2023-2023.03.10.pdf

³¹ Os valores utilizados neste parágrafo e no anterior foram trazidos a preços de novembro de 2023, considerando reajuste pelo IGP-DI, tendo como data inicial janeiro de 2018.

³² http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14026.htm

³³ <https://ec.europa.eu/sustainable-finance-taxonomy/activities/activity/320/view>

³⁴ <https://ec.europa.eu/sustainable-finance-taxonomy/activities/activity/318/view>

	<table border="1"> <tr> <td>Infraestrutura de água</td> <td><i>Climate Bonds Initiative (CBI)</i>³⁵</td> </tr> <tr> <td>Abastecimento de água - Expansão ou implementação de novas infraestruturas de tratamento de água</td> <td rowspan="2"><i>Guidelines for Blue Finance</i></td> </tr> <tr> <td>Saneamento - Expansão ou implementação de estações de tratamento de esgoto</td> </tr> </table>	Infraestrutura de água	<i>Climate Bonds Initiative (CBI)</i> ³⁵	Abastecimento de água - Expansão ou implementação de novas infraestruturas de tratamento de água	<i>Guidelines for Blue Finance</i>	Saneamento - Expansão ou implementação de estações de tratamento de esgoto																			
Infraestrutura de água	<i>Climate Bonds Initiative (CBI)</i> ³⁵																								
Abastecimento de água - Expansão ou implementação de novas infraestruturas de tratamento de água	<i>Guidelines for Blue Finance</i>																								
Saneamento - Expansão ou implementação de estações de tratamento de esgoto																									
<p><i>Fonte: ERM NINT</i></p> <p>Analisando as categorias de ‘Gestão sustentável de água e esgoto’, ‘Prevenção controle de poluição’, e ‘Conservação da biodiversidade terrestre e aquática’ dos GBP e GLP, verificamos que uso de recursos destinados a projetos dessas categorias são consideradas pelo <i>Green Project Mapping</i>³⁶, da <i>International Capital Market Association (ICMA)</i>, como essenciais para o atendimento a diversos objetivos ambientais, como observa-se no quadro a seguir:</p>																									
<p>Quadro 2 - Contribuição do UoP para os objetivos ambientais dos GLP</p>																									
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Categoria dos projetos</th> <th>Mitigação das mudanças climáticas</th> <th>Adaptação às mudanças climáticas</th> <th>Biodiversidade</th> <th>Conservação de recursos naturais</th> <th>Prevenção e controle de poluição</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Gestão sustentável de água e esgoto</td> <td></td> <td>● ●</td> <td>● ●</td> <td>● ●</td> <td>● ● ●</td> </tr> <tr> <td>Prevenção controle de poluição</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>●</td> <td>● ● ●</td> </tr> <tr> <td>Conservação da biodiversidade terrestre e aquática</td> <td></td> <td>●</td> <td>● ● ●</td> <td>● ● ●</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>	Categoria dos projetos	Mitigação das mudanças climáticas	Adaptação às mudanças climáticas	Biodiversidade	Conservação de recursos naturais	Prevenção e controle de poluição	Gestão sustentável de água e esgoto		● ●	● ●	● ●	● ● ●	Prevenção controle de poluição				●	● ● ●	Conservação da biodiversidade terrestre e aquática		●	● ● ●	● ● ●	
Categoria dos projetos	Mitigação das mudanças climáticas	Adaptação às mudanças climáticas	Biodiversidade	Conservação de recursos naturais	Prevenção e controle de poluição																				
Gestão sustentável de água e esgoto		● ●	● ●	● ●	● ● ●																				
Prevenção controle de poluição				●	● ● ●																				
Conservação da biodiversidade terrestre e aquática		●	● ● ●	● ● ●																					
<p><i>Fonte: Green Project Mapping, ICMA</i></p>																									
<p>Contribuições para os objetivos:</p> <p>Primária: ● ● ● Secundária: ● ● Terciária: ●</p>																									
<p>Como mencionado no Quadro 2, o uso de recursos também está alinhado com o os "Guidelines for Blue Finance", publicados em janeiro de 2022 pela IFC. O documento identifica categorias de projetos azuis elegíveis com o objetivo de orientar os investimentos da IFC para apoiar a economia azul. De acordo com os <i>Guidelines</i>, um empréstimo azul deve estar alinhado aos <i>Green Bond/Loan Principles</i> e os recursos devem ser dedicados exclusivamente ao financiamento ou refinanciamento de atividades que contribuem para a proteção dos oceanos e/ou para uma melhor gestão de recursos hídricos. Os projetos da COPASA estão alinhados, especificamente, às categorias de “Abastecimento de água” e “Saneamento”: (i) novas estações de tratamento, armazenamento e abastecimento de água potável; (ii) criação de novas infraestruturas de tratamento de água ou expansão de infraestrutura já existente; (iii) estações de tratamento de esgoto a nível de cidade.</p>																									

³⁵ https://www.climatebonds.net/files/files/CBI_Taxonomy_Tables-2June21.pdf

³⁶ <https://www.icmagroup.org/assets/documents/Sustainable-finance/2021-updates/Green-Project-Mapping-June-2021-100621.pdf>

Assim, considerando os projetos que serão financiados por esta operação, os financiamentos em questão podem ser considerados não apenas sustentáveis, mas também azuis.

Para a elegibilidade, os projetos escopo do uso de recurso não devem apresentar riscos materiais a outros temas e questões ambientais prioritárias dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, tais como "Fome Zero", "Energia Limpa e Acessível", "Ação contra Mudança Global do Clima" e "Consumo e Produção Responsável". **A ERM NINT é da opinião que o UoP está conformidade com esse elemento.**

Benefícios ambientais esperados do uso de recursos: A manutenção da qualidade dos recursos hídricos, como rios e lagos é um desafio, uma vez que depende do nível de urbanização, da infraestrutura dos serviços de saneamento, da topografia e da geomorfologia e, especialmente nos centros urbanos, das atividades econômicas desenvolvidas nas bacias hidrográficas e da gestão de habitações irregulares³⁷. Estima-se que nos rios que atravessam as grandes cidades as cargas poluentes de origem difusa superam as de origem industrial, sendo suplantadas pelo lançamento irregular de esgoto *in natura* nos sistemas de drenagem e pelos efluentes das estações de tratamento de esgoto (ETEs)³⁸.

O rápido crescimento populacional, junto com a urbanização não planejada das cidades e a falta de infraestrutura de saneamento, contribui para a poluição dos recursos hídricos. Enquanto a gestão inadequada da água e do esgoto expõe os indivíduos a riscos à saúde e doenças - tais como cólera, diarreia, disenteria, hepatite A, febre tifoide e poliomielite -, a gestão adequada do saneamento básico traz múltiplos benefícios, incluindo menos gastos com a saúde (uma vez que as pessoas têm menos probabilidade de adoecer) e uma produção de alimentos mais eficiente e robusta³⁹.

Em adição aos benefícios descritos, um estudo publicado na revista científica *Nature*⁴⁰ em maio de 2020 apontou que sistemas de saneamento adequado podem contribuir para a mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas por dois grandes canais de transmissão: (i) de forma direta, pela redução de excretas a céu aberto e de sua emissão associada; e (ii) de forma indireta, por economia de energia para tratamento de água e solo poluído, resultando em emissões evitadas de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Benefícios sociais esperados do uso de recursos: Conforme o SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, em 2022, cerca de 15,1% da população brasileira não possuía acesso à água tratada⁴¹. A falta destes serviços reflete diretamente em uma maior ocorrência de doenças e mortes evitáveis e gastos hospitalares, uma redução da produtividade de trabalhadores e do desempenho de crianças e jovens em idade estudantil, e perdas de potencial turístico e no mercado imobiliário.

Como já mencionado, o Governo federal desenvolveu o Plansab, no âmbito da Política Nacional de Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007), para garantir a universalização dos serviços de saneamento básico no Brasil até 2033. O investimento em Saneamento Básico gera um impacto positivo na saúde da população atendida e uma economia, em termos e redução de

³⁷ <http://www.ecsdev.org/ojs/index.php/ejsd/article/view/534/531>

³⁸ <https://www.scielo.br/j/esa/a/CHMtZtbxjrPmLhrDGpxjtnh/?lang=pt&format=pdf>

³⁹ <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/drinking-water>

⁴⁰ <https://www.nature.com/articles/s41545-020-0072-8>

⁴¹ <https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/snis/painel>

gastos no sistema público de saúde. De acordo com estudo da Organização Mundial da Saúde (OMS), o retorno econômico de investir de cada US\$ 1,00 investido em saneamento é de US\$ 5,50 mundialmente, e US\$ 7,3 na América Latina e Caribe⁴².

No Brasil, no período de 1970 a 2000, para cada 1% adicional no número de residências contando com esgotamento sanitário adequado, observou-se uma queda de 48,7 mortes (a cada mil nascidos) na Taxa de Mortalidade Infantil. Este efeito não é observado somente no ano de implantação dos projetos. Ele se prolonga, com parâmetros com níveis satisfatórios de confiabilidade também em períodos posteriores aos de realização dos investimentos (“efeito retardado”)⁴³.

Além do impacto na saúde, projetos de saneamento geram, como contrapartida, impactos positivos em educação, produtividade do trabalho, emprego e turismo, que poderiam chegar, em termos líquidos, R\$ 815,7 bilhões entre 2021 e 2040. As obras civis massivas, inerentes à ampliação do acesso ao esgotamento sanitário, também carregam consigo o alto potencial de geração de empregos. A sua execução leva ao aumento da demanda por trabalhadores e à expansão da renda, com impactos econômicos diretos e indiretos a nível nacional, mas, principalmente, a nível local. Estimativas do Instituto Trata Brasil apontam que os R\$ 12,57 bilhões de reais investidos por ano em saneamento entre 2005 e 2020 sustentaram, em média, 163.816 empregos⁴⁴ por ano e geraram uma renda anual de R\$ 19,71 bilhões⁴⁵.

Desta maneira, investimentos em sistemas adequados de tratamento e distribuição de água e coleta de esgoto têm alta adicionalidade na prevenção de mortes por causas evitáveis, redução de gastos com saúde pública, geração de demanda por trabalho local, aumento da renda, desenvolvimento econômico e externalidades positivas, tais quais aumento da produtividade do trabalho e do aproveitamento escolar infantil e juvenil. Assim, avaliamos que o financiamento se enquadra não apenas na categoria de ampliação do acesso a serviços de infraestrutura básica, em especial o esgotamento sanitário e água potável, mas também na de avanço socioeconômico e empoderamento, em linha com os SLP.

De acordo com o Painel Saneamento Brasil⁴⁶, em 2022, 16,2% da população do estado de Minas Gerais não possui acesso à água tratada, e 23,8% não tem acesso à coleta de esgoto. Em 2022, a porcentagem de esgoto tratado em relação à água consumida no estado foi de 43,7%⁴⁷. Em linha com a literatura sobre o tema, as melhores condições de saneamento estão correlacionadas com a menor incidência de internações por doenças de veiculação hídrica. No estado ocorreram, em 2022, 5,5 internações por 10 mil habitantes, enquanto o mesmo indicador para o Brasil foi de 6,3⁴⁸.

Considerando o exposto, a ERM NINT considera que os recursos gerarão benefícios diretos para uma parcela da população mineira que não tem

⁴² https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/139735/9789241508087_eng.pdf;jsessionid=56E82E509E651AACF3C1E69C8D62EEB0?sequence=1

⁴³ <https://www.anpec.org.br/encontro/2011/inscricao/arquivos/000-5878a904f5f7a41f452f94d64d7f108a.pdf>













⁴⁴ 68.915 empregos diretos, 33.461 indiretos e 61.440 induzidos. Valores em Reais a preços constantes de 2019.

⁴⁵ <https://tratabrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Beneficios-economicos-do-saneamento-no-Brasil.pdf>


⁴⁶ <https://www.painelsaneamento.org.br/>

⁴⁷ https://www.gov.br/cidades/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/snis/produtos-do-snis/diagnosticos/DIAGNOSTICO_TEMATICO_VISAO_GERAL_AE_SNIS_2023.pdf

⁴⁸ <https://www.painelsaneamento.org.br/localidade/index?id=31>

	<p>acesso a esses serviços básicos e que, portanto, estão em condição de vulnerabilidade.</p> <p>Alinhamento com a agenda 2030: Não obstante, projetos de saneamento e tratamento de água também estão alinhados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3 (“Saúde e Bem-Estar”), 6 (“Água potável e Saneamento”), 11 (“Cidades e Comunidades Sustentáveis”) e 14 (“Vida na Água”) da Organização das Nações Unidas (ONU), que definem as prioridades globais de desenvolvimento sustentável para 2030, mais especificamente através das seguintes submetas associadas no Quadro 3.</p> <p style="text-align: center;">Quadro 3 - ODS e metas aplicáveis</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr style="background-color: #2c4e64; color: white;"> <th style="width: 20%;">ODS</th> <th>Metas aplicáveis</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td style="text-align: center;"></td> <td> <p>3.3. Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis.</p> </td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;"></td> <td> <p>6.1. Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos.</p> <p>6.3. Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente.</p> <p>6.6. Até 2030, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos.</p> </td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;"></td> <td> <p>11.1. Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas.</p> </td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;"></td> <td> <p>14.1. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.</p> </td> </tr> </tbody> </table> <p style="text-align: center;"><i>Fonte: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - Nações Unidas.</i></p> <p>Nível de alinhamento com as melhores práticas no GLP/SLP 1: Cerca de 90% dos recursos obtidos através dos financiamentos serão direcionados para CAPEX futuro de projetos de saneamento, enquadrados em categorias definidas nos <i>Green Loan Principles</i>, <i>Social Loan Principles</i> e <i>Blue Finance Guidelines</i>. Apesar disso, o prazo estimado para alocação dos recursos nos projetos é superior a 48 meses após assinatura dos contratos, prazo considerado boa prática para alocação pela ERM NINT, e cerca de 10% dos recursos serão destinados a refinanciamento de gastos anteriores, de forma que o nível de alinhamento da operação frente aos GLP/SLP 1 - ‘Uso de Recursos’ foi considerado como “Confortável”.</p>	ODS	Metas aplicáveis		<p>3.3. Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis.</p>		<p>6.1. Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos.</p> <p>6.3. Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente.</p> <p>6.6. Até 2030, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos.</p>		<p>11.1. Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas.</p>		<p>14.1. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.</p>
ODS	Metas aplicáveis										
	<p>3.3. Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis.</p>										
	<p>6.1. Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos.</p> <p>6.3. Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente.</p> <p>6.6. Até 2030, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos.</p>										
	<p>11.1. Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas.</p>										
	<p>14.1. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.</p>										
<p>Processo para Seleção e</p>	<p>Alinhamento do empréstimo aos objetivos e estratégia da COPASA: Em junho de 2023, a COPASA atingiu 640 concessões para a prestação dos serviços de abastecimento de água, atendendo a 11,9 milhões de pessoas por meio de 5,6 milhões de economias⁴⁹. Já em relação aos serviços de esgotamento sanitário, o número de concessões era de 309, na mesma data,</p>										

⁴⁹ <https://ri.COPASA.com.br/a-companhia/perfil-corporativo/>

<p>Avaliação de Projetos</p> 	<p>sendo atendidas 8,6 milhões de pessoas com serviços de esgoto, por meio de 4,0 milhões de economias.</p> <p>De acordo com seu Estatuto Social⁵⁰, as atividades fins da COPASA são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Abastecimento de água potável: captação, tratamento e distribuição da água tratada até o consumidor final; • Esgotamento sanitário: coleta, transporte, tratamento e disposição final do esgoto sanitário, da ligação predial até o lançamento final no meio ambiente; • Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo urbano e do lixo originário da varrição e limpeza urbana. <p>Já a Declaração Estratégica⁵¹ da COPASA estabelece como propósito da empresa “cuidar da água e gerar valor para as pessoas”, o qual se desdobra em compromissos e ratifica a responsabilidade da Companhia em buscar a universalização dos serviços de água e esgoto, com qualidade e de forma sustentável.</p> <p>A Companhia pauta sua atuação em sua Agenda ESG, que estabelece seis compromissos: Proteção das águas, Relacionamento com o Cliente, Compliance, Equidade de Gênero, Saúde e Segurança do Trabalho e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente.</p> <p>Em 2020, a empresa aderiu ao Pacto Global, iniciativa voluntária que visa fomentar o crescimento sustentável e a adoção de práticas e políticas de responsabilidade social corporativa e de sustentabilidade. Além disso, a empresa assume os seguintes compromissos voluntários: os Dez Princípios do Pacto Global; a Agenda 2030, com seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); e o Pacto pela Resiliência Hídrica e Energética da ONU. Além disso, ainda em 2020, a COPASA ratificou a Carta Empresarial pelos Direitos Humanos e pela Promoção do Trabalho Decente, sendo a única empresa mineira signatária.</p> <p>Ainda em relação aos compromissos assumidos pela COPASA, a empresa aderiu ao Movimento Mais Água⁵², do Pacto Global. Este movimento busca o atingimento de maior segurança hídrica e acesso ao saneamento básico no Brasil. Dentre os compromissos assumidos pelas empresas está o atingimento de 99% de pessoas com acesso à água potável segura e 90% de esgoto coletado e tratado até 2033, em conformidade com o Novo Marco Regulatório do Saneamento.</p> <p>Nesse contexto, a Companhia assumiu o compromisso de contribuir com o alcance do ODS 6 (Água Potável e Saneamento) em busca da universalização dos serviços de água e esgotos, a disponibilidade e gestão sustentável da água e do saneamento para a população. Em 2022, a COPASA MG e a Copanor, sua subsidiária, alcançaram um crescimento de 1,9% de economia de esgoto e 1,0% de economia de água.</p> <p>Em 2022, a COPASA ampliou seus índices de cobertura para 99,8% de acesso à água tratada, superando o estabelecido pelo Marco Legal, de 90,8% de coleta de esgoto dos imóveis em sua área de atuação. Além disso, a COPASA atingiu o índice de 72,1% dos imóveis com disponibilidade de</p>
---	---

⁵⁰ E <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/8bdb3906-0618-4e78-bbe3-a0be9f02d8cc/13d4a91b-d7a9-4354-b291-abe276007d25?origin=2>

⁵¹ <https://ri.COPASA.com.br/a-companhia/declaracao-estrategica/>

⁵² <https://www.pactoglobal.org.br/movimentos/movimento-agua/#queremosMovimento>

infraestrutura completa para tratamento do esgoto coletado. De acordo com o Relatório de Sustentabilidade 2022⁵³ da empresa, no Brasil, 43% da população possui esgoto coletado e tratado e 12% utilizam-se de fossa séptica, ou seja, 55% possuem tratamento considerado adequado; 18% têm seu esgoto coletado e não tratado, o que pode ser considerado como um atendimento precário; e 27% não possuem coleta nem tratamento, isto é, sem atendimento por serviço de coleta sanitária.

O objetivo da linha de crédito é financiar projetos de saneamento básico para abastecimento de água e esgotamento sanitário. Além disso, os projetos possuem potencial de melhorar a conservação do meio ambiente, dos recursos hídricos e do solo, além de promover o acesso da população à infraestrutura básica, melhorando a qualidade de vida e indicadores de saúde e desenvolvimento humano. **Sendo assim, avalia-se que a estratégia de sustentabilidade da COPASA está alinhada aos objetivos do empréstimo sustentável/azul.**

Processo de seleção e avaliação dos projetos: A COPASA elaborou um programa de investimento de 1,84 bilhão de euros⁵⁴ em busca da universalização dos serviços básicos de água e saneamento para o período 2024-2028, em Minas Gerais. Parte destes recursos serão fornecidos pela Agência Francesa de Desenvolvimento (Credora).

A AFD possui uma Política de Gestão de Risco Ambiental e Social que é adotada em suas operações. Os projetos a serem financiados pela AFD apoiam as estratégias estabelecidas pela própria agência, além da inclusão dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e do acordo Climático de Paris.

Conforme Política de Gestão de Riscos Ambientais e Sociais da AFD, o escopo dos serviços a serem realizados pela COPASA com os recursos da Agência passou por uma avaliação de riscos ambientais e sociais, que foi consolidada em um Marco de Gestão Ambiental e Social - MGAS⁵⁵. Além disso, o documento aborda os critérios determinados para seleção dos projetos, assim como áreas responsáveis por seu monitoramento.

Foram acordados entre COPASA e AFD critérios de exclusão ambientais e sociais específicos para o Programa, apresentados abaixo:

Tabela 2 - Critérios de exclusão do Programa

Categoria		Critérios de exclusão
Ambientais	1.	Obras de construção que possam estar associados à destruição ou degradação permanente de habitats naturais ou serviços ecossistêmicos sensíveis, segundo critérios de definição de unidades de conservação das normas brasileiras.
	2.	Obras de construção susceptíveis de afetar permanentemente o recurso em água e as descargas e efluentes.

⁵³ <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/8bdb3906-0618-4e78-bbe3-a0be9f02d8cc/29c8ec15-b721-a630-ee0a-d34283a681a0?origin=2>

⁵⁴ O Programa de Investimentos da COPASA para 2024-2028 soma R\$ 9,7 bilhões. Para conversão em euros, foi utilizada a taxa de câmbio 5,3 R\$/EUR, conforme utilizado no Plano de Aquisições da empresa.

⁵⁵ O MGAS foi realizado em 2023 pela ERM NINT (na época, atuando sob a marca NINT).

	Sociais	3.	Obras de construção susceptíveis de serem associados à destruição ou à degradação permanente do patrimônio cultural de bens materiais ou imateriais culturais, incluindo túmulos ou lugares sagrados. No caso de execução de obras em cidades históricas e/ou locais com Monumentos Arqueológicos ou Pré-Históricos, deverão ser observadas as Normas da COPASA T-176/3 - Demolição e recomposição de pavimentos, escavação e reaterro de valas e NP 2019_016/1 - Obras em locais com sítios históricos arqueológicos.
		4.	Ações relacionadas ao Projeto que utilizem mão de obra de mulheres em áreas de vulnerabilidade social que não tenham seguido os procedimentos do Código de conduta e integridade da COPASA e seus compromissos assumidos pela Agenda ESG.
	Deslocamento involuntário	5.	Trabalhos de construção que possam estar associados à deslocamento permanente de população ou de atividades econômicas formais ou informais, à exceção de eventuais áreas onde seja imperativa a passagem de rede de esgoto por servidão de passagem onde o proprietário será indenizado pela eventual perda de atividade econômica. <i>No caso de comerciantes informais nas imediações das estradas que não poderão ser reinstalados no mesmo local após as obras, o deslocamento destes comerciantes informais será considerado como permanente. Por conseguinte, as intervenções que provocarem este tipo de deslocamento será excluída do Programa.</i>
		6.	Obras de construção que possam estar associados a deslocamentos temporários significativos de atividades econômicas formais ou informais (> 200 pessoas afetadas num período superior a 5 dias).
	Construção	7.	Obras de construção que requerem mais de 200 trabalhadores diários no local.
		8.	Obras de construção que necessitem o fornecimento de matérias-primas (por exemplo: areia, madeira, água) provenientes de zonas de extração não licenciadas pelos órgãos ambientais.

Fonte: COPASA

Em 2023, foi constituída uma Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), que conta com uma equipe núcleo formada por cinco profissionais.

A UGP é responsável por divulgar os critérios de exclusão do Programa e, na eventualidade de ocorrência de alguma intervenção que esteja associada com um critério de exclusão, a UGP orientará para que esta intervenção seja registrada como “não elegível” e, portanto, não será apresentada

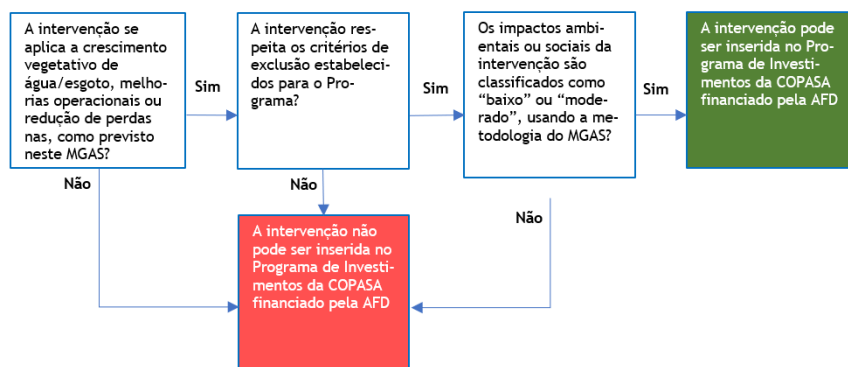
a AFD para fins de financiamento. Além disso, a UGP também é responsável pela inclusão de cláusulas relativas aos critérios de exclusão, bem como de observação às exigências do MGAS, nos Termos de Referência das obras ainda por licitar, de forma que sejam respeitados e que haja acompanhamento das equipes de fiscalização.

A gestão dos contratos elegíveis de financiamento pela AFD é feita pelas áreas operacionais e de expansão da empresa, cabendo à UGP o acompanhamento da evolução física dos cronogramas e proposição de ações para recuperação de eventuais atrasos. Também caberá à UGP o recebimento das demandas da AFD durante o prazo de vigência do contrato, promovendo as interações com as áreas responsáveis e a elaboração de relatórios para a AFD, com modelos e periodicidade a serem definidos em consenso.

Além da aprovação da UGP, todo empreendimento passa pela análise da Superintendência de Desenvolvimento Ambiental da COPASA - SPDA, que analisa a observância dos aspectos de regularização ambiental envolvidos. Desta forma, o empreendimento só é liberado se verificada a conformidade e observância dos aspectos de meio ambiente.

Além disso, foi determinado no MGAS o seguinte fluxograma para admissão das intervenções que podem ser incluídas no Programa de Investimento da COPASA financiados pela AFD:

Figura 1 - Fluxograma para admissão das intervenções que podem ser incluídas no Programa de Investimentos da COPASA financiado pela AFD



Fonte: COPASA

Gestão de impactos socioambientais: Como as atividades financiadas pela AFD podem resultar em riscos ambientais e sociais adversos, os investimentos da Agência estão vinculados à realização pelo cliente de avaliação ambiental e social, conforme indicado acima.

Na Política da AFD são descritas medidas que devem ser consideradas para a realização de projetos, como a avaliação de procedimentos das operações que causem impactos ambientais e sociais; sugestão de medidas adequadas para impedir que sejam ocasionados impactos negativos ou, quando inevitáveis, reduzir ou compensar de forma adequada; monitoramento da aplicação de medidas durante a fase de execução da operação e realizar uma avaliação da eficácia das medidas sugeridas. De acordo com o MGAS, estas medidas e avaliações ambientais e sociais aplicam-se a todas as fases do projeto, desde a identificação da potencial investida até a finalização.

A AFD desenvolveu a sua Política interna de forma alinhada com as Normas Ambientais e Sociais (NAS) do Banco Mundial. Além disso, de acordo com o

MGAS, os seguintes princípios da Política de Gestão da AFD são atendidos integralmente pelos projetos: *due diligence*; abordagem integrada; responsabilidade do cliente; categorização de risco ambiental e social; prática de categorização, análise de documentação; Plano de Compromisso Ambiental e Social (PCAS); normas ambientais e sociais de referência; outros documentos complementares; participações das partes interessadas; divulgações de informações; acompanhamento e apoio à implementação dos projetos; e tratamento de reclamações ambientais e sociais. Mais informações sobre a Política e os princípios aqui mencionados estão dispostas no [Anexo I](#).

Além disso, em 2023, no escopo da elaboração do MGAS, foi realizado um diagnóstico socioambiental do Programa de Investimento para Universalização dos Serviços de Saneamento Básico da COPASA.

Em conformidade com os procedimentos de programas e projetos financiados pela AFD e as políticas operacionais do Banco Mundial, foi realizada uma análise de forma preliminar dos projetos propostos, considerando sua localização com visita técnica in loco; escala; magnitude de potenciais impactos socioambientais diretos, indiretos e cumulativos; avaliação de riscos socioambientais para apresentação de medidas necessárias para evitar, minimizar, mitigar ou compensar os impactos adversos e maximizar os impactos positivos.

Ademais, para avaliação dos potenciais impactos e riscos socioambientais, foi levado em consideração um diagnóstico prévio das características e do contexto socioambiental das áreas de influência do Programa e uma identificação dos possíveis impactos socioambientais diretos, indiretos e cumulativos das atividades propostas em cada componente e ações do Programa.

Considerando as regras de exclusão estabelecidas para o Programa apresentadas anteriormente, a avaliação realizada pela ERM NINT durante a elaboração do MGAS identificou que todas as intervenções da COPASA foram classificadas com risco socioambiental "moderado", ou seja, podem causar impactos ambientais ou sociais negativos potencialmente reversíveis, ou limitados a um local específico com menor sensibilidade, ou limitados ao período de construção. Os potenciais impactos socioambientais identificados na realização do MGAS podem ser encontrados no [Anexo II](#). Vale ressaltar que a partir da análise dos impactos foi proposto um conjunto de medidas preventivas para os riscos identificados e medidas mitigadoras para os impactos adversos, como também ações potencializadoras dos benefícios dos projetos.

Em relação à legislação ambiental, com base na Deliberação Normativa COPAM nº 217/2017⁵⁶ que “estabelece critérios para classificação, segundo o porte e potencial poluidor, bem como os critérios locais para serem utilizados para definição das modalidades de licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais no Estado de Minas Gerais”, as obras relacionadas ao crescimento vegetativo de água e esgoto não são, atualmente, passíveis de licenciamento ambiental. Desta forma, não há exigência legal para elaboração de estudos socioambientais para este tipo de intervenção.

Considerando o exposto acima e o MGAS desenvolvido para o Programa, as obras relacionadas aos Componentes são intervenções que, de forma geral, causarão impactos ambientais e sociais reversíveis, em áreas sem

⁵⁶ <https://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=45558>

vegetação protegida por lei ou mesmo sem nenhuma vegetação e cujos efeitos estarão limitados espacialmente às áreas diretamente afetadas pelas obras, causando pequeno ou nenhum transtorno aos moradores ou comerciantes locais. **Desta forma, a ERM NINT considera que, dada a estrutura organizacional da empresa e a experiência da COPASA na execução dos procedimentos construtivos para execução e gerenciamento das obras relacionadas ao Programa, a companhia demonstra ter diretrizes sólidas para administrar adequadamente os riscos e impactos socioambientais associados às intervenções.**

Por fim, foi realizada uma pesquisa na mídia e nos principais portais públicos de informação acerca de casos ASG controversos envolvendo a COPASA. Foram identificadas quinze controvérsias, sendo sete de severidade alta e oito de severidade média. A equipe da COPASA foi consultada sobre os casos e apresentou esclarecimentos. Informações mais detalhadas sobre a pesquisa de controvérsias e os potenciais impactos do projeto estão na [Seção 3. Performance ASG da COPASA](#).

Alinhamento às taxonomias de finanças sustentáveis: De acordo com o critério de ‘Infraestrutura Hídrica’ da *Climate Bonds Initiative* e com as diretrizes da Taxonomia da União Europeia, o financiamento de projetos de saneamento básico pode ser elegível à títulos climáticos ou verdes. Para isso, os ativos ou projetos devem atingir algumas exigências específicas, que foram analisadas frente aos projetos. A análise do Programa da COPASA frente as exigências das taxonomias e as conclusões que corroboram a adicionalidade ambiental dos projetos elegíveis e atendimento parcial das exigências encontram-se a seguir.

Alinhamento com critérios da *Climate Bonds Initiative* - Infraestrutura Hídrica⁵⁷

1. Exigência de mitigação:

Os projetos de saneamento não devem gerar emissões líquidas de Gases de Efeito Estufa (GEE) ou devem gerar emissões líquidas negativas de GEE (sequestro de carbono), apresentando a estimativa do impacto da mitigação ao longo da vida útil operacional do projeto.

Em relação aos aspectos de mitigação, a Companhia informou que realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, conforme a metodologia disponibilizada pela GHG Protocol. Os resultados de emissão de GEE são divulgados em seu Relatório de Sustentabilidade. Em 2023, a Companhia passou integrar o Programa Brasileiro de GHG Protocol e atualizou a metodologia de cálculo de GEE de acordo com o Programa, com base no IPCC 2019, a fim de alinhar-se com as práticas de cálculo mais recentes e reconhecidas mundialmente.

Além disso, a COPASA desenvolveu em conjunto com outras empresas de saneamento revisão de metodologia de estimativa de GEE oriundo do tratamento de esgoto sob ótica das empresas de saneamento com publicação de artigo no 32º Congresso da ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental.

No entanto, apesar de a empresa monitorar suas emissões de GEE, **os projetos não atendem aos critérios elencados pela taxonomia da CBI, que exige um monitoramento específico das emissões de GEE dos projetos financiados.**

⁵⁷ <https://www.climatebonds.net/standard/water>

2. Exigência de adaptação e resiliência:

A Companhia deve realizar uma avaliação de vulnerabilidade climática, como meio de identificar impactos e riscos climáticos em seus ativos e operação. A partir do diagnóstico realizado, caso seja identificado que as mudanças climáticas irão impactar significativamente o projeto/ativos, é esperado que a empresa elabore um plano de adaptação para realizar a gestão dos impactos e endereçar potenciais riscos operacionais relacionados às mudanças climáticas. No caso de serviços de água e saneamento, essas ações são especialmente importantes tendo em vista que são serviços essenciais, dos quais a população é extremamente dependente, em especial o abastecimento de água.

Em relação aos critérios de adaptação e resiliência, a COPASA indicou que sua Matriz de Riscos Corporativa estabelece em seu Risco nº 4 a variabilidade climática, por ser um dos fatores que impacta os sistemas de abastecimento de água, visto que interfere na disponibilidade hídrica dos mananciais. Como forma de gerenciar o risco identificado, a empresa identificou a implementação e/ou ampliação de redes de monitoramento de recursos hídricos nas áreas onde existem fontes de produção de água.

Nesse sentido, a COPASA estruturou o Programa Pró-Mananciais, com o objetivo de recuperar e preservar as microbacias hidrográficas e área de recarga de mananciais superficiais e subterrâneos onde a Companhia capta água para o abastecimento público, através de tecnologias baseadas na natureza e parcerias com demais atores locais, favorecendo a promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Apesar de ter sido identificado o risco de falta de disponibilidade hídrica e ter sido implementado o Programa Pró-Mananciais, a COPASA não realizou uma avaliação mais ampla de vulnerabilidade climática que identificasse demais potenciais riscos e que tenha resultados em um plano de ações de adaptação mais completo. Dessa forma, avalia-se que a Companhia **atende apenas parcialmente aos critérios de adaptação e resiliência da CBI.**

Alinhamento com critérios da EU Taxonomy - "Construction, extension and operation of waste water collection and treatment"⁵⁸ e "Construction, extension and operation of water collection, treatment and supply systems"⁵⁹

Além da CBI, a **Taxonomia da União Europeia** considera que atividades relacionadas a construção, ampliação e operação de sistemas de coleta e tratamento de esgoto e de abastecimento de água, assim como a renovação dessa infraestrutura podem gerar contribuições para a mitigação climática desde que atendam a alguns critérios relacionados a legislação europeia e outras boas práticas mencionadas pela Taxonomia.

Foi realizada uma análise do alinhamento dos projetos com os critérios relacionados a 'Contribuição Substantial para Mitigação das Mudanças Climáticas', 'Contribuição Substantial para Adaptação às Mudanças Climáticas', e aos critérios do *Do No Significant Harm (DNSH)* da Taxonomia da União Europeia, apresentada no [Anexo III.](#)

Através da análise realizada, a ERM NINT considera que as práticas adotadas atendem parcialmente aos critérios de Contribuição Substantial para

⁵⁸ <https://ec.europa.eu/sustainable-finance-taxonomy/activities/activity/320/view>

⁵⁹ <https://ec.europa.eu/sustainable-finance-taxonomy/activities/activity/318/view>

a Mitigação das Mudanças Climáticas e Contribuição Substancial para a Adaptação às Mudanças Climáticas. As principais lacunas identificadas são referentes a não avaliação exclusiva das emissões diretas de GEE das estações de tratamento de águas residuais e não realização de avaliação de risco climático e vulnerabilidade proporcional à escala da atividade e seu tempo de vida esperado, por município, e de projeções climáticas, conforme critérios da Taxonomia.

Além disso, foi considerado que os critérios de DNSH não são aplicáveis às operações da COPASA, uma vez que a Companhia não adota as práticas exigidas pelas normas da União Europeia, visto que observa as leis, decretos e normas no Brasil, onde os projetos serão desenvolvidos.

Benefícios ambientais e sociais esperados: O Programa de Investimento para Universalização dos Serviços de Saneamento Básico da COPASA visa contribuir para melhoria das condições socioeconômicas e ambientais da população atendida através da melhoria do desempenho operacional da empresa.

O **‘Componente 1 - Acesso a serviços de água e saneamento’** do Programa tem como principal objetivo a construção de ligações às redes de água potável e de saneamento existentes. Estas obras são consideradas obras de crescimento vegetativo dos serviços de água tratada e esgotamento sanitário, ou seja, são investimentos realizados para incremento do atendimento de água e esgoto, visando acompanhar o crescimento populacional natural positivo (crescimento vegetativo = taxa de natalidade - taxa de mortalidade).

Os contratos de Crescimento Vegetativo de Água (CVA) e Crescimento Vegetativo de Esgoto (CVE) são de natureza continuada, de modo que são contratos terceirizados que são sempre necessários e que compõem a rotina de operação da Companhia para atender à demanda de expansão dos municípios. **Vale ressaltar que os municípios a serem contemplados com o crescimento vegetativo de água e esgoto não estão pré-definidos, podendo ser quaisquer cidades onde haja operação da empresa.** Nestas modalidades, as obras serão realizadas sob demanda dos clientes ou conforme crescimento orgânico dos municípios.

Segundo o MGAS, os investimentos neste Componente permitirão a ligação de cerca de 40.000 agregados familiares à rede de água potável e de 135.000 agregados familiares à rede de saneamento entre 2023 e 2027.

Já o **‘Componente 2 - Melhorias operacionais’** busca a redução das perdas físicas e comerciais nas redes de água potável da COPASA. O Componente será focado na região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), que, de acordo com o MGAS, é particularmente afetada com taxas de perdas elevadas. As Melhorias Operacionais são o conjunto de obras e serviços executados nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, que visa promover maior eficiência, desempenho, aumento de performance/capacidade produtiva, redução do custo operacional, aumento da segurança operacional e/ou redução de perdas físicas e comerciais nas redes de água potável.

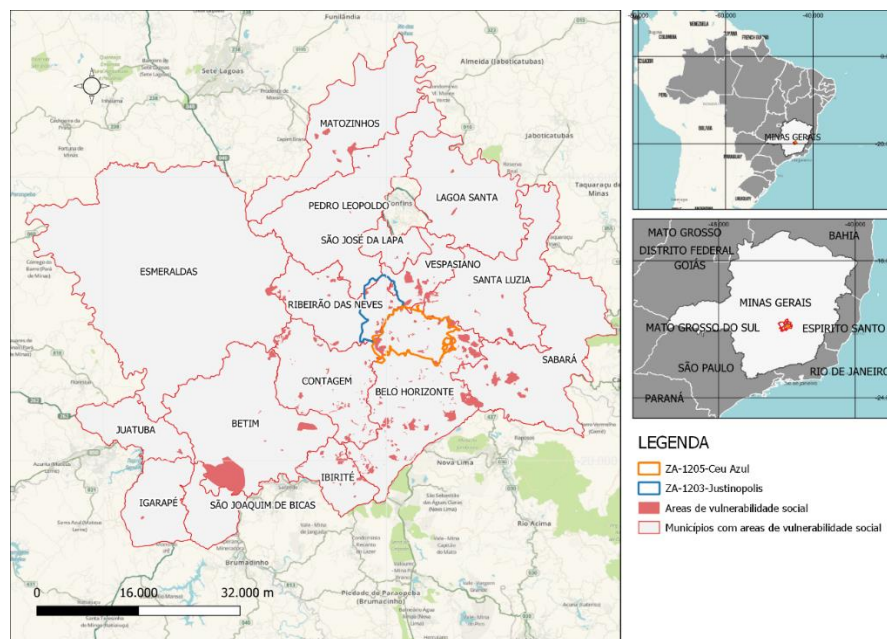
A COPASA organizou as ações relacionadas às melhorias operacionais em dois subitens: melhoria da eficiência e redução de perdas hídricas. As ações para melhoria da eficiência visam a revitalização de unidades;

implementação de elementos inexistentes no sistema, como construção de caixas de manobra, construção de poços de visita; construção de novas redes e ligações para eliminação de travessias e a substituição de redes com alto índice de vazamentos.

Já as ações para a redução das perdas visam reduzir o volume de água produzido pela companhia consumida pelo cliente que não é contabilizado, devido a erros de medição dos hidrômetros, ligações clandestinas, violação nos hidrômetros e falhas no cadastro comercial, além de vazamentos. O escopo destas ações são as Zonas de Abastecimento ZA 1203/1205 da Unidade de Negócio Metropolitana situadas em Belo Horizonte, Vespasiano e Ribeirão das Neves. Estas áreas definidas representam 14,2% das perdas da Unidade de Negócio Metropolitana Belo Horizonte (referentes à aproximadamente 200.000 ligações, ou 800.000 habitantes). De acordo com a COPASA, além das ações nas Zonas de Abastecimento ZA 1203/1205, serão realizadas ações para substituição de 240 km de redes, bem como de ramaís, construção de caixas e outras intervenções necessárias à adequação da estrutura de abastecimento para redução das perdas reais de água.

A Figura abaixo apresenta a localização das zonas de abastecimento ZA 1203 (linha azul) e ZA 1205 (linha laranja), bem como as áreas de vulnerabilidade social (polígonos vermelhos) que receberão intervenções da COPASA. São 864 áreas de vulnerabilidade social distribuídas por 16 municípios de Minas Gerais (Belo Horizonte, Betim, Contagem, Esmeraldas, Ibirité, Igarapé, Juatuba, Lagoa Santa, Matozinhos, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa e Vespasiano).

Figura 2 - Localização geográfica das áreas de vulnerabilidade, das zonas de abastecimento ZA 1203 e ZA 1205 e dos municípios que contém áreas de vulnerabilidade.



Fonte: MGAS

De acordo com os dados apresentados no MGAS, os investimentos no Componente 2 visam evitar mais de 12 milhões de m³ de perdas técnicas por ano e regularizar 80.000 ligações informais.

É válido indicar que, segundo a empresa, não será utilizada força policial em áreas de vulnerabilidade social para corrigir irregularidades e reduzir eventuais perdas hídricas. As intervenções são sempre mediadas pela equipe social, seja ela composta por empregados próprios ou por meio de contratos de prestação de serviços terceirizados, cujos profissionais são capacitados pela equipe da COPASA acerca das etapas a serem seguidas dentro do que é chamado de "cadeia de corte", que consiste em uma série de sanções e procedimentos previstos na Resolução 131/2019 da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Minas Gerais (ARSAE-MG). A resolução define que, em casos de inadimplência, há a previsão de corte do abastecimento, onde o cliente é avisado do débito 30 dias antes de qualquer possibilidade de sanção.

Nesse sentido, a empresa indicou que tem dificuldade de cumprir essa cadeia de corte nas áreas de vulnerabilidade social. De acordo com sua experiência, a Companhia entende que as sanções não são efetivas como forma de controle e incentivo à regularização das ligações. Dessa maneira, a proposta dos contratos de Combate a Perdas Aparentes nessas áreas é uma tentativa de sanar estas dificuldades por meio da mobilização social como principal ferramenta de conscientização dos clientes dessas áreas, em detrimento da interrupção de fornecimento de água.

Os dois principais municípios onde haverá atuação para redução de perdas são Belo Horizonte e Ribeirão das Neves. Estes municípios integram a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), a 4ª maior concentração urbana do Brasil, sendo composta por 34 municípios⁶⁰. A RMBH abrange um território de 9.164,10 km² e abriga uma população de 5.127.694 de acordo com o Censo 2022, sendo a 3ª mais populosa entre as 11 áreas metropolitanas brasileiras.

Conforme apresentado anteriormente, de acordo com o Painel Saneamento Brasil⁶¹, em 2022, 16,2% da população do estado de Minas Gerais não possuía acesso à água tratada, e 23,8% não tinha acesso à coleta de esgoto.


Ainda de acordo com o Painel, em 2022 Belo Horizonte apresentava bons resultados no tema, com 100% da população com acesso água, à frente da média do estado e do país (83,8% e 84,2%, respectivamente). Já o município de Ribeirão das Neves apresentava uma taxa de 83,2% da população que contava com esse serviço. Já em relação ao acesso ao esgotamento sanitário, tanto Belo Horizonte quanto Ribeirão das Neves contam com 100% e 75,4% da população atendida respectivamente, também à frente da média do estado e do país (76,8% e 55,5%, respectivamente).

Apesar de Belo Horizonte apresentar bons indicadores em relação ao abastecimento de água e tratamento do esgoto, a gestão dos recursos hídricos não se limita à atuação municipal, visto que o sistema hidrológico da região está interligado e Belo Horizonte recebe, em seus cursos d'água, esgotos não tratados de municípios vizinhos. De acordo com o Planejamento Estratégico Belo Horizonte 2030⁶², a capital do estado de Minas Gerais é abastecida por vários sistemas metropolitanos integrados.

⁶⁰ https://www.ipea.gov.br/redeipea/images/pdfs/governanca_metropolitana/rel1_1_rmbh.pdf

⁶¹ <https://www.painelsaneamento.org.br/>

⁶² Planejamento Estratégico de Belo Horizonte 2030, disponível em https://marciolacerda.com.br/wp-content/uploads/plano-bh2030/BH2030_2_3_Avaliacao.pdf

	<p>De acordo com o Ranking de Saneamento 2024 do Instituto Trata Brasil⁶³, que avalia os 100 maiores municípios do Brasil considerando diversos indicadores relacionados ao tema do saneamento, Belo Horizonte está classificado na 42ª posição do ranking total, enquanto Ribeirão das Neves ocupa a 69ª.</p> <p>Além disso, segundo os dados mais recentes⁶⁴, Belo Horizonte está entre os 20 melhores municípios dentre os avaliados para o Indicador de Ligações de Esgoto (ILE) - onde atinge a taxa de 100% de cobertura - e com um dos 10 piores colocados no indicador IIT (Investimentos Totais por Arrecadação). Já Ribeirão das Neves ocupa a posição nº 91 em relação ao indicador IPD (Índice de Perdas na Distribuição), com o valor 57,31%, sendo que a média dos municípios avaliados em 2021 foi de 36,51%. Quanto menor for essa porcentagem, mais bem classificado o município deve estar no Ranking, pois uma menor parte da água produzida é perdida na distribuição.</p> <p>Sendo assim, avaliamos que a operação terá benefícios socioambientais mensuráveis e que podem ser garantidos por meio da gestão da COPASA e da AFD.</p> <p>Nível de alinhamento com as melhores práticas no GLP/SLP 2: Considerando o exposto acima, avalia-se que processo de seleção e avaliação dos projetos possui lacunas relacionadas ao critério de mitigação e adaptação e resiliência da CBI e aos critérios de mitigação e adaptação da Taxonomia da União Europeia. Além disso, o nível de alinhamento com as melhores práticas foi afetado por controvérsias encontradas envolvendo a Companhia.</p> <p>Apesar disso, considerando que o estado de Minas Gerais ainda possui desafios relacionados ao saneamento básico, e que são necessários investimentos constantes para manter níveis satisfatórios de atendimento à população, avaliamos, com base na literatura destacada, que as categorias de projetos financiadas geram benefícios ambientais e sociais tangíveis e mensuráveis.</p> <p>Assim, o nível de alinhamento da operação frente ao princípio GLP/SLP 2 - ‘Processo para seleção e avaliação de projetos’ foi considerado como “Confortável”.</p>
<p>Gestão de Recursos</p> 	<p>Características do financiamento: Conforme apresentado na Seção ‘Uso de Recursos’, a COPASA tem o objetivo de captar recursos para i) executar novas ligações de água e esgoto e realizar ajustes nas redes terciárias, conforme necessário, para substituir tubulações antigas ou subdimensionadas e permitir uma melhor operação; e (ii) aumentar sua eficiência operacional.</p> <p>A Cláusula 2 do contrato indica que o Mutuário aplicará todos os valores emprestados por ele sob esta Linha de Crédito exclusivamente para financiar e/ou refinarciar Despesas Elegíveis, conforme descrito no Anexo 2 do documento. Este Anexo apresente os Componentes 1 e 2 que serão financiados através dos recursos da linha de crédito.</p>

⁶³ <https://tratabrasil.org.br/wp-content/uploads/2024/04/Relatorio-Completo-Ranking-do-Saneamento-de-2024-TRATA-BRASIL-GO-ASSOCIADOS.pdf>

⁶⁴ https://tratabrasil.org.br/wp-content/uploads/2023/03/Versao-Final-do-Relatorio_Ranking-do-Saneamento-de-2023-2023.03.10.pdf

Além disso, de acordo com o contrato, a Linha de Crédito será disponibilizada em um ou vários Saques, desde que o valor de tais Saques não exceda a Linha de Crédito Disponível e o número de Saques não exceda oito. Cada Saque será disponibilizado na forma de adiantamentos.

O primeiro Saque deve ocorrer até 23 de janeiro de 2025 e o saque total da Linha de Crédito deve ocorrer até 28 de dezembro de 2028.

Conforme mencionado anteriormente, os recursos serão integralmente alocados para financiar investimentos em CAPEX. De acordo com o Programa de Investimentos da COPASA, o valor projetado de investimentos até 2028 é consideravelmente superior do que o valor da linha de crédito, conforme indicado abaixo:

Tabela 3 - Valor projetado de investimentos vs. Valor da Linha de Crédito

Valor projetado de investimentos pela COPASA entre 2024 e 2028 ⁶⁵	Valor da Linha de Crédito
EUR 1.841.735.849,06	EUR 200.000.000

Fonte: Programa de Investimentos COPASA⁶⁶

Além disso, de acordo com o Release de Resultados de 2023⁶⁷, entre 2021 e 2023 foram investidos R\$3.234,3 milhões em obras de água e esgoto da Companhia. Dessa forma, pode-se considerar que foram investidos anualmente cerca de R\$ 1.078,1 milhões nestas obras, garantindo lastro para os gastos realizados em 2023 que serão refinanciados, mencionados abaixo. Ademais, supondo que este investimento se mantenha constante até 2028, os investimentos nesse tipo de projeto serão de aproximadamente R\$ 5.390 milhões entre 2024 e 2028.

A COPASA indicou a seguinte previsão de desembolsos para a linha de crédito com a AFD, sendo que R\$100.000.000 (ou EUR 18.867.924) serão utilizados para refinanciamento de obras realizadas em 2023.

Tabela 4 - Previsão de desembolso (em R\$ e EUR) e Percentual equivalente do total da Linha de Crédito

	2024	2025	2026	2027
Previsão em R\$	R\$ 290.212.500	R\$ 280.768.000	R\$ 280.668.000	R\$ 208.351.500
Previsão em EUR	EUR 54.757.075	EUR 52.975.094	EUR 52.956.226	EUR 39.311.604
Percentual da Linha de Crédito	27,4%	26,5%	26,5%	19,7%

Fonte: COPASA

Considerando as informações apresentadas acima, o Programa de Investimentos da COPASA e os investimentos realizados nos anos anteriores em obras de água e esgoto, fica claro que o valor previsto a ser desembolsado em projetos de água e esgoto é consideravelmente superior ao valor da linha de crédito, mitigando os riscos de que estes recursos sejam alocados em ativos não elegíveis à rotulagem sustentável.

⁶⁵ Para conversão em euros, foi utilizada a taxa de câmbio 5,3 R\$/EUR, conforme utilizado no Plano de Aquisições da empresa.

⁶⁶ <https://ri.COPASA.com.br/a-companhia/plano-plurianual-negocios/>

⁶⁷ <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/8bdb3906-0618-4e78-bbe3-a0be9f02d8cc/b8a1aeaf-02bb-1f53-dd31-75245fb0d796?origin=1>

A COPASA indicou que todos os usos de recursos da linha de crédito serão auditados externamente. A auditoria dos recursos utilizados para refinarar obras realizadas em 2023 será realizada assim que a auditoria externa for contratada, através de comprovantes de pagamentos das despesas ocorridas. Já a auditoria referente às despesas realizadas a partir de 2024 será realizada na medida de sua ocorrência, após o primeiro desembolso. A ERM NINT irá verificar a alocação adequada nos recursos com base nos relatórios das auditorias realizadas durante a execução do Relatório de Verificação (mais informações na Seção 4. Relato).

Além disso, vale ressaltar que esta é a primeira operação rotulada da COPASA. Sendo assim, os projetos elegíveis não foram objetos de outra operação verde, não havendo risco de sobreposição de recursos rotulados.

Procedimentos para gestão dos recursos e alocação de recursos temporariamente não alocados nos projetos: A COPASA abriu uma conta - Conta de Financiamento de Despesas Elegíveis do Projeto - em nome do Projeto, onde os adiantamentos serão pagos. A conta terá o único propósito de receber os Saques e pagar as Despesas Elegíveis.

Conforme indicado acima, o contrato também estabelece que a Conta de Financiamento de Despesas Elegíveis será auditada anualmente. A empresa de auditoria deverá verificar se todos os valores sacados pagos à conta foram utilizados de acordo com os termos estabelecidos no contrato.

A COPASA será responsável por monitorar os projetos e produzir relatórios semestrais de acompanhamento financeiro e técnico, bem como auditorias anuais e um relatório final após a conclusão dos projetos.


Dentre as condições estabelecidas no contrato para a realização dos saques está a entrega da COPASA para a AFD de um certificado assinado por um representante devidamente autorizado da COPASA indicando que pelo menos 80% do Adiantamento imediatamente anterior ao Adiantamento solicitado na Solicitação de Saque e 100% do penúltimo Adiantamento foram utilizados, incluindo uma discriminação detalhada do pagamento em relação às Despesas Elegíveis durante o período relevante. A COPASA também deverá fornecer a AFD uma estimativa revisada dos custos do Projeto, bem como das Despesas Elegíveis.

Em relação aos recursos temporariamente não alocados, a COPASA indicou que estes serão alocados em ativos de baixo risco e alta liquidez, como Certificados de Depósito Bancário (CDBs).

Além disso, é estabelecido no contrato que, no caso de falha em justificar o uso dos fundos, ou seja, a COPASA não justificar de forma satisfatória a AFD o uso dos saques, a Companhia deverá pagar antecipadamente a totalidade ou parte do financiamento (evento de pagamento antecipado obrigatório).

Dessa forma, avaliamos que o processo de gestão de recursos, respaldado pelos compromissos assumidos no contrato da linha de crédito, mitiga o risco de que os recursos líquidos captados sejam usados para outros fins que não os apresentados na Seção 'Uso de Recursos' deste Relatório.

Nível de alinhamento com as melhores práticas no GLP/SLP 3: O contrato de linha de crédito estabelece mecanismos de vencimento antecipado no

	<p>caso de alocação dos recursos em projetos não elegíveis. Além disso, os recursos captados serão depositados em conta separada para os projetos e foi identificado um baixo risco de contaminação e sobreposição dos recursos sustentáveis/azuis, de modo que o nível de alinhamento da operação com o ‘Gestão dos Recursos’ (<i>Green Bond Principle 3 e Social Bond Principle 3</i>) foi considerado ‘Liderança’.</p>
<p>Relato</p> 	<p>Relato: A Companhia reportará anualmente a alocação dos recursos até que seja comprovada a totalidade da destinação dos recursos captados. Além da alocação dos recursos obtidos através da linha de crédito, serão reportados indicadores sobre impactos sociais e ambientais associados aos projetos financiados.</p> <p>Os indicadores serão reportados anualmente para os investidores e ao público em geral através dos Relatórios de Sustentabilidade da COPASA, Formulários de Referência e Demonstrações Financeiras, como Release de Resultados. Todos estes documentos estarão disponibilizados no <i>website</i> da empresa⁶⁸.</p> <p>Além disso, a equipe socioambiental da COPASA, que trabalhará em parceria com a UGP, exigirá que as contratadas (empreiteiras) e empresas supervisoras apresentem relatórios de monitoramento mensais sobre o desempenho ambiental, social, de segurança e de saúde ocupacional das obras, conforme métricas especificadas nos documentos de licitação e contratos. Estes relatórios serão enviados anualmente para a AFD.</p> <p>O seguinte indicador financeiro será relatado:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Saldo a liberar da linha de crédito com AFD (R\$). <p>Os seguintes indicadores socioambientais serão relatados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Índice de Cobertura do serviço de água (%); • Indicador de ligações de água (Ligações); • Índice de Cobertura do serviço de esgoto (%); • Índice de ligações de esgoto (Ligações); • Índice de população atendida (água e esgoto); • Índice de perdas. <p>O relato dos indicadores socioambientais selecionados refletirá a performance da COPASA como um todo, e não apenas dos projetos financiados. Os projetos que serão financiados fazem parte do programa de investimentos da empresa como um todo, dificultando a segregação dos benefícios e indicadores para cada projeto específico. Apesar do compromisso com a transparência assumido pela COPASA, avaliamos que o relato a nível corporação e/ou empréstimo reduz o nível de transparência sobre os benefícios dos projetos financiados.</p> <p>A Companhia se comprometeu a realizar uma verificação externa pós-emissão (Relatório de Verificação) referente aos investimentos incluídos neste Relatório, a ser conduzida pela ERM NINT, na qual será verificado se os recursos foram alocados conforme o previsto e se os benefícios socioambientais esperados se materializaram.</p>

⁶⁸ <https://ri.COPASA.com.br/>

	<p>Esta verificação deverá ocorrer até dezembro de 2025, em menos de 24 meses após a assinatura do contrato da linha de crédito, em linha com as melhores práticas consideradas pela ERM NINT.</p> <p>A COPASA se comprometeu a disponibilizar o Relatório de Verificação externa pós-emissão em seu <i>website</i>. Vale notar que a Companhia já contratou esse serviço junto à ERM NINT, dando mais segurança em relação ao compromisso. Além disso, a Companhia se comprometeu a disponibilizar este Parecer Independente em seu <i>website</i>.</p> <p>Nível de alinhamento com as melhores práticas no GBP4: O nível de alinhamento da emissão frente ao princípio ‘Relato’ (<i>Green Bond Principle 4</i> e <i>Social Bond Principle 4</i>) foi considerado como “Confortável”. A COPASA realizará relatos anuais sobre a alocação e os benefícios socioambientais, incluindo uma verificação externa a ser realizada até dezembro de 2025. No entanto, os indicadores socioambientais não serão relatados à nível de projeto, sendo incorporados à performance da empresa como um todo. A ERM NINT entende que isto reduz o nível de transparência do relato dos benefícios dos títulos sustentáveis e azuis.</p>
--	---


Equipe técnica responsável



Camila Ballini Luiz

Consulting Senior Associate


camila.ballini@erm.com



Camila Toigo

Managing Consultant

camila.toigo@erm.com



Cristóvão Alves

Partner

crisovao.alves@erm.com

Rio de Janeiro, 08/05/2024

3. Performance ASG da COPASA

A COMAG (Companhia Mineira de Água e Esgoto) foi fundada em 1963 pelo Estado de Minas Gerais, com o objetivo de gerenciar os serviços de abastecimento de água e saneamento para os municípios do estado. Posteriormente, em 1974, a COMAG passou a se chamar Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG⁶⁹.

A COPASA atua na captação, tratamento e distribuição de saneamento no estado de Minas Gerais, juntamente com sua subsidiária Copanor. Segundo os dados do seu Relatório de Sustentabilidade de 2022⁷⁰, a empresa possui 640 concessões para fornecimento de água, beneficiando 11,8 milhões de pessoas, e 309 concessões referentes ao esgotamento sanitário, atendendo a 8,5 milhões de pessoas.

A análise ASG da COPASA tem como objetivo avaliar sua capacidade de medir, prevenir, mitigar e compensar impactos socioambientais associados aos serviços que presta. Dessa maneira, é possível averiguar sua capacidade de manter inalteradas as condições que permitem que os projetos descritos sejam elegíveis para uma operação caracterizada como Empréstimo Sustentável.

Nesse contexto, foi realizada uma avaliação de políticas e práticas da empresa com base em documentos e informações públicas e confidenciais. Adicionalmente, foram pesquisados fatos controversos de caráter social, ambiental e de governança envolvendo a Companhia.

Ambiental

A Companhia apresentou à ERM NINT um documento de formalização de seu Programa de Conformidade Ambiental Total, que visa estabelecer procedimentos para mitigar, compensar e controlar potenciais impactos ambientais provocados por sua operação. O Programa é estruturado através dos seguintes pilares:

- a) Compromisso dos gestores com a regularização e conformidade ambiental;
- b) Compromisso dos empregados com a regularização e conformidade ambiental;
- c) Integração de processos, treinamentos e comunicação;
- d) Implantação de Sistema de Gestão Ambiental (SGA); e
- e) Mudança de cultura frente às questões ambientais e mudanças climáticas.

O Programa é coordenado pela Unidade de Controle Ambiental (USCA), que define os requisitos ambientais a serem incorporados nas práticas operacionais diárias da empresa. No contexto do Programa, foram determinados indicadores de desempenho a serem acompanhados pela COPASA para monitorar a regularização ambiental de sua operação, sendo eles (i) percentual de outorgas regularizadas, (ii) percentual de ETAs regularizadas, (iii) percentual de ETEs regularizadas, (iv) qualidade de efluentes de ETE, (v) frequência de monitoramento de efluentes e corpos receptores, e (vi) atendimento a condicionantes ambientais.

⁶⁹ <https://ri.copasa.com.br/a-companhia/historico/>

⁷⁰ <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/8bdb3906-0618-4e78-bbe3-a0be9f02d8cc/29c8ec15-b721-a630-ee0a-d34283a681a0?origin=2>

Neste sentido, de acordo com o Relatório de Sustentabilidade de 2022 da empresa, qualquer intervenção ambiental necessária para os empreendimentos são autorizadas pelo Instituto Estadual de Florestas e secretarias municipais de meio ambiente, as intervenções em recursos hídricos são autorizadas pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), através de portarias de outorgas, e os licenciamentos ambientais das unidades são buscados na fase de projeto, nos quais as Superintendências Regionais de Meio Ambiente e as Secretarias Municipais de Meio Ambiente autorizam a instalação e operação.

A COPASA possui um Sistema GERHA - Gestão dos Recursos Hídricos e Ambientais, que se trata de um Sistema de Informação Geográfica (SIG) aplicado à gestão dos recursos hídricos e ambientais busca aprimorar a administração ambiental, assegurando conformidade com a legislação ambiental em vigor. Este sistema integra dados geográficos e ambientais para análise e tomada de decisões eficazes, permitindo uma gestão mais precisa e sustentável dos recursos hídricos e ambientais.

Ademais, a Companhia possui um sistema denominado LAISA (Levantamento de aspectos e impactos socioambientais) que realiza as análises dos ciclos dos mananciais, operação, serviços aos clientes e descarte final tanto da COPASA como de seus clientes. A empresa também conta com planos de ação para mitigação de eventuais impactos negativos, denominado PAMDA (Plano Anual de Melhoria do Desempenho Socioambiental) e monitora a eficácia do controle de impactos adversos utilizando o MISA (Indicador de Mitigação de Impactos Socioambientais) para avaliar a eficiência, eficácia ou efetividade da prática.

Além disso, a COPASA possui uma Política de Sustentabilidade, cujo objetivo é estabelecer as diretrizes e compromissos para o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), assumidos perante a Organização das Nações Unidas - ONU através da adesão ao Pacto Global. A Política abrange processos organizacionais relacionados a gestão do Meio Ambiental, questões Sociais e Governança da empresa.

Em relação a gestão de resíduos gerados na operação, de acordo com o Relatório de Sustentabilidade, os resíduos provenientes das plantas de tratamento de água e esgoto são acompanhados pelo Sistema MTR - Manifesto de Transporte de Resíduos, em conformidade com a Deliberação Normativa Copam 232/2019, onde são registrados as origens e os volumes dos resíduos transportados, sendo essas informações comunicadas à Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM).

Já em relação a gestão de recursos hídricos, a COPASA monitora os mananciais superficiais e subterrâneos e rede pluviométrica, permitindo o acompanhamento das vazões e identificação dos mananciais com maior risco de falha, possibilitando o planejamento operacional dos sistemas de abastecimento de água. A qualidade do tratamento da água bruta captada, realizado nas ETAs, é monitorada em laboratórios da Empresa certificados pela ISO 17.025, equipados para realizar análises físico-químicas, microbiológicas e hidrobiológicas para fins de atendimento aos requisitos legais e de controle interno de qualidade.

Na fase operacional, o vazamento de água em subestações é um grande risco relacionado à desperdício, tendo em vista o potencial de perda de água. Nesse sentido, a COPASA possui uma Gestão de Perdas de Água, onde utiliza tecnologias, como sistemas de telemetria, para identificar vazamentos e o uso de ferramentas de análise de dados para otimizar o uso da água.

Em relação ao monitoramento da qualidade do tratamento de esgoto realizada nas ETEs, é feito o monitoramento do afluente e efluente em termos quantitativos e qualitativos. A empresa também realiza avaliações qualitativas dos corpos receptores para subsidiar estudos e medidas mitigadoras dos impactos dos lançamentos dos efluentes tratados e monitora os piezômetros instalados nas ETEs para verificação de possíveis danos nas unidades de tratamento visando também à proteção de solo e aquíferos em seu entorno.

Ainda, a COPASA desenvolve ações para proteção e recuperação das bacias hidrográficas, como o Programa Pró-Mananciais, que visa recuperar e preservar as bacias hidrográficas e áreas de recarga de mananciais superficiais e subterrâneos onde a COPASA capta água para o abastecimento público, garantindo assim maior segurança neste abastecimento.

Em relação à estratégia climática da empresa, em 2014 foi instituído um Comitê Clima, responsável pela realização do inventário anual de emissões dos Gases do Efeito de Estufa (GEE). Este Comitê reporta anualmente ações de mitigação e adaptação realizadas pela COPASA, os riscos corporativos ligados às mudanças climáticas, e demais informações relevantes na plataforma mundial *Carbon Disclosure Project* (CDP). Além disso, segundo o Relatório de Sustentabilidade de 2022, a empresa está determinando metas de médio e longo prazo que serão estabelecidas para emissões de GEE.

A Companhia também busca utilizar energia renovável em suas estações de tratamento de água e esgoto como a solar e a biomassa. De acordo com o Relatório de Sustentabilidade de 2022, a COPASA fará, em 2023, aquisição de 10 MWmed de energia proveniente de fontes renováveis, no Ambiente de Contratação Livre - ACL, o que apresenta cerca de 9 % do consumo de energia da Companhia. Além disso, COPASA está desenvolvendo um projeto de geração solar que prevê entre os anos de 2023 e 2025, que cerca de 5% adicionais do suprimento de energia elétrica seja feito por meio de usinas solares fotovoltaicas.

Social

A COPASA é associada ao Pacto Global da ONU, desde 2020. Na ocasião, foi formalizado um compromisso com questões relacionadas aos Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção. A COPASA também é associada ao Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e integra a Rede Desafio 2030, composta por organizações líderes em Sustentabilidade no estado de Minas Gerais. Em parceria com o Pacto Global e a Rede Desafio 2030 (D2030), a Companhia integra o primeiro Hub ODS.

De acordo com o Relatório de Sustentabilidade, a COPASA realiza diagnósticos utilizando a metodologia do programa Engajar para Transformar buscando integrar as partes envolvidas e promover maior participação comunitária. Segundo o Relatório, a empresa promove consultas amplas a comunidades locais, incluindo grupos vulneráveis, para monitorar resultados e necessidades de ajustes nas ações.

Dentre as ações da empresa com a comunidade local, destaca-se a condução de programas de educação ambiental e comunicação social com as comunidades vizinhas aos

empreendimentos, como o Programa Chuá de Educação Ambiental⁷¹ que, em 2022 contou com a participação de 1,9 mil estudantes de 8 escolas participantes. O projeto visa mostrar aos alunos do ensino fundamental o alcance da água, desde o processo de tratamento às noções básicas de higiene, incluindo as doenças de veiculação hídrica.

Em termos de manutenção da qualidade dos serviços prestados, a Companhia possui o Programa Inova COPASA, lançado em 2021, com o objetivo de elevar a eficiência, a produtividade e a qualidade dos serviços prestados. Para isto, a empresa adota o uso de tecnologia para monitorar remotamente o funcionamento e a qualidade das redes de distribuição de água e esgoto.

A COPASA possui um Sistema de Gestão de Saúde e Segurança, sustentado pela Política de Saúde e Segurança da Companhia, que visa proteger a integridade, a saúde e a capacidade de trabalho de conselheiros, diretores, colaboradores, estagiários e aprendizes, profissionais de qualquer natureza, bem como de qualquer pessoa física ou jurídica com quem a COPASA se relaciona, sejam elas fornecedores, prestadores de serviços, clientes ou outros. A empresa conta com 77 Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA) ativas, com participação de representantes da empresa e dos empregados.

A equipe de Segurança do Trabalho é responsável por realizar sistematicamente inspeções nas unidades e frentes de serviço. Cada inspeção gera um relatório que é inserido no Sistema ERP (*Enterprise Resources Planning - Software* de gerenciamento dos recursos e processos) e direcionado ao gestor da unidade organizacional para ciência e eventuais providências. Vale ressaltar que as empresas contratadas também são submetidas à fiscalização acompanhada de auditoria documental e são igualmente cobradas sobre as regras de saúde e segurança específicas.

Além disso, a empresa mantém o Programa Acidente Zero, implementado em caráter permanente em julho de 2020, além de demais programas de saúde e segurança do trabalho, como o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e o Programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional (PCMSO).

Em relação a Diversidade e Inclusão, a COPASA reporta que em 2022 atingiu 33,1% de cargos gerenciais ocupados por mulheres e reporta diversos dados voltados para o tema em seu Relatório de Sustentabilidade. A Companhia também indica que busca se comprometer com a inclusão social e de gênero em suas relações contratuais. Nesse sentido, a COPASA tem uma diretriz junto a empresas contratadas para, quando possível, contratarem mulheres residentes no território onde o contrato será executado. Como resultado, houve a contratação de 55 moradoras atuantes em áreas de vulnerabilidade social para mobilização social no Contrato de Performance BH e a contratação de 10 mulheres da comunidade rural em Montes Claros.

Foi verificado que a COPASA e sua subsidiária não constam no Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo (Lista Suja do Trabalho Escravo⁷²). O referido Cadastro é disponibilizado e divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

⁷¹ <https://www.copasa.com.br/wps/portal/internet/pesquisa-escolar/destaques/historico-programa-chua>

⁷² https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2024/04/cadastro_de_empregadores-050424.pdf - Acesso em 30/04/2024.

Governança

A estrutura de governança da COPASA é composta por uma Assembleia Geral de Acionistas, Conselho da Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário, Diretoria Executiva, Companhia o Comitê de Auditoria Estatutário, Comitê de Gestão de Pessoas e Comitê de Planejamento Estratégico⁷³.

Em relação à alta administração⁷⁴ da Companhia, destaca-se que a Diretoria Executiva é separada do Conselho de Administração, de modo que o presidente do Conselho e o diretor-executivo não são a mesma pessoa. Ainda, 4 dos 7 membros do Conselho são independentes. No entanto, vale ressaltar que não há mulheres na Diretoria Executiva, enquanto no Conselho de Administração há apenas uma mulher.

Além disso, a Companhia possui uma Comissão de Ética cujo objetivo é divulgar normas de comportamento a serem seguidas e atuar na prevenção e na apuração de falta de ética nas operações da empresa. Os relatórios de atividade da comissão podem ser acessados através do *website* da COPASA⁷⁵.

A COPASA possui um Código de Conduta e Integridade⁷⁶, que aborda temas como transparência, brindes e cortesias, bem como combate à corrupção e à discriminação. A empresa também possui uma Política de Prevenção a Corrupção e uma Política de Gestão de Riscos.

A empresa também conta com um Código de Conduta e Integridade para Fornecedores, onde são estabelecidos critérios de comportamentos que propiciem a observância à legislação, especialmente relacionada à anticorrupção, meio ambiente, saúde e segurança do trabalho, direitos humanos, a inclusão, a diversidade e ao combate a qualquer tipo de discriminação. A empresa adota medidas para assegurar a conformidade dos fornecedores com os requisitos regulatórios e normativos, como o recebimento do Treinamento de Responsabilidade realizado pela unidade de Compliance a observância da Agenda ESG nas contratações. Além disso, são realizadas visitas às instalações dos contratados para verificação de suas adequações.

A COPASA conta com um Canal de Denúncias⁷⁷, sob responsabilidade da Auditoria Interna, com subordinação direta ao Conselho de Administração. Este canal tem como objetivo principal coibir práticas ilícitas e contrárias aos interesses da empresa, tais como corrupção, fraude, irregularidades e conflito de interesses, além de facilitar a comunicação, apuração e tratamento dessas práticas. Em 2022, a Companhia reportou que foram recebidas 415 denúncias, das quais 66% tiveram suas apurações concluídas, sendo que em 44% dos casos os fatos foram considerados procedentes ou parcialmente procedentes.

De acordo com seu Relatório de Sustentabilidade, a empresa adota uma Gestão de Riscos que visa antecipar crises e proteger os objetivos da empresa. Para isso, a companhia adota políticas para lidar com os riscos associados aos processos de negócio, gestão e suporte. Quanto a Controles Internos, a COPASA implementa um sistema

⁷³ <https://ri.copasa.com.br/governanca-corporativa/estrutura-organizacional/>

⁷⁴ <https://www.copasa.com.br/wps/portal/internet/governanca-corporativa/estrutura-organizacional>

⁷⁵ <https://www.copasa.com.br/wps/portal/internet/governanca-corporativa/estrutura-organizacional>

⁷⁶ https://www.copasa.com.br/media2/CodConduta_IntegDigital_202301.pdf

⁷⁷ <https://copasa.com.br/media2/Jornadaaudit/>

baseado no modelo das Três Linhas, conforme recomendação do IIA Global. Na primeira linha, os gestores operacionais são responsáveis pela gestão direta dos riscos e pela implementação de ações corretivas. Na segunda linha, gestores corporativos supervisionam a conformidade e monitoram os riscos de forma integrada. Por fim, na terceira linha, a Auditoria Interna realiza uma avaliação independente da eficácia dos sistemas de controle e gestão de riscos, garantindo sua adequação e suficiência em todos os níveis da organização.

Além disso, a COPASA possui um Subcomitê de Sustentabilidade, composto por responsáveis pelos principais processos que impactam diretamente nos resultados da Agenda ESG, que atua para garantir o alinhamento interno da Agenda e da estratégia corporativa às melhores práticas de mercado relacionadas à gestão da sustentabilidade. Suas ações incluem propor procedimentos de gestão da sustentabilidade corporativa, monitorar sua performance, promover melhorias e demonstrar sua contribuição para os resultados do negócio.

As Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP)⁷⁸ da empresa são divulgadas no seu *website*. As DFP do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes. Não há parágrafos de ressalva e ênfase nos relatórios dos auditores independentes sobre a referida DFP.

Outras informações sobre a Diretoria, sobre seu Conselho de Administração Comitês, e outras políticas socioambientais e de governança são divulgadas publicamente no *website*⁷⁹ da empresa.

Pesquisa de Controvérsias ASG

Por meio de pesquisa em portais fiscalização ambiental e trabalhista, verificamos que a COPASA não consta no Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo e não possui embargos no Ibama nos últimos 5 anos.

Além disso, foi realizada uma pesquisa de mídia acerca de casos com repercussão negativa envolvendo a COPASA. Foram identificadas quinze controvérsias, sendo sete de severidade alta e oito de severidade média. A equipe da Companhia foi consultada sobre os casos e apresentou esclarecimentos, destacados na coluna “Responsividade”.

Tabela 5 - Controvérsias envolvendo a COPASA

Controvérsia	Nível de Severidade	Responsividade
Ambiental		
Agosto/2021: Execução fiscal do Município de Extrema contra Copasa supera R\$ 33 milhões por danos ambientais ⁸⁰	Alto	Defensiva: O Município de Extrema ajuizou Ação de Execução Fiscal contra a Copasa, por débito no valor de R\$ 33.871.061,97. A cobrança é referente a 37 multas decorrentes de autuações ambientais aplicadas contra a empresa de

⁷⁸ <https://ri.copasa.com.br/servicos-aos-investidores/central-de-resultados/>

⁷⁹ <https://www.copasa.com.br/wps/portal/internet/>

⁸⁰ <https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/especial-publicitario/prefeitura-de-extrema/extrema-inovacao/noticia/2021/08/13/execucao-fiscal-de-extrema-contra-copasa-supera-r-33-milhoes-por-danos-ambientais.ghtml>

saneamento por despejar esgoto sem tratamento em rios e córregos de Extrema.

De acordo com carta precatória referente à ação de Execução Fiscal divulgada na matéria, "As infrações ambientais que ensejaram a aplicação das multas foram constatadas por técnicos da Prefeitura Municipal de Extrema, por meio de diligências realizadas entre setembro e dezembro de 2017. Na época, foram identificados 37 pontos de lançamento de esgoto sem tratamento em cursos d'água do município. Já em um novo relatório de fiscalização da Secretaria de Meio Ambiente de Extrema, foram apresentadas as observações das diligências mais recentes realizadas pelo órgão público, nos dias 13 e 14 de maio de 2021, com o objetivo de verificar a situação atual dos pontos de lançamento de efluentes sanitários nos cursos d'água e constatar quais ações foram tomadas pela Copasa em relação às autuações. Verificou-se que em 35 pontos do município continua-se a despejar efluentes sem tratamento, ou seja, quase quatro anos depois - de setembro de 2017 a maio de 2021 - a situação permanece praticamente igual, o que evidencia a incapacidade da empresa em solucionar o problema."

De acordo com a COPASA, a demanda está sendo tratada no âmbito do processo judicial, sendo que a empresa se opõe às alegações do Município de ocorrência de dano ambiental - matéria que será objeto de provas técnicas dentro do processo judicial.

Defensiva: O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) ajuizou ação de execução de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com a Copasa em razão do descumprimento de prazos para a implantação de sistemas de esgotamento e tratamento sanitário no município de Santana do Paraíso. A ação cobra da empresa multa atual de R\$ 958.992,52, que, segundo o TAC, poderá vir a ultrapassar, ao final, corrigida e atualizada, 4 milhões de reais.

Julho/2022: MPMG cobra multa da Copasa pelo descumprimento de prazos para construção de sistema de tratamento sanitário em Santana do Paraíso⁸¹

Alto

Segundo apurado pelo Ministério Público, todo o esgotamento sanitário coletado no município é lançado pela concessionária de serviço público, sem tratamento, em cursos d'água, inclusive em áreas habitadas, atingido parâmetros muito superiores aos previstos na normatização. Diante do grande impacto ambiental e intenso incômodo causado aos moradores, a irregularidade gerou a proposição de Ações Cíveis Públicas e ações criminais pelo MPMG. Para encerrar as ações, a Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Ipatinga, comarca à qual pertence o município, e a Copasa celebraram o TAC que prevê a implantação do sistema de coleta e tratamento de esgoto.

⁸¹ <https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/comunicacao/noticias/acao-proposta-pelo-mpmg-cobra-multa-da-copasa-pelo-descumprimento-de-prazos-para-construcao-de-sistema-de-tratamento-sanitario-em-santana-do-paraizo.shtml#:~:text=O%20Minist%C3%A9rio%20P%C3%ABlico%20de%20Minas,munic%C3%ADpio%20de%20Santana%20do%20Para%C3%ADso.>

No entanto, os prazos do TAC não foram cumpridos, de modo que foi proposta a ação de execução do TAC, cobrando as multas devidas pelo descumprimento.

A COPASA indicou que apresentou defesa, em tramitação nos autos nº5016525-97.2022.8.13.0313 e informou que o processo ainda está seguindo seu curso regular, não tendo havido decisão de mérito definitiva.

Remediativa: O MPMG ajuizou a Ação Civil Pública contra a Copasa em razão de ter sido apurado o descarte ilícito de efluentes não tratados diretamente no ambiente, ocasionando a contaminação de nascentes e do curso d'água denominado Córrego Resfriado. Em diligência realizada no local pela Polícia Militar do Meio Ambiente, ainda em 2016, foi verificado que as águas apresentavam forte odor, cor turva e, em alguns pontos, muita espuma.

O MPMG obteve a condenação definitiva da Copasa na Justiça, que proibiu a Companhia de lançar ou permitir o lançamento de esgoto fora dos padrões legais referentes à Estação de Tratamento de Esgoto Água Limpa, em Lavras, no Sul do estado. A decisão estabeleceu multa diária de R\$1 mil para o caso de descumprimento da decisão, bem como condenou a empresa ao pagamento de indenização de R\$100 mil pelos danos causados à coletividade.

A COPASA indicou que inexistem lançamentos de efluentes sanitários não tratados no solo e nos cursos d'água, no município de Lavras, pelas redes de esgotamento sanitário oficiais.

A situação relatada nos autos decorreu de um refluxo momentâneo de esgoto, ocorrido no ano de 2017, proveniente do despejo irregular de materiais sólidos na rede coletora, causando entupimento do poço de visita e conseqüente transbordamento.

Tão logo identificado o problema, técnicos da concessionária foram ao local e realizaram a manutenção necessária para desobstrução da rede, não havendo registros de novos incidentes no local. A Estação de Tratamento de Esgoto está operando de forma eficiente, inclusive conforme comprovado em laudo pericial judicial realizado no processo.

A COPASA informou ainda que o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional a Lei Estadual nº 12.503/1997, levando à improcedência do pedido do MP no mencionado processo, inexistindo obrigatoriedade da companhia em realizar investimentos na bacia hidrográfica do município de Lavras.

Setembro/2022: Copasa é proibida pela Justiça de lançar esgoto de forma irregular em Lavras⁸²

Médio

⁸² <https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/comunicacao/noticias/a-pedido-do-mpmg-copasa-e-proibida-pela-justica-de-lancar-esgoto-de-forma-irregular-em-lavras.shtml#:~:text=O%20Minist%C3%A9rio%20P%C3%ABlico%20de%20Minas,Lavras%2C%20no%20Sul%20do%20estado.>

Março/2023: A Prefeitura de Belo Horizonte multou a Copasa depois da morte de peixes na Lagoa da Pampulha⁸³

Médio

Defensiva: A Prefeitura de Belo Horizonte multou a Copasa em R\$ 27 mil depois que cerca de sete mil peixes morreram na Lagoa da Pampulha. Segundo a administração municipal, foi verificado que um vazamento de esgoto sem tratamento causou as mortes.

A COPASA indicou que, após rigorosas vistorias e análises realizadas no sistema de esgotamento sanitário na bacia hidrográfica da Pampulha, não foram identificadas irregularidades ou problemas significativos que pudessem estar relacionados à recente mortandade de peixes na lagoa.

A Companhia confirma que recebeu um auto de infração da Prefeitura de Belo Horizonte, no valor aproximado de R\$ 27.000, referente a um suposto vazamento de esgoto. A empresa ressalta que vai recorrer da multa, uma vez que no ponto indicado não foi identificado pela Copasa nenhum vazamento.

Além disso, o relatório técnico da PBH sobre a mortandade dos peixes não trouxe provas da correlação entre qualquer ação da Copasa e a morte dos animais.

A empresa reitera seu compromisso com a transparência e a cooperação, permanecendo à disposição para fornecer todas as informações necessárias para o esclarecimento do caso.

A Copasa reforça, ainda, seu apelo aos proprietários de imóveis na região da bacia da Pampulha para que regularizem suas ligações ao sistema de esgotamento sanitário, uma atitude essencial para a manutenção da qualidade da água na lagoa.

Defensiva: O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) ajuizou Ação Civil Pública (ACP) contra a Copasa por danos ambientais causados em Espinosa pelo lançamento de esgoto sem tratamento no leito do rio Galheiros, na zona urbana do município.

Abril/2023: Copasa é acusada de danos ambientais e morais coletivos por vazamento de esgoto em Espinosa⁸⁴

Médio

De acordo com o MPMG, a Copasa foi responsável por causar problemas na rede coletora em julho de 2021 e outubro de 2022, o que gerou o lançamento de esgoto no rio, o que provocou, conforme parecer técnico, poluição, mortandade de peixes e potencial contaminação de reservatório utilizado para abastecimento público de água.

Antes do ajuizamento da ACP, o MPMG propôs um acordo com a Copasa para solucionar o caso e evitar novos lançamentos de esgoto na natureza. Entretanto, a concessionária não aceitou a proposta. Diante disso, o MPMG acionou a Justiça, cobrando da empresa o pagamento de R\$

⁸³ <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2024/03/19/prefeitura-multa-copasa-apos-morte-de-sete-mil-peixes-na-lagoa-da-pampulha-em-belo-horizonte.ghtml>

⁸⁴ <https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/comunicacao/noticias/copasa-e-acusada-de-danos-ambientais-e-morais-coletivos-por-vazamento-de-esgoto-em-espinosa.shtml#:~:text=Segundo%20a%20Promotoria%20de%20Justi%C3%A7a,peixes%20e%20potencial%20contamina%C3%A7%C3%A3o%20de>

200 mil de indenização: R\$100 mil por danos ambientais, e R\$ 100 mil por danos morais coletivos.

Também é pedido que a Justiça obrigue a Copasa a apresentar projeto técnico com medidas corretivas e preventivas em todo o sistema que margeia o rio de modo a evitar e conter situações de vazamentos, e, conseqüentemente, a chegada dos poluentes ao rio. Além disso, é cobrada a manutenção contínua da rede coletora de esgoto da cidade de Espinosa.

A COPASA informou que apresentou sua defesa e que o processo ainda está seguindo seu curso regular, não tendo havido decisão de mérito definitiva.

Social

Agosto/2020: Funcionário da Copasa é investigado por estupro de menina durante suposta visita técnica⁸⁵

Alto

Remediativo: A Copasa informou que tomou conhecimento da ocorrência registrada pela Polícia Militar de Inhapim e que aguardou a investigação da Polícia Civil sobre o caso para adotar as medidas administrativas cabíveis.

Adicionalmente, houve a abertura de um procedimento administrativo disciplinar (PAD) para o empregado em decorrência do referido Inquérito Policial, com base no Boletim de Ocorrências gerado, referente a investigação dos fatos conduzidos pela Polícia Civil de Inhapim, devido à acusação de suposto crime sexual cometido contra menor de idade, durante horário de trabalho. O referido PAD está suspenso até a conclusão do inquérito. O empregado está afastado pelo INSS até 28/04/2024.

Setembro/2021: Patos de Minas multa Copasa por falta de água⁸⁶

Médio

Defensiva: O Procon de Patos de Minas multou a Copasa em R\$ 1 milhão por causa da falta d'água. De acordo com a notícia, um acidente com um carro derrubou postes e prejudicou a distribuição de energia elétrica na estação de captação que fica no Rio Paranaíba, principal manancial de abastecimento de água do município. Ao todo, foram oito horas sem captação de água, um total de 14 milhões de litros que deixaram de ser distribuídos.

De acordo com a notícia, "a Copasa afirma que a notificação foi encaminhada fora do horário comercial, e que um posicionamento foi encaminhado ao órgão no dia seguinte. Sobre a multa, a empresa explica que a punição "é avaliada pelo departamento jurídico."

Além disso, a empresa indicou que o processo administrativo foi anulado pelo Poder Judiciário, estando atualmente em fase recursal.

⁸⁵ <https://g1.globo.com/mg/vales-mg/noticia/2020/08/10/funcionario-da-copasa-e-procurado-suspeito-de-estupro-durante-servico-diz-pm.ghtml>

⁸⁶ https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/09/13/interna_gerais,1305235/patos-de-minas-anuncia-multa-de-r-1-milhao-a-copasa-por-falta-de-agua.shtml

Setembro/2021: População de Ribeirão das Neves ficou sem água por 15 dias, provocando uma manifestação⁸⁷

Alto

Defensiva: Cerca de 200 pessoas participaram de uma manifestação em frente à Copasa, em Ribeirão das Neves. De acordo com os organizadores, as reivindicações giraram em torno da situação de falta de água por mais de duas semanas. Eles também protestam contra a baixa qualidade dos serviços prestados e cobranças abusivas da empresa.

A COPASA informou que a situação do abastecimento se mantém adequada para o período. Na época da controvérsia, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), o volume armazenado nos reservatórios está em torno de 72%, o que garante a estabilidade no fornecimento de água. O nível das represas que compõem o Sistema Paraopeba, são: Rio Manso (72,8), Serra Azul (76,3) e Vargem das Flores (60,9%). Diariamente, a Companhia monitora seus reservatórios e as cidades do interior.

A Copasa informou também que os desabastecimentos pontuais em algumas regiões, como está ocorrendo em algumas cidades da RMBH, são necessários para possibilitar a execução de alguma manutenção corretiva ou preventiva, corriqueiras pela empresa e necessárias para garantir o funcionamento do sistema. Além disso, o aumento de consumo, devido às altas temperaturas registradas na época e a grande incidência de fraudes e ligações clandestinas, são fatores que provocam intermitência do fornecimento de água e o desequilíbrio do sistema de distribuição. Portanto, houve reflexos em alguns bairros dessas cidades, principalmente nos imóveis localizados nas regiões mais elevadas e distantes. Tais situações estão sob análise para promover novas manobras e manter o abastecimento.

Na região do bairro Veneza, as obras para regularizar o fornecimento da água, incluindo a implantação de um novo sistema de bombeamento para as partes altas, foram iniciadas em 2021.

Em relação às tarifas, a Copasa informa que as tarifas praticadas pela empresa, são definidas pela Agência Reguladora dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Minas Gerais (Arsar-MG).

Além do trabalho técnico/operacional, a Copasa sempre pede à população que use a água de forma racional. A empresa mantém campanhas contra o desperdício durante todo o ano. Em todas as entrevistas, os gestores da Companhia também destacam a importância de economizar água.

Setembro/2022: Copasa é condenada a pagar R\$ 1 milhão por danos morais e garantir fornecimento de água em Paracatu⁸⁸

Médio

Defensiva: A Copasa e a Prefeitura de Paracatu foram condenadas pela Justiça a garantir o fornecimento contínuo de água na cidade. Segundo

⁸⁷ https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/09/17/interna_gerais,1306543/ribeirao-das-neves-esta-sem-agua-ha-15-dias-e-populacao-protesta.shtml

⁸⁸ <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2022/09/21/copasa-e-condenada-a-pagar-r-1-milhao-por-danos-morais-e-garantir-fornecimento-de-agua-em-paracatu.ghtml>

a condenação, a companhia também foi condenada a pagar R\$ 1 milhão por danos morais coletivos causados à população. A ação civil pública foi proposta pelo Ministério Público de Minas Gerais que alega existir um problema histórico no fornecimento de água e esgoto em Paracatu. Conforme a sentença, a Copasa também deverá informar possíveis casos de interrupção no abastecimento, esclarecendo as razões, datas e horários. A companhia e a Prefeitura deverão, ainda, desenvolver programas destinados a informar a população sobre o uso racional dos recursos hídricos e adotarem medidas de moderação do consumo.

A COPASA informou que está analisando a decisão e se manifestará no âmbito do processo judicial. Na oportunidade, a companhia esclarece que mantém investimentos contínuos no município de Paracatu objetivando manter a qualidade e regularidade do abastecimento de água aos seus usuários.

Proativa: Um homem foi soterrado enquanto trabalhava na manutenção de uma tubulação de esgoto, em Sabará, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. De acordo com o Corpo de Bombeiros, o funcionário, que prestava serviço para uma empresa terceirizada da Copasa, estava dentro de uma vala com cerca de 1,8m, quando as paredes da estrutura desabaram e o atingiram.

A Companhia indicou que agiu imediatamente para identificar as causas do acidente e adotar as providências necessárias. A empresa contratada, a qual a vítima fazia parte, passou por uma auditoria e foi convocada à prestar contas do fato ocorrido. Conforme protocolo de investigação de ocorrências, foi instituída uma comissão de investigação multidisciplinar para identificar e bloquear as causas, visando evitar a reincidência. Neste caso específico, depreendeu-se que dentre os vários motivos que ensejou o ocorrido, destaca-se uma falha procedimental, isto é, a vala estava devidamente escorada, porém, parte do dispositivo de escoramento foi retirado antes da hora comprometendo a estabilidade e culminando no colapso da mesma.

A despeito disso, o fato tornou-se um marco na Companhia e resultou na realização de diversas ações estruturantes para otimização do Sistema de Gestão de Saúde e Segurança. Cita-se, por exemplo, a execução de um Projeto de Evolução da Cultura de Segurança, sob supervisão de uma consultoria que é referência mundial no assunto. No âmbito do projeto, foi desenvolvido um módulo específico para revisão de todo o processo de contratação, que resultou na revisão do Protocolo Operacional Saúde e Segurança do Trabalho em Obras e Serviços Contratados (PRT-CSMG-2021_001) e reformulou as exigências requeridas

Fevereiro/2023: Funcionário que prestava serviço para a Copasa morre soterrado em obra na Grande BH⁸⁹

Alto

⁸⁹ <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2023/02/27/funcionario-que-prestava-servico-para-a-copasa-e-soterrado-enquanto-trabalhava-na-grande-bh.ghtml>

para execução dos trabalhos e, também, criou procedimentos para controle e fiscalização. Exemplos: 1) foi instituída uma estrutura de Governança em Saúde e Segurança (PRT-CSMG-2023_002/0), materializada a partir de diversos Comitês de Análise Crítica, em que os líderes, em cada nível hierárquico, coordenam as reuniões (mensais), acompanham os indicadores e deliberam ações a serem realizadas nos respectivos âmbitos de atuação envolvendo, inclusive, o desempenho das empresas contratadas 2) Intensificou-se a fiscalização das frentes de serviço com a implantação da Caminhada do Líder (MAP-DFI-001/2) que consiste em visitas a campo com foco em mitigar os desvios comportamentais. Os líderes possuem metas de realização e, além de atuarem preventivamente, conscientizando os empregados, também é uma forma de demonstrarem o compromisso com a segurança, o que gera engajamento da força de trabalho. A prática tem sido monitorada através de um indicador proativo e, por mês, passou-se a realizar mais de 1.000 inspeções. 3) A Companhia passou a ofertar mensalmente um treinamento de segurança específico para colaboradores de empresas contratadas, sendo que um dos itens do conteúdo programático é justamente o escoramento de valas, de modo a evitar acidentes de trabalho e, também, acidentes com terceiros.

Ademais, foram traçadas estratégias de conscientização e integração. Em 2023 foram realizados 5 Workshops de Saúde e Segurança com os responsáveis das empresas contratadas de diversas regiões do Estado para repasse de diretrizes e desdobramento de ações. Vale ressaltar que esta ocorrência foi objeto de uma Notícia de Fato 000770.2023.03.000/0, que foi sistematicamente apurada pelo Ministério Público do Trabalho, inclusive, com a realização de audiência com o Procurador responsável. Fato é que, diante de todas as evidências apresentadas, bem como, dos dispositivos existentes no sistema de gestão, a mesma foi arquivada e o MPT indeferiu a instauração do inquérito civil, evidenciando a efetividade das ações adotadas.

Proativa: Um vazamento de cloro gasoso foi registrado em uma estação de tratamento da Copasa, em Divinópolis. Segundo informações do Corpo de Bombeiros, três pessoas que foram expostas ao gás receberam atendimento, sendo que uma delas foi encaminhada para o Hospital São Judas Tadeu.

Agosto/2023: Vazamento de cloro gasoso em uma estação de tratamento da Copasa em Divinópolis⁹⁰

Médio

De acordo com a notícia, "a Copasa informou que estava sendo feita uma manutenção do sistema de dosagem de cloro na Estação de Tratamento de Água (ETA) Rio Itapecerica, quando o vazamento de cloro na unidade foi identificado. Por segurança, um funcionário foi encaminhado para o Hospital São Judas Tadeu, e conforme procedimento padrão a Companhia segue dando

⁹⁰ <https://g1.globo.com/mg/centro-oeste/noticia/2023/08/18/vazamento-de-cloro-e-registrado-em-estacao-da-copasa-em-divinopolis.ghtml>

suporte necessário e o acompanhando na unidade de saúde.

A Companhia indicou que o incidente não teve grandes proporções justamente pela atuação imediata de empregados que estavam devidamente treinados e preparados para atuação em situações excepcionais. De toda forma, o fato serviu para otimização do processo de prontidão para emergências. A Companhia realizou novos ciclos de exercícios simulados de evacuação e treinamentos para contenção de vazamentos e, também, um diagnóstico da estrutura dos sistemas de cloração.

Proativa: Em nota, a Copasa informou que está sendo realizada uma manutenção na rede de abastecimento que passa pelo km 127 da MG-050. Ainda segundo a companhia, o trecho estava interditado e a obra havia sido sinalizada pela concessionária AB Nascente das Gerais, que é a responsável pela via. A Copasa ressaltou que o aviso foi recolocado após o acidente e segue no local.

Fevereiro/2024: Buraco da Copasa provoca acidente na MG-050 em Divinópolis⁹¹

Médio

Além disso, a Companhia ressaltou que Norma Técnica de Sinalização foi revista com o objetivo de melhorar a sinalização e a Companhia passou a ofertar mensalmente um treinamento de segurança específico para colaboradores de empresas contratadas, sendo que um dos itens do conteúdo programático é justamente a sinalização de vias, de modo a evitar acidentes de trabalho e, também, acidentes com terceiros.

Remediativa: Certidão emitida pelo Ministério do trabalho em 04/04/2024 indica que a empresa possui um número de funcionários com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social inferior ao percentual previsto no art. 93 da lei nº 8.213 de 1991.

Abril/2024: Quantidade de funcionários com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social inferior ao previsto na lei⁹²

Alto

De acordo com a empresa, no momento, excepcionalmente, a Companhia apresenta 4,86% dos empregados como PcD. Importa dizer que a Copasa sempre prezou em oferecer amplas vagas para candidatos PCD, seguindo rigorosamente a legislação e os respectivos editais. Conquanto, diferentemente de empresas privadas, cuja contratação não depende de determinados trâmites, na Copasa a contratação se dá por meio de concursos públicos e depende de autorização de diversas autoridades. Em vista disso e assim como em outras empresas públicas, cumprir e manter a cota é ainda mais desafiador, justamente por não poder contratar a qualquer tempo, tampouco direcionar a contratação à determinados públicos. Diante dessa condição e reafirmando seu compromisso com as premissas de sustentabilidade, a Copasa realiza busca ativa dentro do próprio quadro atual para identificação e enquadramento de novos empregados. A busca é feita a partir do monitoramento

⁹¹ <https://g1.globo.com/mg/centro-oeste/noticia/2024/02/08/carro-capota-apos-passar-por-buraco-na-mg-050-em-divinopolis.ghtml>

⁹² <http://cdcit.mte.gov.br/inter/cdcit/emitir.seam>

continuo da saúde dos empregados, materializado por meio dos exames periódicos. Além disso, dispõe de um Programa de Assistência Especial, que oferta acolhimento e auxílio financeiro a empregados (e dependentes) que são PCD ou que possuem alguma outra condição clínica listada num rol de mais de 30 patologias. Oferece, ainda, o atendimento escolar diferenciado aos dependentes, bem como, reembolso de transporte escolar, caso o dependente faça uso da rede pública escolar. Tais ações visam o conforto e a segurança do empregado e seu núcleo familiar.

Justamente em virtude das limitações no processo de contratação de novos empregados, uma parte expressiva da meta sempre foi atendida através dos processos de reabilitação profissional aprovados pelo INSS que, conforme legislação, possibilita o empregado ser enquadrado como PCD. No entanto, apesar de a Companhia sempre encaminhar casos elegíveis àquela autarquia, pouquíssimos têm sido aprovados. Independente disso, diante de uma reprovação, a Companhia realiza processo análogo, denominado Readaptação Funcional, visando adequar o posto de trabalho às condições do empregado, de modo a preservar sua saúde. Vale ressaltar que se estes casos também fossem considerados, a meta seria plenamente atendida.

Por fim, ressalta-se o planejamento de novas ações para atendimento, tais como a tentativa de contratação de jovens aprendizes PCD e, também, uma sensibilização junto ao INSS para que reconheça determinadas readaptações que são realizadas como Reabilitações Profissionais, permitindo o enquadramento.

Governança

Junho/2023: Servidores da Copasa teriam desviado até 65% da ligação de água em cidade de MG⁹³

Médio

Remediativa: Servidores e terceirizados da Copasa são investigados por fraudar o sistema da empresa e desviar até 65% das ligações de água em Montes Claros. A Operação Waterfall levou ao desligamento de quatro servidores da Copasa e na determinação de medidas cautelares para outros cinco investigados. Ao todo, 52 pessoas são suspeitas. Durante a operação, foram realizados 24 mandados de busca e apreensão e 107 ligações irregulares foram identificadas em mais de 50 endereços que foram fiscalizados.

A COPASA indicou que eu apoio à operação Waterfall, realizada pela Polícia Civil. Segundo o diretor de Relacionamento com o Cliente e Regulação da Copasa, Cleyson Jacomini de Sousa, a ação criminosa que envolvia funcionários da empresa e também de terceirizadas que prestam serviço para a Companhia em Montes Claros resultava no furto de água e desequilíbrio do sistema de abastecimento da cidade.

⁹³ <https://www.otempo.com.br/cidades/servidores-da-copasa-teriam-desviado-ate-65-da-ligacao-de-agua-em-cidade-de-mg-1.2880244>

Durante a operação, equipes da Copasa em apoio à Polícia Civil emitiram 56 ordens de serviço para substituição de hidrômetros que serão enviados para aferição e verificação de eventual fraude. Além disso, durante a ação foram identificadas duas ligações clandestinas de água que abasteciam o total de 5 imóveis (4 residências e um estabelecimento comercial) e uma fraude em hidrômetro.

Quatro funcionários da Companhia foram alvo da investigação da Polícia Civil e tiveram suas matrículas junto à empresa canceladas. Além disso, foram cumpridos pelas equipes da Polícia Civil 24 mandados de busca e apreensão nesta quinta-feira.

Um empregado pediu demissão, quando o caso foi descoberto e quatro foram submetidos à Processos Administrativos Disciplinares- PAD's.

Defensiva: O Procon-MG multou a Copasa em R\$ 10,8 milhões por exigir o pagamento de débitos para efetuar a suspensão do fornecimento de água e de esgotamento sanitário. A prática, na maioria das vezes, provoca aumento da dívida do consumidor. De acordo com o Procon Estadual, a suspensão de serviço condicionado ao pagamento de débitos não está prevista em lei e configura vantagem exagerada e indevida, além de prática abusiva.

De acordo com a COPASA, ainda não há decisão administrativa definitiva no processo administrativo, estando pendente de análise o recurso interposto pela COPASA, no qual esclarece que sua atuação decorreu de aplicação das normas regulatórias da Agência Reguladora dos Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais, vigentes à época dos fatos.

Julho/2023: Copasa é multada por exigir o pagamento de débitos para efetuar o desligamento da conexão de água⁹⁴

Alto

⁹⁴ <https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/comunicacao/noticias/copasa-e-multada-por-exigir-o-pagamento-de-debitos-para-efetuar-o-desligamento-da-conexao-de-agua.shtml#:~:text=O%20Procon%20Estadual%20de%20Minas,%C3%A1gua%20e%20de%20esgotamento%20sanit%C3%A1rio.>

4. Método

A análise da ERM NINT é baseada em uma metodologia proprietária, fundamentada em standards reconhecidos internacionalmente. Ela é composta de duas etapas:

- 1) Avaliação da Operação - avaliar se a aplicação dos recursos possui potencial de impacto ambiental e social positivo, condizente com a condição de Título Sustentável. Para isso, comparamos a emissão aos quatro componentes dos *Green Bond Principles (GBP)* e *Social Bond Principles (SBP)*.
 - Uso dos Recursos (*Use of Proceeds*): propósito da emissão e alinhamento desse com as categorias dos *Green Bond Principles*, *Social Bond Principles*, *Climate Bonds Taxonomy* e *European Union Taxonomy*;
 - Processo de Seleção e Avaliação de Projetos (*Process for Project Evaluation and Selection*): procedimentos utilizados na escolha dos ativos e projetos investidos, alinhamento desses com a estratégia da empresa e garantia de benefícios socioambientais associados;
 - Gestão dos Recursos (*Management of Proceeds*): procedimento para gestão financeira dos recursos captados, para garantir a destinação para atividades elegíveis como verdes e sociais;
 - Relato (*Reporting*): Divulgação de informações sobre controle e alocação de recursos, bem como dos impactos positivos esperados das operações financiadas com os recursos.
- 2) Performance ASG da Empresa - avaliamos a empresa operadora do projeto de acordo com melhores práticas de sustentabilidade por meio de standards reconhecidos internacionalmente, como GRI⁹⁵ e outros. Nesse contexto, os principais aspectos analisados são:
 - Políticas e práticas para medição, prevenção, mitigação e compensação dos riscos ASG de suas atividades;
 - Contribuição da empresa para o desenvolvimento sustentável e mitigação das mudanças climáticas;
 - Controvérsias⁹⁶ que a empresa está envolvida.

Legendas

Níveis de Asseguração

Níveis de asseguração	
Razoável	Uma avaliação na qual o risco de asseguração é aceitavelmente baixo dentro das circunstâncias do engajamento realizado. A conclusão é expressa de uma forma que

⁹⁵ <https://www.globalreporting.org/Pages/default.aspx>

⁹⁶ O conceito de controvérsia é baseado na publicação "CONTROVÉRSIAS ASG 2017" (<https://www.sitawi.net/publicacoes/controversias-asg-2017/>). Que define controvérsias como fatos divulgados em veículos de mídia, manifestações de outros grupos de interesse, como grupos de trabalhadores e movimentos sociais, bem como decisões de órgãos fiscalizadores e reguladores.

transmite a opinião do profissional sobre o resultado da avaliação em relação aos critérios observados.

Limitado

Uma avaliação na qual o risco de asseguração do engajamento realizado é maior do que para um nível de asseguração razoável, porém ainda assim capaz de embasar os principais argumentos utilizados na análise.

Fonte: ERM NINT

Controvérsias

Níveis de Severidade e Responsividade relacionados às controvérsias

Níveis de Severidade

Baixo

Descumpre a lei e/ou afeta negativamente os *stakeholders*, mas não causa danos ou causa danos mínimos que não necessitam de remediação.

Médio

Descumpre a lei e/ou afeta negativamente aos *stakeholders*, mas a remediação dos impactos causados é simples e com custo pouco significativo.

Alto

Descumpre a lei e/ou afeta negativamente os *stakeholders*, sendo o nível de dificuldade e custo de remediação medianos.

Níveis de Responsividade

Proativa

Além da empresa agir de maneira remediativa diante de uma controvérsia, ela adota medidas que vão além da sua obrigação. Adicionalmente, a empresa realiza procedimentos sistemáticos para evitar que o problema ocorrido se repita.

Remediativa

A empresa realiza as ações necessárias para correção dos danos e se comunica adequadamente com os *stakeholders* impactados.

Defensiva

A empresa realiza ações insuficientes para correção dos danos ou emite comunicado sem realização de ações corretivas.

Não-responsiva

Não há qualquer ação ou comunicação da empresa em relação à controvérsia.

Fonte: ERM NINT

5. Sustainable Loan Principles Form

Sustainable Loan / Sustainable Loan Program

External Review Form

Section 1. Basic Information

Issuer name: Companhia de Saneamento de Minas Gerais COPASA MG

Bond ISIN or Issuer Bond Framework Name, if applicable: N/A

Independent External Review provider's name: ERM NINT - Natural Intelligence.

Completion date of this form: May 8th, 2024

Date of the review: December 2025 (estimated)

Section 2. Overview

SCOPE OF REVIEW

The review:

- assessed the 4 core components of the Principles (**complete review**) and confirmed the alignment with the GBP.
- assessed only some of them (**partial review**) and confirmed the alignment with the GBP; please indicate which ones:

<input type="checkbox"/> Use of Proceeds	<input type="checkbox"/> Process for Project Evaluation and Selection
<input type="checkbox"/> Management of Proceeds	<input type="checkbox"/> Reporting
- assessed the alignment with other regulations or standards (CBI, EU GBS, ASEAN Green Bond Standard, ISO 14030, etc.); please indicate which ones: *CBI, EU Taxonomy Regulation*

ROLE(S) OF INDEPENDENT REVIEW PROVIDER

- Second Party Opinion
- Verification
- Other (*please specify*):
- Certification
- Scoring/Rating

Does the review include a sustainability quality score⁹⁷?

- Of the issuer
- Of the framework
- Of the project
- Other (*please specify*): Of the alignment with the 4

⁹⁷ The external review may indicate the provider's opinion of the overall sustainability quality of a bond or bond framework and assess whether it has a meaningful impact on advancing contribution to long-term sustainable development.

core components of the Principles.

- No scoring

ASSESSMENT OF THE PROJECT(S)

Does the review include:

- The environmental and/or social features of the type of project(s) intended for the Use of Proceeds?
- The environmental and/or social benefits and impact targeted by the eligible green and/or social Project(s) financed by the Green, Social or Sustainability Bond?
- The potentially material environmental and/or social risks associated with the project(s) (where relevant)?

ISSUER'S OVERARCHING OBJECTIVES

Does the review include:

- An assessment of the issuer's overarching sustainability objectives and strategy and the policies and/or processes towards their delivery?
- An identification and assessment of environmental, social, and governance related risks of adverse impact through the Issuer's [actions] and explanations on how they are managed and mitigated by the issuer?
- A reference to the issuer's relevant regulations, standards, or frameworks for sustainability-related disclosure and reporting?

CLIMATE TRANSITION STRATEGY⁹⁸

Does the review assess:

- The issuer's climate transition strategy & governance?
- The alignment of both the long-term and short/medium-term targets with the relevant regional, sector, or international climate scenario?
- The credibility of the issuer's climate transition strategy to reach its targets?
- The level/type of independent governance and oversight of the issuer's climate transition strategy (e.g. by independent members of the board, dedicated board sub-committees with relevant expertise, or via the submission of an issuer's climate transition strategy to shareholders' approval).
- If appropriate, the materiality of the planned transition trajectory in the context of the issuers overall business (including the relevant historical datapoints)?

⁹⁸ Where issuers wish to finance projects towards implementing a net zero emissions strategy aligned with the goals of the Paris Agreement, guidance on issuer level disclosures and climate transition strategies may be sought from the [Climate Transition Finance Handbook](#).

The alignment of the issuer’s proposed strategy and targets with appropriate science-based targets and transition pathways ⁹⁹ that are deemed necessary to limit climate change to targeted levels?

The comprehensiveness of the issuer’s disclosure to help investors assess its performance holistically¹⁰⁰?

Overall comment on this section: ERM NINT acted as a second-party opinion provider on the credit facility and believes that it is aligned with the Green Loan Principles, Social Loan Principles, and IFC’s Guidelines for Blue Finance, and thus eligible to market as Blue and Sustainability Loans.

Section 3. Detailed Review

Reviewers are encouraged to provide the information below to the extent possible and use the comment section to explain the scope of their review.

1. USE OF PROCEEDS

Does the review assess:

- the environmental/social benefits of the project(s)?
- whether those benefits are quantifiable and meaningful?
- for social projects, whether the target population is properly identified?

Does the review assess if the issuer provides clear information on:

- the estimated proceeds allocation per project category (in case of multiple projects)?
- the estimated share of financing vs. re-financing (and the related lookback period)?

Overall comment on this section: The Blue and Sustainability Loan is aligned with the Green Loan Principles, Social Loan Principles, and IFC’s Guidelines for Blue Finance.

The use of proceeds fall under the ‘Sustainable water and wastewater management’, ‘Pollution prevention and control’ and ‘Terrestrial and aquatic biodiversity conservation’ categories aligned with GLP and the ‘Affordable basic infrastructure’ category aligned with SLP. Under the Blue Finance Areas, the loan is aligned with (a) water supply: new drinking water treatment, storage, and sustainable supply infrastructure and (b) water sanitation: new or expansion of water treatment infrastructure, and wastewater treatment plants, including industrial, agri-business, commercial, residential, or city level.

⁹⁹ GHG emissions reduction targets that are in line with the scale of reductions required to keep the average global temperature increase to ideally 1.5°C, or at the very least to well below 2°C above pre-industrial temperatures. Science Based Targets Initiative (SBTi) is a branded verification body for science-based targets and SBTi verification is one way for issuers to validate the alignment of their emission reduction trajectories with science-based reference trajectories. In addition, ICMA has published a [Methodologies Registry](#) which includes a list of tools to specifically help issuers, investors, or financial intermediaries validate their emission reduction trajectories..

¹⁰⁰ Including information such as the respective contribution (e.g. %) of the different measures to the overall reduction, the total expenses associated with the plan, or the issuer’s climate policy engagement.

The use of proceeds aims to execute new water and sewage connections and adjust the tertiary networks as necessary to replace old or undersized pipelines and allow for better operation; and increase the operational efficiency of COPASA.

The available data shows that 23,8% of Minas Gerais's population does not have access to sewage collection and treatment services, which characterizes vulnerability according to the Social Bond Principles. Also, water supply is not provided for 16,2% of the population.

2. PROCESS FOR PROJECT EVALUATION AND SELECTION

Does the review assess:

- whether the eligibility of the project(s) is aligned with official or market-based taxonomies or recognized international standards? Please specify which ones.¹⁰¹
- whether the eligible projects are aligned with the overall sustainability strategy of the issuer and/or if the eligible projects are aligned with material ESG-related objectives in the issuer's industry?
- the process and governance to set the eligibility criteria including, if applicable, exclusion criteria?
- the processes by which the issuer identifies and manages perceived social and environmental risks associated with the relevant project(s)?
- any process in place to identify mitigants to known material risks of negative social and/or environmental impacts from the relevant project(s)?

Overall comment on this section: The internal process for project evaluation and selection used by COPASA considered the project's environmental impacts/benefits and legal compliance. The goals pursued by the investments are aligned with COPASA's institutional priorities.

COPASA has developed an investment program of 1.84 billion euros aimed at achieving universal access to basic water and sanitation services for the period 2024-2028 in Minas Gerais. Part of these resources will be provided by the French Development Agency (AFD).

In accordance with the AFD's Environmental and Social Risk Management Policy, the scope of the services to be performed by COPASA with the Agency's resources underwent an environmental and social risk assessment, which was consolidated into an Environmental and Social Management Framework - MGAS. Specific environmental and social exclusion criteria for the Program were agreed upon between COPASA and AFD.

A preliminary analysis of the proposed projects was conducted, considering their location with an on-site technical visit; scale; magnitude of potential direct, indirect, and cumulative socio-environmental impacts; and assessment of socio-environmental risks to present necessary measures to avoid, minimize, mitigate, or compensate for adverse impacts and maximize positive impacts.

¹⁰¹ The EU Taxonomy, CBI Taxonomy, UK Taxonomy, China catalogue, etc.

Furthermore, for the assessment of potential impacts and socio-environmental risks, a prior diagnosis of the characteristics and socio-environmental context of the areas influenced by the Program was considered, along with an identification of the possible direct, indirect, and cumulative socio-environmental impacts of the proposed activities in each component and actions of the Program.

According to ERM NINT's analysis, the projects are partially aligned with the Climate Bonds Standards' Water Infrastructure components. They are not specifically expected to decrease or do not increase GHG emissions from a business-as-usual baseline over their operational lifetime and the Company did not conduct a broader climate vulnerability assessment that would identify additional potential risks and result in a more comprehensive adaptation action plan. Furthermore, the projects partly align with the EU Taxonomy, however they don't fulfill all of the EU's Taxonomy requirements.

3. MANAGEMENT OF PROCEEDS

Does the review assess:

- the issuer's policy for segregating or tracking the proceeds in an appropriate manner?
- the intended types of temporary investment instruments for unallocated proceeds?
- Whether an external auditor will verify the internal tracking of the proceeds and the allocation of the funds?

Overall comment on this section: The overall credit facility amount stands at EUR 200.000.000. It is expected that EUR130,5 million will be allocated in projects related to improving access to water supply and sanitation and EUR49,5 million to projects related to improving operational efficiency of the water supply service. As for the other EUR20 million, will be allocated to projects as needed.

It is expected that EUR 18.867.924 will be used to refinance eligible expenses incurred since January 1st, 2023.

COPASA will open and maintain an account in the name of the Project the Eligible Expenses Financing Account, for the sole purpose of receipt of the proceeds and payment of the eligible expenses. This account shall be audited on an annual basis by an independent auditing firm.

There is established in the credit facility contract a clause for early maturity in case the resources are directed for another Project that is not eligible.

The proceeds from the issuance that will not be immediately allocated in the eligible project will be kept in low-risk and high-liquidity assets.

4. REPORTING

Does the review assess:

- the expected type of allocation and impact reporting (bond-by-bond or on a portfolio basis)?

- the frequency and the means of disclosure?
- the disclosure of the methodology of the expected or achieved impact of the financed project(s)?

Overall comment on this section: COPASA is committed to annually reporting the environmental benefits of the projects until the full allocation of the proceeds. The following environmental indicators will be publicly reported:

- i) Water service coverage rate (%);
- ii) Water Connections Indicator;
- iii) Sewage service coverage rate (%);
- iv) Sewage Connections Indicator;
- v) Served population index (water and sewage);
- vi) Water losses Index.

As for financial indicators, the remaining amount be used from the AFD credit facility will be reported.

The KPIs will not be segregated at the projects level.

The commitments described in this second-party opinion report will be verified by ERM NINT within 24 months of the credit facility agreement to confirm that proceeds were used for the selected projects and that the benefits were generated. Also, both pre-issuance and post-issuance verification reports will be available to the public on COPASA's website.

Section 4. Additional Information

Useful links (e.g. to the external review provider's methodology or credentials, to the full review, to issuer's documentation, etc.)

<https://ri.copasa.com.br/en/>

Analysis of the contribution of the project(s) to the UN Sustainable Development Goals: The eligible projects contribute to SDGs 3, 6, 11 and 14.

Additional assessment in relation to the issuer/bond framework/eligible project(s): The issuer does not have a sustainability bond/loan framework.

Anexo I - Política de Gestão da AFD

Conforme indicado na Seção 2. Opinião, a AFD desenvolveu a sua Política interna de forma alinhada com as Normas Ambientais e Sociais (NAS) do Banco Mundial. Nesta Política são descritas medidas que devem ser consideradas para a realização de projetos, que visam o comprometimento do cliente com o alcance do crescimento e melhoria das suas ações sociais e ao mesmo tempo busca o controle dos resultados e impactos das ações do projeto.

A partir do alinhamento da Política com as NAS, a AFD reiterou seu compromisso com a aplicação de alguns princípios, apresentados abaixo.

Tabela 6 - Descrição Resumida dos Princípios da Política de Gestão da AFD

Princípios da Política de Gestão da AFD	Resumo
Due diligence	A AFD prevê a realização de diligência que visa identificar os riscos ambientais e sociais que os projetos estão suscetíveis.
Abordagem integrada	As diligências são analisadas combinando tantos os riscos sociais como os ambientais.
Responsabilidade do cliente	O cliente é responsável pela condução das questões ambientais e sociais do projeto desde a fase inicial até a final.
Categorização de risco ambiental e social	O cliente tem a responsabilidade pela condução da avaliação ambiental e social do projeto, bem como é responsável pelo monitoramento e documentação da aplicação das normas ambientais e sociais, implementando medidas de gestão durante a instalação e operação das atividades, além de adotar medidas preventivas para eliminar os possíveis problemas.
Prática de categorização	A AFD conduz uma categorização do projeto, considerando os potenciais riscos com base na natureza do projeto, localização, sensibilidade da área e riscos socioambientais associados. Os riscos que são considerados podem ser diretos, indiretos, cumulativos e induzidos na área de influência da operação; e há quatro categorias de risco: alto, substancial, moderado e baixo.
Análise de documentação	O aprofundamento e necessidade da análise depende da categorização da operação.
Plano de Compromisso Ambiental e Social (PCAS)	Para projetos considerados como risco alto, substancial ou moderado, a AFD estabelece que o cliente formalize o projeto ambiental e os compromissos sociais em um documento denominado Plano de Compromisso Ambiental e Social (PCAS). Este documento é anexado ao acordo de financiamento.
Normas ambientais e sociais de referência	A AFD, conforme a Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda - que promove o alinhamento e a coordenação dos financiadores-, adotou as normas operacionais ambientais e sociais predominantes do Banco Mundial para os projetos com riscos Altos ou Substanciais. Os regulamentos ambientais e sociais nacionais vigentes no país onde o projeto é realizado também são considerados.
Outros documentos complementares	Implementação dos projetos em conformidade com as Diretrizes Ambientais, de Saúde e Segurança (EHSG) do Grupo Banco Mundial.
Participações das partes interessadas	As análises (estudos ambientais e sociais) realizadas sobre projetos de alto e substancial risco estão sujeitas a uma consulta livre por todas as pessoas

	potencialmente afetadas pelo projeto, particularmente as populações vulneráveis. As partes interessadas serão consultadas de maneira culturalmente apropriada, utilizando idiomas e referências culturais e educacionais apropriadas, e a consulta deve ser realizada de maneira transparente e acessível.
Divulgações de informações	Divulgações acessíveis dos estudos ambientais e sociais para sociedade.
Acompanhamento e apoio à implementação dos projetos	A AFD espera que seus clientes concretizem as medidas ambientais e sociais previstas nos planos, que são estabelecidas nos acordos de financiamento, em concordância com os prazos exigidos. Em caso de não cumprimento dos compromissos assumidos, a AFD ajudará o cliente a encontrar soluções para gerenciar os riscos e impactos ambientais e sociais, e assegurar que as cláusulas contratuais do acordo de financiamento sejam cumpridas.
Tratamento de reclamações ambientais e sociais	Implementação de sistemas de recebimentos de reclamações acessíveis a sociedade envolvida no projeto.
Gestão de alterações posteriores	Após a aprovação do financiamento do projeto, caso haja emendas que causem implicações ambientais e/ou sociais significativas, a AFD realizará diligência ambiental/social sobre essas emendas. Caso seja necessária a implementação de novas medidas, estas serão solicitadas pela AFD ao cliente para que sejam integradas ao projeto.
Empréstimos da política de desenvolvimento	A Política de Gestão de Riscos Ambientais e Sociais também se aplica, com instrumentos adequados, ao apoio orçamental setorial e aos empréstimos para políticas de desenvolvimento financiados pela AFD.
Fundos delegados	Em termos de gestão de fundos, para os quais a AFD é credenciada por outra instituição, a Agência executará esforços para assegurar que o processo de gestão de risco ambiental e social seja implementado para cada projeto e compatível com os padrões ambientais e sociais do financiador e da AFD.
Operações de cofinanciamento	A fim de evitar uma excessiva diligência ambiental e social, a AFD realiza esforços para acordar com o(s) co-financiador(es) uma abordagem comum para a avaliação e gestão dos riscos ambientais e sociais do projeto.
Intermediação financeira	Para projetos com intermediários financeiros, a AFD garante que a instituição financiada implemente um Sistema de Gestão Ambiental e Social, que esteja em concordância com os princípios determinados nessa política.
Financiamento em Territórios Ultramarinos Franceses	De acordo com os princípios do Banco Mundial, a AFD garante que operações financiadas respeitem estes regulamentos, sendo feita uma classificação para todos os financiamentos não orçamentais conforme o risco ambiental e social, em três categorias (riscos altos, moderados e baixos).

Anexo II - Potenciais impactos socioambientais do Programa de Investimento para Universalização dos Serviços de Saneamento Básico da COPASA

Conforme indicado na Seção 2. Opinião, o MGAS contemplou uma avaliação dos impactos socioambientais do Programa de Investimento para Universalização dos Serviços de Saneamento Básico da COPASA. Para identificação destes impactos foram usadas as seguintes técnicas: análise de especialistas, análises de empreendimentos similares, redes de interação e mapas de superposição.

Na Tabela abaixo são apresentados os potenciais impactos identificados.

Tabela 7 - Impactos potenciais identificados para o Programa de Investimento para Universalização dos Serviços de Saneamento Básico da COPASA

Intervenções Típicas	Fase do projeto	Impactos			Medidas Mitigadoras		
		Meio Físico	Meio Biótico	Meio Socioeconômico	Meio Físico	Meio Biótico	Meio Socioeconômico
Componente 1 - Acesso a serviços de água e saneamento (crescimento vegetativo de água e esgoto)							
1.1 Obras relacionadas ao crescimento vegetativo de água e esgoto em áreas urbanizadas consolidadas	Fase de Planejamento Mobilização de trabalhadores Formação de equipes de trabalho Obtenção de recursos materiais necessários (veículos, materiais hidráulicos,	Negativos: - Positivos: -	Negativos: - Positivos: -	Negativos: Geração de expectativas negativas Positivos: Geração de expectativas positivas Geração de trabalho e renda com inclusão de gênero	-	-	<u>Executar atividades de Diagnóstico Social e mobilização de forma alinhada com as diretrizes já existentes no Programa Engajar para Transformar.</u> ¹⁰²

¹⁰² Os itens sublinhados indicam as medidas mitigadoras que já são implementadas pela COPASA. As medidas mitigadoras que não estão sublinhadas indicam ações ainda não executadas pela COPASA.

Intervenções Típicas	Fase do projeto	Impactos			Medidas Mitigadoras		
		Meio Físico	Meio Biótico	Meio Socioeconômico	Meio Físico	Meio Biótico	Meio Socioeconômico
	equipamentos operacionais e de telecomunicação, ferramental, materiais básicos de recomposição de passeios e asfalto, uniformes materiais para escoramento de valas, sinalização, etc)			Aumento da conscientização sobre temas de saneamento devido as atividades de mobilização social.			
	<p>Fase de Execução das Obras</p> <p>Instalação de canteiros de obras</p> <p>Serviços Preliminares (demolição alvenaria, piso ou concreto; limpeza manual)</p> <p>Movimentação de terra (escavação de valas, aterro de valas, etc)</p> <p>Contenção, escoamento, esgotamento e drenagem</p> <p>Fundações e estruturas</p> <p>Assentamento de tubos</p> <p>Pavimentação</p>	<p>Negativos:</p> <p>Indução de processos erosivos</p> <p>Assoreamento de corpos d'água próximos das intervenções</p> <p>Alteração da qualidade do ar por geração de poeira decorrentes das obras</p> <p>Contaminação do solo por descarte inadequado de resíduos sólidos</p> <p>Contaminação do solo e corpos hídricos por destinação inadequada de efluentes sanitários</p> <p>Positivos: -</p>	<p>Negativos:</p> <p>Supressão de vegetação</p> <p>Perda de habitats</p> <p>Possibilidade de afugentamento da fauna</p> <p>Interferência em APP</p> <p>Positivos: -</p>	<p>Negativos:</p> <p>Alteração no tráfego de veículos e pedestres.</p> <p>Alteração do uso e ocupação do espaço público.</p> <p>Incômodo por ruído e poeira.</p> <p>Incômodos e impactos em áreas comerciais, com restrições temporárias de acesso e consequente redução de rendimentos em estabelecimentos de comércio e serviços.</p> <p>Aumento de acidentes para pedestres.</p> <p>Impactos à saúde e segurança de trabalhadores(as) por acidentes e/ou doenças ocupacionais.</p> <p>Impactos no bem-estar dos trabalhadores(as), relacionados com condições de trabalho inadequadas.</p> <p>Cessão de uso, servidão de passagem, ou reassentamento temporário pouco significativo de</p>	<p>Implementar, nos editais de contratação, as Cláusulas Ambientais e Sociais Obrigatórias, previstas no item 7.4.1 deste MGAS</p> <p>Implantar sistemas de drenagem temporários ou permanentes para disciplinar o escoamento superficial, conforme preconizado no projeto de engenharia</p> <p>Implantar monitoramento sistemático e de controle dos processos de dinâmica superficial, promovendo medidas preventivas e corretivas</p> <p>Incluir procedimentos sobre redução da geração de material particulado no Plano de Gestão Socioambiental.</p> <p>Incluir procedimentos sobre gerenciamento de resíduos sólidos no</p>	<p><u>Garantir que os órgãos de controle tenham sido adequadamente informados sobre ações de supressão de vegetação, interferências em APP e espécies ameaçadas de extinção/protegidas.</u></p> <p><u>Produzir documentação exigida órgãos de controle para ações de supressão de vegetação, interferências em APP e espécies ameaçadas de extinção/protegidas.</u></p> <p><u>Iniciar atividades de supressão de vegetação e interferências em APP apenas após obtenção de autorização dos órgãos de controle, nos casos onde existe esta exigência.</u></p> <p>Adotar, sempre que possível, a modalidade de compensação por replantio, em casos de supressão de vegetação. Recomenda-se evitar a</p>	<p><u>Incluir procedimentos sobre tráfego de veículos no Plano de Gestão Socioambiental.</u></p> <p><u>Incluir procedimentos sobre saúde e segurança de trabalhadores no Plano de Gestão Socioambiental</u></p> <p>Monitorar o atendimento aos limites de nível de ruído e de horários estabelecidos pela legislação vigente, com uso de equipamentos e métodos com capacidade de emissão reduzida de ruídos;</p> <p>Incluir procedimentos sobre gerenciamento de ruídos no Plano de Gestão Socioambiental.</p> <p><u>Aplicar a Norma de Procedimento NP-CSMG-2019 -016/1 da COPASA para intervenções com potencial de interferência em sítios históricos, culturais ou arqueológicos.</u></p> <p><u>Aplicação dos procedimentos gerais da COPASA e atendimento à legislação brasileira em caso de necessidade de cessão de uso e servidão de passagem.</u></p> <p><u>Executar atividades de Diagnóstico Social e mobilização de forma alinhada com as diretrizes já existentes no Programa Engajar para Transformar</u></p>

Intervenções Típicas	Fase do projeto	Impactos			Medidas Mitigadoras		
		Meio Físico	Meio Biótico	Meio Socioeconômico	Meio Físico	Meio Biótico	Meio Socioeconômico
				imóveis particulares para construção de obras Interferência em imóveis tombados pelo IPHAN e institutos estaduais de gestão de patrimônio histórico e cultural. Conflitos com moradores e comunidades em decorrência dos incômodos causados pelas obras Positivos: Geração de trabalho e renda com inclusão de gênero	Plano de Gestão Socioambiental Incluir procedimentos sobre gerenciamento de efluentes sanitários Plano de Gestão Socioambiental.	adoção da modalidade de pagamento devida à compensação pela supressão de vegetação. <u>Limitar a supressão de vegetação - se necessário - às áreas estritamente necessárias</u> Realizar o monitoramento da qualidade ambiental de corpos hídricos próximos das intervenções	<u>Medida potencializadora: Capacitação e contratação de mão-de-obra local que possa ser absorvida na fase de implantação de obras com geração de igualdade de oportunidades para as mulheres trabalhadoras, quando pertinente.</u>
	Fase de Operação Manutenção regular das tubulações, poços de visita, bombas e outros equipamentos. Inspeção periódica da rede, Limpeza de obstruções, reparos de vazamentos e substituição de componentes danificados	Negativos: Contaminação do solo por descarte inadequado de resíduos sólidos Positivos: Redução da contaminação do solo e de corpos hídricos devido a interrupção do lançamento de esgoto não tratado	Negativos: - Positivos: Aumento na qualidade da fauna aquática presente em corpos hídricos devido a interrupção do lançamento de esgoto não tratado	Negativos: Impactos à saúde e segurança de trabalhadores por acidentes e/ou doenças ocupacionais Positivos: Melhoria na qualidade de vida e infraestrutura urbana dos moradores contemplados com as obras.	Implementar um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para a fase de operação.	Realizar o monitoramento da qualidade ambiental de corpos hídricos próximos das intervenções	<u>Realizar o monitoramento das questões relativas à saúde e segurança dos trabalhadores, por meio de ferramentas e programas já existentes, como:</u> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Programa de Gerenciamento de Risco - PGR</u> • <u>Programa Acidente Zero</u> • <u>Programa de Controle Médico e Segurança Ocupacional - PCMSO</u> • <u>Programa Promoção da Saúde e Bem-Estar no Trabalho</u>
1.2 Obras relacionadas a crescimento vegetativo de água e	Fase de Planejamento Mobilização	Negativos: - Positivos: -	Negativos: - Positivos: -	Negativos: Geração de expectativas negativas	-	-	<u>Executar atividades de Diagnóstico Social e mobilização de forma alinhada com as diretrizes já existentes no Programa Engajar para Transformar.</u>

Intervenções Típicas	Fase do projeto	Impactos			Medidas Mitigadoras		
		Meio Físico	Meio Biótico	Meio Socioeconômico	Meio Físico	Meio Biótico	Meio Socioeconômico
esgoto em áreas de vulnerabilidade social (aglomerados subnormais)	<p>Formação de equipes de trabalho</p> <p>Obtenção de recursos materiais necessários (veículos, materiais hidráulicos, equipamentos operacionais e de telecomunicação, ferramental, materiais básicos de recomposição de passeios e asfalto, uniformes, materiais para escoramento de valas, sinalização, etc)</p> <p>Mobilização Socioambiental</p> <p>Visitas personalizadas</p> <p>Reunião com parceiros</p> <p>Registro de adesões e atualizações cadastrais</p>			<p>Conflitos em comunidades violentas e/ou dominadas pelo crime organizado na etapa de mobilização.</p> <p>Positivos:</p> <p>Geração de expectativas positivas</p> <p>Geração de trabalho e renda com inclusão de gênero</p> <p>Aumento da conscientização sobre temas de saneamento devido as atividades de mobilização social.</p>			<p><u>Elaborar diagnósticos e mapeamentos específicos, ajustados para o contexto local, buscando articulação de parcerias com lideranças e projetos sociais pré-existent nas comunidades.</u></p> <p>Orientar as empresas contratada que as ações relacionadas ao Programa que utilizem mão de obra de mulheres em áreas de vulnerabilidade social em local distinto de suas comunidades de origem tenham realizado os procedimentos, previstos no Plano de Ação de Gênero deste MGAS, relacionados à prevenção da violência de gênero no trabalho em áreas de vulnerabilidade social.</p>
	<p>Fase de Execução das Obras</p> <p>Instalação de cantineiros de obras</p> <p>Serviços Preliminares (demolição alvenaria, piso ou concreto; limpeza manual)</p>	<p>Negativos:</p> <p>Indução de processos erosivos</p> <p>Assoreamento de corpos d'água próximos das intervenções</p> <p>Alteração da qualidade do ar por geração de poeira</p>	<p>Negativos:</p> <p>Supressão de vegetação</p> <p>Interferência em APP</p> <p>Positivos: -</p>	<p>Negativos:</p> <p>Alteração no tráfego de veículos e pedestres.</p> <p>Alteração do uso e ocupação do espaço público.</p> <p>Incômodo por ruído e poeira.</p> <p>Incômodos e impactos em áreas comerciais, com restrições temporárias de acesso e</p>	<p>Implementar, nos editais de contratação, as Cláusulas Ambientais e Sociais Obrigatórias, previstas no item 7.4.1 deste MGAS</p> <p>Implantar sistemas de drenagem temporários ou permanentes para disciplinar o escoamento superficial,</p>	<p><u>Garantir que os órgãos de controle tenham sido adequadamente informados sobre ações de supressão de vegetação, interferências em APP e espécies ameaçadas de extinção/protegidas.</u></p> <p><u>Produzir documentação exigida órgãos de</u></p>	<p><u>Incluir procedimentos sobre tráfego de veículos no Plano de Gestão Socioambiental.</u></p> <p><u>Incluir procedimentos sobre saúde e segurança de trabalhadores no Plano de Gestão Socioambiental</u></p> <p>Monitorar o atendimento aos limites de nível de ruído e de horários estabelecidos pela legislação vigente, com uso de equipamentos</p>

Intervenções Típicas	Fase do projeto	Impactos			Medidas Mitigadoras		
		Meio Físico	Meio Biótico	Meio Socioeconômico	Meio Físico	Meio Biótico	Meio Socioeconômico
	<p>Movimentação de terra (escavação de valas, aterro de valas, etc)</p> <p>Contenção, escoamento, esgotamento e drenagem</p> <p>Fundações e estruturas</p> <p>Assentamento de tubos</p> <p>Pavimentação</p>	<p>decorrentes das obras</p> <p>Contaminação do solo por descarte inadequado de resíduos sólidos</p> <p>Contaminação do solo e corpos hídricos por destinação inadequada de efluentes sanitários</p> <p>Positivos: -</p>		<p>consequente redução de rendimentos em estabelecimentos de comércio e serviços.</p> <p>Risco à vida e integridade física de trabalhadores(as) em áreas violentas e/ou dominadas pelo crime organizado.</p> <p>Aumento de acidentes para pedestres.</p> <p>Impactos à saúde e segurança de trabalhadores(as) por acidentes e/ou doenças ocupacionais.</p> <p>Impactos no bem-estar dos trabalhadores(as), relacionados com condições de trabalho inadequadas.</p> <p>Cessão de uso, servidão de passagem, ou reassentamento temporário pouco significativo de imóveis particulares para construção de obras.</p> <p>Interferência em imóveis tombados pelo IPHAN e institutos estaduais de gestão de patrimônio histórico e cultural.</p> <p>Conflitos com moradores e comunidades em decorrência dos incômodos causados pelas obras</p> <p>Positivos:</p> <p>Geração de trabalho e renda com inclusão de gênero</p>	<p>conforme preconizado no projeto de engenharia</p> <p>Implantar monitoramento sistemático e de controle dos processos de dinâmica superficial, promovendo medidas preventivas e corretivas</p> <p>Incluir procedimentos sobre redução da geração de material particulado no Plano de Gestão Socioambiental.</p> <p>Incluir procedimentos sobre gerenciamento de resíduos sólidos no Plano de Gestão Socioambiental</p> <p>Incluir procedimentos sobre gerenciamento de efluentes sanitários Plano de Gestão Socioambiental</p>	<p><u>controle para ações de supressão de vegetação, interferências em APP e espécies ameaçadas de extinção/protegidas.</u></p> <p><u>Iniciar atividades de supressão de vegetação e interferências em APP apenas após obtenção de autorização dos órgãos de controle, nos casos onde existe esta exigência.</u></p> <p>Adotar, sempre que possível, a modalidade de compensação por replantio, em casos de supressão de vegetação. Recomenda-se evitar a adoção da modalidade de pagamento devida a compensação pela supressão de vegetação.</p> <p><u>Limitar a supressão de vegetação - se necessário - às áreas estritamente necessárias</u></p> <p>Realizar o monitoramento da qualidade ambiental de corpos hídricos próximos das intervenções</p>	<p>e métodos com capacidade de emissão reduzida de ruídos;</p> <p>Incluir procedimentos sobre gerenciamento de ruídos no Plano de Gestão Socioambiental.</p> <p><u>Aplicar a Norma de Procedimento NP-CSMG-2019 -016/1 da COPASA para intervenções com potencial de interferência em sítios históricos, culturais ou arqueológicos.</u></p> <p><u>Aplicação dos procedimentos gerais da COPASA e atendimento à legislação brasileira em caso de necessidade de cessão de uso e servidão de passagem.</u></p> <p><u>Executar atividades de Diagnóstico Social e mobilização de forma alinhada com as diretrizes já existentes no Programa Engajar para Transformar</u></p> <p><u>Manter a implementação de diagnósticos e mapeamentos específicos, ajustados para o contexto local, buscando articulação de parcerias com lideranças e projetos sociais pré-existent nas comunidades.</u></p> <p>Executar os procedimentos, previstos no Plano de Ação de Gênero deste MGAS, relacionados à prevenção da violência de gênero no trabalho em áreas de vulnerabilidade social.</p> <p><u>Medida potencializadora: Capacitação e contratação de mão-de-obra local que possa ser absorvida na fase de implantação de obras com geração de igualdade de oportunidades para as mulheres trabalhadoras, quando pertinente.</u></p>

Intervenções Típicas	Fase do projeto	Impactos			Medidas Mitigadoras		
		Meio Físico	Meio Biótico	Meio Socioeconômico	Meio Físico	Meio Biótico	Meio Socioeconômico
	<p>Fase de Operação</p> <p>Manutenção regular das tubulações, poços de visita, bombas e outros equipamentos.</p> <p>Inspeção periódica da rede,</p> <p>Limpeza de obstruções, reparos de vazamentos e substituição de componentes danificados</p>	<p>Negativos:</p> <p>Contaminação do solo por descarte inadequado de resíduos sólidos</p> <p>Positivos:</p> <p>Redução da contaminação do solo e de corpos hídricos devido a interrupção do lançamento de esgoto não tratado</p>	<p>Negativos: -</p> <p>Positivos:</p> <p>Aumento na qualidade da fauna aquática presente em corpos hídricos devido a interrupção do lançamento de esgoto não tratado</p>	<p>Negativos:</p> <p>Impactos à saúde e segurança de trabalhadores(as) por acidentes e/ou doenças ocupacionais.</p> <p>Positivos:</p> <p>Melhoria na qualidade de vida e infraestrutura urbana dos moradores contemplados com as obras.</p>	<p>Implementar um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para a fase de operação.</p>	<p>Realizar o monitoramento da qualidade ambiental de corpos hídricos próximos das intervenções</p>	<p><u>Realizar o monitoramento das questões relativas à saúde e segurança dos trabalhadores, por meio de ferramentas e programas já existentes, como:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Programa de Gerenciamento de Risco - PGR</u> • <u>Programa Acidente Zero</u> • <u>Programa de Controle Médico e Segurança Ocupacional - PCMSO</u> • <u>Programa Promoção da Saúde e Bem-Estar no Trabalho</u>

Componente 2 - Melhorias Operacionais							
2.1 Obras relacionadas às melhorias operacionais em áreas urbanizadas consolidadas	<p>Fase de Planejamento</p> <p>Mobilização de trabalhadores</p> <p>Formação de equipes de trabalho</p> <p>Obtenção de recursos materiais necessários (veículos, materiais hidráulicos, equipamentos operacionais e de telecomunicação, ferramental, materiais básicos de reposição de</p>	<p>Negativos: -</p> <p>Positivos: -</p>	<p>Negativos: -</p> <p>Positivos: -</p>	<p>Negativos:</p> <p>Geração de expectativas negativas</p> <p>Positivos:</p> <p>Geração de expectativas positivas</p> <p>Geração de trabalho e renda com inclusão de gênero</p> <p>Aumento da conscientização sobre temas de saneamento devido as atividades de mobilização social.</p>	-	-	<p><u>Executar atividades de Diagnóstico Social e mobilização de forma alinhada com as diretrizes já existentes no Programa Engajar para Transformar.</u></p>

Intervenções Típicas	Fase do projeto	Impactos			Medidas Mitigadoras		
		Meio Físico	Meio Biótico	Meio Socioeconômico	Meio Físico	Meio Biótico	Meio Socioeconômico
	<p>passeios e asfalto, uniformes, materiais para escoramento de valas, sinalização, etc)</p>						
	<p>Fase de Execução das Obras</p> <p>Instalação de cantos de obras</p> <p>Serviços Preliminares (demolição alvenaria, piso ou concreto; limpeza manual)</p> <p>Movimentação de terra (escavação de valas, aterro de valas, etc)</p> <p>Contenção, escoamento, esgotamento e drenagem</p> <p>Fundações e estruturas</p> <p>Assentamento de tubos</p> <p>Pavimentação</p>	<p>Negativos:</p> <p>Indução de processos erosivos</p> <p>Assoreamento de corpos d'água próximos das intervenções</p> <p>Alteração da qualidade do ar por geração de poeira decorrentes das obras</p> <p>Contaminação do solo por descarte inadequado de resíduos sólidos</p> <p>Contaminação do solo e corpos hídricos por destinação inadequada de efluentes sanitários</p> <p>Positivos: -</p>	<p>Negativos:</p> <p>Supressão de vegetação</p> <p>Perda de habitats</p> <p>Afugentamento da fauna</p> <p>Interferência em APP</p> <p>Positivos: -</p>	<p>Negativos:</p> <p>Alteração no tráfego de veículos e pedestres.</p> <p>Alteração do uso e ocupação do espaço público.</p> <p>Incômodo por ruído e poeira.</p> <p>Incômodos e impactos em áreas comerciais, com restrições temporárias de acesso e consequente redução de rendimentos em estabelecimentos de comércio e serviços.</p> <p>Aumento de acidentes para pedestres.</p> <p>Impactos à saúde e segurança de trabalhadores(as) por acidentes e/ou doenças ocupacionais.</p> <p>Impactos no bem-estar dos trabalhadores(as), relacionados com condições de trabalho inadequadas.</p> <p>Cessão de uso, servidão de passagem, ou reassentamento temporário pouco significativo de imóveis particulares para construção de obras.</p> <p>Interferência em imóveis tomados pelo IPHAN e institutos</p>	<p>Implementar, nos editais de contratação, as Cláusulas Ambientais e Sociais Obrigatórias, previstas no item 7.4.1 deste MGAS</p> <p>Implantar sistemas de drenagem temporários ou permanentes para disciplinar o escoamento superficial, conforme preconizado no projeto de engenharia</p> <p>Implantar monitoramento sistemático e de controle dos processos de dinâmica superficial, promovendo medidas preventivas e corretivas</p> <p>Incluir procedimentos sobre redução da geração de material particulado no Plano de Gestão Socioambiental.</p> <p>Incluir procedimentos sobre gerenciamento de resíduos sólidos no Plano de Gestão Socioambiental</p> <p>Incluir procedimentos sobre gerenciamento de efluentes sanitários</p>	<p><u>Garantir que os órgãos de controle tenham sido adequadamente informados sobre ações de supressão de vegetação, interferências em APP e espécies ameaçadas de extinção/protegidas.</u></p> <p><u>Produzir documentação exigida órgãos de controle para ações de supressão de vegetação, interferências em APP e espécies ameaçadas de extinção/protegidas.</u></p> <p><u>Iniciar atividades de supressão de vegetação e interferências em APP apenas após obtenção de autorização dos órgãos de controle, nos casos onde existe esta exigência.</u></p> <p>Adotar, sempre que possível, a modalidade de compensação por replantio, em casos de supressão de vegetação. Recomenda-se evitar a adoção da modalidade de pagamento devida a compensação pela supressão de vegetação.</p> <p><u>Limitar a supressão de vegetação - se</u></p>	<p><u>Incluir procedimentos sobre tráfego de veículos no Plano de Gestão Socioambiental.</u></p> <p><u>Incluir procedimentos sobre saúde e segurança de trabalhadores no Plano de Gestão Socioambiental</u></p> <p>Monitorar o atendimento aos limites de nível de ruído e de horários estabelecidos pela legislação vigente, com uso de equipamentos e métodos com capacidade de emissão reduzida de ruídos;</p> <p>Incluir procedimentos sobre gerenciamento de ruídos no Plano de Gestão Socioambiental.</p> <p><u>Aplicar a Norma de Procedimento NP-CSMG-2019 -016/1 da COPASA para intervenções com potencial de interferência em sítios históricos, culturais ou arqueológicos.</u></p> <p><u>Aplicação dos procedimentos gerais da COPASA e atendimento à legislação brasileira em caso de necessidade de cessão de uso e servidão de passagem.</u></p> <p><u>Executar atividades de Diagnóstico Social e mobilização de forma alinhada com as diretrizes já existentes no Programa Engajar para Transformar</u></p> <p><u>Medida potencializadora: Capacitação e contratação de mão-de-obra local que possa ser absorvida na fase de implantação de obras</u></p>

Intervenções Típicas	Fase do projeto	Impactos			Medidas Mitigadoras		
		Meio Físico	Meio Biótico	Meio Socioeconômico	Meio Físico	Meio Biótico	Meio Socioeconômico
				estaduais de gestão de patrimônio histórico e cultural. Conflitos com moradores e comunidades em decorrência dos incômodos causados pelas obras Positivos: Geração de trabalho e renda com inclusão de gênero	Plano de Gestão Socio-ambiental.	<u>necessário - às áreas estritamente necessárias</u> Realizar o monitoramento da qualidade ambiental de corpos hídricos próximos das intervenções	<u>com geração de igualdade de oportunidades para as mulheres trabalhadoras, quando pertinente.</u>
	Fase de Operação Manutenção regular das tubulações, poços de visita, bombas e outros equipamentos. Inspeção periódica da rede, Limpeza de obstruções, reparos de vazamentos e substituição de componentes danificados	Negativos: Contaminação do solo por descarte inadequado de resíduos sólidos Positivos: Redução da contaminação do solo e de corpos hídricos devido a interrupção do lançamento de esgoto não tratado	Negativos: - Positivos: Aumento na qualidade da fauna aquática presente em corpos hídricos devido a interrupção do lançamento de esgoto não tratado	Negativos: Impactos à saúde e segurança de trabalhadores por acidentes e/ou doenças ocupacionais Positivos: Melhoria na qualidade de vida e infraestrutura urbana dos moradores contemplados com as obras.	Implementar um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para a fase de operação.	Realizar o monitoramento da qualidade ambiental de corpos hídricos próximos das intervenções	<u>Realizar o monitoramento das questões relativas à saúde e segurança dos trabalhadores, por meio de ferramentas e programas já existentes, como:</u> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Programa de Gerenciamento de Risco - PGR</u> • <u>Programa Acidente Zero</u> • <u>Programa de Controle Médico e Segurança Ocupacional - PCMSO</u> • <u>Programa Promoção da Saúde e Bem-Estar no Trabalho</u>

Intervenções Típicas	Fase do projeto	Impactos			Medidas Mitigadoras		
2.2 Obras relacionadas às melhorias	Fase de Planejamento	Negativos: - Positivos: -	Negativos: -	Negativos:	-	-	<u>Executar atividades de Diagnóstico Social e mobilização de forma alinhada com as diretrizes já</u>

<p>operacionais em áreas de vulnerabilidade social (aglomerados subnormais)</p>	<p>Mobilização</p> <p>Formação de equipes de trabalho</p> <p>Obtenção de recursos materiais necessários (veículos, materiais hidráulicos, equipamentos operacionais e de telecomunicação, ferramenta, materiais básicos de reposição de passeios e asfalto, uniformes, materiais para escoramento de valas, sinalização, etc)</p> <p>Mobilização Socioambiental</p> <p>Visitas personalizadas</p> <p>Reunião com parceiros</p>		<p>Positivos: -</p>	<p>Geração de expectativas negativas</p> <p>Conflitos em comunidades violentas e/ou dominadas pelo crime organizado na etapa de mobilização.</p> <p>Positivos:</p> <p>Apoio em ações e projetos sociais pré-existent na localidade</p> <p>Geração de expectativas positivas</p> <p>Aumento da conscientização sobre temas de saneamento devido as atividades de mobilização social.</p>			<p><u>existentes no Programa Engajar para Transformar.</u></p> <p><u>Elaborar diagnósticos e mapeamentos específicos, ajustados para o contexto local, buscando articulação de parcerias com lideranças e projetos sociais pré-existent nas comunidades.</u></p> <p>Orientar as empresas contratada que as ações relacionadas ao Programa que utilizem mão de obra de mulheres em áreas de vulnerabilidade social em local distinto de suas comunidades de origem tenham realizado os procedimentos, previstos no Plano de Ação de Gênero deste MGAS, relacionados à prevenção da violência de gênero no trabalho em áreas de vulnerabilidade social.</p>
	<p>Fase de Execução das Obras</p> <p>Instalação de canteiros de obras</p> <p>Serviços Preliminares (demolição alvenaria, piso ou concreto; limpeza manual)</p> <p>Movimentação de terra (escavação de valas, aterro de valas, etc)</p> <p>Contenção, escoamento, esgotamento e drenagem</p>	<p>Negativos:</p> <p>Indução de processos erosivos</p> <p>Assoreamento de corpos d'água próximos das intervenções</p> <p>Alteração da qualidade do ar por geração de poeira decorrentes das obras</p> <p>Contaminação do solo por descarte inadequado de resíduos sólidos</p>	<p>Negativos:</p> <p>Supressão de vegetação</p> <p>Interferência em APP</p> <p>Positivos: -</p>	<p>Negativos:</p> <p>Alteração no tráfego de veículos e pedestres.</p> <p>Alteração do uso e ocupação do espaço público.</p> <p>Incômodo por ruído e poeira.</p> <p>Incômodos e impactos em áreas comerciais, com restrições temporárias de acesso e consequente redução de rendimentos em estabelecimentos de comércio e serviços.</p> <p>Risco à vida e integridade física de trabalhadores(as) em</p>	<p>Implementar, nos editais de contratação, as Cláusulas Ambientais e Sociais Obrigatórias, previstas no item 7.4.1 deste MGAS</p> <p>Implantar sistemas de drenagem temporários ou permanentes para disciplinar o escoamento superficial, conforme preconizado no projeto de engenharia</p> <p>Implantar monitoramento sistemático e de controle dos processos de dinâmica superficial,</p>	<p><u>Garantir que os órgãos de controle tenham sido adequadamente informados sobre ações de supressão de vegetação, interferências em APP e espécies ameaçadas de extinção/protegidas.</u></p> <p><u>Produzir documentação exigida órgãos de controle para ações de supressão de vegetação, interferências em APP e espécies ameaçadas de extinção/protegidas.</u></p> <p><u>Iniciar atividades de supressão de vegetação e interferências em APP</u></p>	<p><u>Incluir procedimentos sobre tráfego de veículos no Plano de Gestão Socioambiental.</u></p> <p><u>Incluir procedimentos sobre saúde e segurança de trabalhadores no Plano de Gestão Socioambiental</u></p> <p>Monitorar o atendimento aos limites de nível de ruído e de horários estabelecidos pela legislação vigente, com uso de equipamentos e métodos com capacidade de emissão reduzida de ruídos;</p> <p>Incluir procedimentos sobre gerenciamento de ruídos no Plano de Gestão Socioambiental.</p> <p><u>Aplicar a Norma de Procedimento NP-CSMG-2019 -016/1 da COPASA para intervenções com potencial</u></p>

<p>Fundações e estruturas</p> <p>Assentamento de tubos</p> <p>Pavimentação</p>	<p>Contaminação do solo e corpos hídricos por destinação inadequada de efluentes sanitários</p> <p>Positivos: -</p>		<p>áreas violentas e/ou dominadas pelo crime organizado.</p> <p>Aumento de acidentes para pedestres.</p> <p>Impactos à saúde e segurança de trabalhadores(as) por acidentes e/ou doenças ocupacionais.</p> <p>Impactos no bem-estar dos trabalhadores(as), relacionados com condições de trabalho inadequadas.</p> <p>Cessão de uso, servidão de passagem, ou reassentamento temporário pouco significativo de imóveis particulares para construção de obras.</p> <p>Interferência em imóveis tombados pelo IPHAN e institutos estaduais de gestão de patrimônio histórico e cultural.</p> <p>Conflitos com moradores e comunidades em decorrência dos incômodos causados pelas obras</p> <p>Positivos:</p> <p>Geração de trabalho e renda com inclusão de gênero</p>	<p>promovendo medidas preventivas e corretivas</p> <p>Incluir procedimentos sobre redução da geração de material particulado no Plano de Gestão Socioambiental.</p> <p>Incluir procedimentos sobre gerenciamento de resíduos sólidos no Plano de Gestão Socioambiental</p> <p>Incluir procedimentos sobre gerenciamento de efluentes sanitários Plano de Gestão Socioambiental;</p>	<p><u>apenas após obtenção de autorização dos órgãos de controle, nos casos onde existe esta exigência.</u></p> <p>Adotar, sempre que possível, a modalidade de compensação por replantio, em casos de supressão de vegetação. Recomenda-se evitar a adoção da modalidade de pagamento devida a compensação pela supressão de vegetação.</p> <p><u>Limitar a supressão de vegetação - se necessário - às áreas estritamente necessárias</u></p> <p>Realizar o monitoramento da qualidade ambiental de corpos hídricos próximos das intervenções</p>	<p><u>de interferência em sítios históricos, culturais ou arqueológicos.</u></p> <p><u>Aplicação dos procedimentos gerais da COPASA e atendimento à legislação brasileira em caso de necessidade de cessão de uso e servidão de passagem.</u></p> <p><u>Executar atividades de Diagnóstico Social e mobilização de forma alinhada com as diretrizes já existentes no Programa Engajar para Transformar</u></p> <p><u>Manter a implementação de diagnósticos e mapeamentos específicos, ajustados para o contexto local, buscando articulação de parcerias com lideranças e projetos sociais pré-existent nas comunidades.</u></p> <p>Executar os procedimentos, previstos no Plano de Ação de Gênero deste MGAS, relacionados à prevenção da violência de gênero no trabalho em áreas de vulnerabilidade social.</p> <p><u>Medida potencializadora: Capacitação e contratação de mão-de-obra local que possa ser absorvida na fase de implantação de obras com geração de igualdade de oportunidades para as mulheres trabalhadoras, quando pertinente.</u></p>
<p>Fase de Operação</p> <p>Manutenção regular das tubulações, poços de visita, bombas e outros equipamentos.</p> <p>Inspeção periódica da rede,</p> <p>Limpeza de obstruções, reparos de vazamentos e substituição de</p>	<p>Negativos:</p> <p>Contaminação do solo por descarte inadequado de resíduos sólidos</p> <p>Positivos:</p> <p>Redução da contaminação do solo e de corpos hídricos devido a interrupção do</p>	<p>Negativos: -</p> <p>Positivos:</p> <p>Aumento na qualidade da fauna aquática presente em corpos hídricos devido a interrupção do lançamento de esgoto não tratado</p>	<p>Negativos:</p> <p>Impactos à saúde e segurança de trabalhadores por acidentes e/ou doenças ocupacionais</p> <p>Positivos:</p> <p>Melhoria na qualidade de vida e infraestrutura urbana dos moradores contemplados com as obras.</p>	<p>Implementar um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para a fase de operação.</p>	<p>Realizar o monitoramento da qualidade ambiental de corpos hídricos próximos das intervenções</p>	<p><u>Realizar o monitoramento das questões relativas à saúde e segurança dos trabalhadores, por meio de ferramentas e programas já existentes, como:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Programa de Gerenciamento de Risco - PGR</u> • <u>Programa Acidente Zero</u> • <u>Programa de Controle Médico e Segurança Ocupacional - PCMSO</u>

	componentes danificados	lançamento de esgoto não tratado					<ul style="list-style-type: none"> Programa Promoção da Saúde e Bem-Estar no Trabalho
--	-------------------------	----------------------------------	--	--	--	--	--

Intervenções Típicas	Fase do projeto	Impactos			Medidas Mitigadoras		
<p>2.3 Obras relacionadas à redução de perdas aparentes em áreas urbanizadas consolidadas</p>	<p>Fase de Planejamento</p> <p>Mobilização de trabalhadores</p> <p>Formação de equipes de trabalho</p> <p>Obtenção de recursos materiais necessários (veículos, materiais hidráulicos, equipamentos operacionais e de telecomunicação, ferramental, materiais básicos de recomposição de passeios e asfalto, uniformes, materiais para escoramento de valas, sinalização, etc)</p> <p>Elaboração do Plano de Gestão Socioambiental"</p> <p>Mobilização Socioambiental</p> <p>Visitas personalizadas</p> <p>Reunião com parceiros</p>	<p>Negativos: -</p> <p>Positivos: -</p>	<p>Negativos: -</p> <p>Positivos: -</p>	<p>Negativos:</p> <p>Geração de expectativas negativas</p> <p>Positivos:</p> <p>Geração de expectativas positivas</p> <p>Geração de trabalho e renda com inclusão de gênero</p> <p>Aumento da conscientização sobre temas de saneamento devido as atividades de mobilização social.</p>	-	-	<p>Executar atividades de Diagnóstico Social e mobilização de forma alinhada com as diretrizes já existentes no Programa Engajar para Transformar.</p>

<p>Registro de adesões e atualizações cadastrais</p> <p>Ações sociais e ambientais</p>							
<p>Fase de Execução das Obras:</p> <p>Trata-se da etapa de implementação das ações corretivas:</p> <p>Religação,</p> <p>Retirada de fraudes em ramais, cavaletes e hidrômetros,</p> <p>Retirada de ligação clandestina e de by-pass,</p> <p>Substituição de Hidrômetros,</p> <p>Padronização e correção de cavaletes,</p> <p>Execução de ligações novas,</p> <p>Execução de rede para implantação de novas ligações, inclusive em vieiras,</p> <p>Interligações de redes.</p> <p>Recomposição de pavimento,</p> <p>Execução de sondagens (caso necessário)</p>	<p>Negativos:</p> <p>Os impactos negativos ao meio físico - se verificados - são decorrentes apenas da atividade de “Execução de rede para implantação de novas ligações”</p> <p>Indução de processos erosivos</p> <p>Assoreamento de corpos d’água próximos das intervenções</p> <p>Alteração da qualidade do ar por geração de poeira decorrentes das obras</p> <p>Contaminação do solo por descarte inadequado de resíduos sólidos</p> <p>Contaminação do solo e corpos hídricos por destinação inadequada de efluentes sanitários</p> <p>Positivos: -</p>	<p>Negativos:</p> <p>Os impactos negativos ao meio biótico - se verificados - serão decorrentes apenas da atividade de “Execução de rede para implantação de novas ligações”</p> <p>Supressão de vegetação</p> <p>Interferência em APP</p> <p>Positivos: -</p>	<p>Negativos:</p> <p>Alteração no tráfego de veículos e pedestres.</p> <p>Alteração do uso e ocupação do espaço público.</p> <p>Incômodo por ruído e poeira.</p> <p>Incômodos e impactos em áreas comerciais, com restrições temporárias de acesso e consequente redução de rendimentos em estabelecimentos de comércio e serviços.</p> <p>Aumento de acidentes para pedestres.</p> <p>Impactos à saúde e segurança de trabalhadores(as) por acidentes e/ou doenças ocupacionais.</p> <p>Impactos no bem-estar dos trabalhadores(as), relacionados com condições de trabalho inadequadas.</p> <p>Cessão de uso, servidão de passagem, ou reassentamento temporário pouco significativo de imóveis particulares para construção de obras.</p> <p>Interferência em imóveis tombados pelo IPHAN e institutos estaduais de gestão de patrimônio histórico e cultural.</p> <p>Possibilidade de conflitos com moradores e comunidades em decorrência dos incômodos causados pelas obras</p>	<p>Negativos:</p> <p>Implementar, nos editais de contratação, as Cláusulas Ambientais e Sociais Obrigatórias, previstas no item 7.4.1 deste MGAS</p> <p>Implantar sistemas de drenagem temporários ou permanentes para disciplinar o escoamento superficial, conforme preconizado no projeto de engenharia</p> <p>Implantar monitoramento sistemático e de controle dos processos de dinâmica superficial, promovendo medidas preventivas e corretivas</p> <p>Incluir procedimentos sobre redução da geração de material particulado no Plano de Gestão Socioambiental.</p> <p>Incluir procedimentos sobre gerenciamento de resíduos sólidos no Plano de Gestão Socioambiental</p> <p>Incluir procedimentos sobre gerenciamento de efluentes sanitários Plano de Gestão Socioambiental.</p>	<p><u>Garantir que os órgãos de controle tenham sido adequadamente informados sobre ações de supressão de vegetação, interferências em APP e espécies ameaçadas de extinção/protegidas.</u></p> <p><u>Produzir documentação exigida órgãos de controle para ações de supressão de vegetação, interferências em APP e espécies ameaçadas de extinção/protegidas.</u></p> <p><u>Iniciar atividades de supressão de vegetação e interferências em APP apenas após obtenção de autorização dos órgãos de controle, nos casos onde existe esta exigência.</u></p> <p>Adotar, sempre que possível, a modalidade de compensação por replantio, em casos de supressão de vegetação. Recomenda-se evitar a adoção da modalidade de pagamento devida a compensação pela supressão de vegetação.</p> <p><u>Limitar a supressão de vegetação - se necessário - às áreas estritamente necessárias</u></p> <p>Realizar o monitoramento da qualidade</p>	<p><u>Incluir procedimentos sobre tráfego de veículos no Plano de Gestão Socioambiental.</u></p> <p><u>Incluir procedimentos sobre saúde e segurança de trabalhadores no Plano de Gestão Socioambiental</u></p> <p>Monitorar o atendimento aos limites de nível de ruído e de horários estabelecidos pela legislação vigente, com uso de equipamentos e métodos com capacidade de emissão reduzida de ruídos;</p> <p>Incluir procedimentos sobre gerenciamento de ruídos no Plano de Gestão Socioambiental.</p> <p><u>Aplicar a Norma de Procedimento NP-CSMG-2019 -016/1 da COPASA para intervenções com potencial de interferência em sítios históricos, culturais ou arqueológicos.</u></p> <p><u>Aplicação dos procedimentos gerais da COPASA e atendimento à legislação brasileira em caso de necessidade de cessão de uso e servidão de passagem.</u></p> <p><u>Executar atividades de Diagnóstico Social e mobilização de forma alinhada com as diretrizes já existentes no Programa Engajar para Transformar</u></p> <p><i>Medida potencializadora: Capacitação e contratação de mão-de-obra local que possa ser absorvida na fase de implantação de obras com geração de igualdade de oportunidades para as mulheres trabalhadoras, quando pertinente.</i></p>	

				<p>Positivos:</p> <p>Geração de trabalho e renda com inclusão de gênero</p> <p>Melhoria no abastecimento com pressões mais regulares</p>		<p>ambiental de corpos hídricos próximos das intervenções</p>	
	<p>Fase de Operação</p> <p>Monitoramento do consumo mensal, de usuários inadimplentes, de irregularidades nos ramais e/ou hidrômetros, de ligações clandestinas, da qualidade do cadastro comercial e da qualidade das obras e serviços executados</p>	<p>Negativos:</p> <p>Contaminação do solo por descarte inadequado de resíduos sólidos (decorrente da atividade adequações nas obras realizadas, quando e se necessário)</p>	<p>Negativos: -</p> <p>Positivos: -</p>	<p>Negativos:</p> <p>Impactos à saúde e segurança de trabalhadores por acidentes e/ou doenças ocupacionais</p> <p>Positivos:</p> <p>Melhoria na qualidade de vida e infraestrutura urbana dos moradores contemplados com as obras.</p>	<p>Implementar um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para a fase de operação.</p>	<p>Realizar o monitoramento da qualidade ambiental de corpos hídricos próximos das intervenções</p>	<p><u>Realizar o monitoramento das questões relativas à saúde e segurança dos trabalhadores, por meio de ferramentas e programas já existentes, como:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Programa de Gerenciamento de Risco - PGR</u> • <u>Programa Acidente Zero</u> • <u>Programa de Controle Médico e Segurança Ocupacional - PCMSO</u> • <u>Programa Promoção da Saúde e Bem-Estar no Trabalho</u>

Intervenções Típicas	Fase do projeto	Impactos		Medidas Mitigadoras			
<p>2.4 Obras relacionadas à redução de perdas aparentes em áreas de vulnerabilidade social (aglomerados subnormais)</p>	<p>Fase de Planejamento</p>	<p>Negativos: -</p> <p>Positivos: -</p>	<p>Negativos: -</p> <p>Positivos: -</p>	<p>Negativos:</p> <p>Geração de expectativas negativas</p> <p>Conflitos em comunidades violentas e/ou dominadas pelo crime organizado na etapa de mobilização.</p> <p>Positivos:</p> <p>Geração de expectativas positivas.</p> <p>Geração de trabalho e renda com inclusão de gênero</p>	-	-	<p><u>Executar atividades de Diagnóstico Social e mobilização de forma alinhada com as diretrizes já existentes no Programa Engajar para Transformar.</u></p> <p><u>Elaborar diagnósticos e mapeamentos específicos, ajustados para o contexto local, buscando articulação de parcerias com lideranças e projetos sociais pré-existent nas comunidades.</u></p> <p>Orientar as empresas contratada que as ações relacionadas ao Programa que utilizem mão de obra de mulheres em áreas de vulnerabilidade social em local distinto de suas comunidades de origem</p>

							tenham realizado os procedimentos, previstos no Plano de Ação de Gênero deste MGAS, relacionados à prevenção da violência de gênero no trabalho em áreas de vulnerabilidade social.
	Fase de Execução das Obras:	<p>Negativos:</p> <p>Os impactos negativos ao meio físico - se verificados - são decorrentes apenas da atividade de "Execução de rede para implantação de novas ligações"</p> <p>Indução de processos erosivos</p> <p>Assoreamento de corpos d'água próximos das intervenções</p> <p>Alteração da qualidade do ar por geração de poeira decorrentes das obras</p> <p>Contaminação do solo por descarte inadequado de resíduos sólidos</p> <p>Contaminação do solo e corpos hídricos por destinação inadequada de efluentes sanitários</p> <p>Positivos: -</p>	<p>Negativos:</p> <p>Os impactos negativos ao meio biótico - se verificados - serão decorrentes apenas da atividade de "Execução de rede para implantação de novas ligações"</p> <p>Supressão de vegetação</p> <p>Interferência em APP</p> <p>Positivos: -</p>	<p>Negativos:</p> <p>Alteração no tráfego de veículos e pedestres.</p> <p>Alteração do uso e ocupação do espaço público.</p> <p>Incômodo por ruído e poeira.</p> <p>Incômodos e impactos em áreas comerciais, com restrições temporárias de acesso e consequente redução de rendimentos em estabelecimentos de comércio e serviços.</p> <p>Risco à vida e integridade física de trabalhadores(as) em áreas violentas e/ou dominadas pelo crime organizado.</p> <p>Aumento de acidentes para pedestres.</p> <p>Impactos à saúde e segurança de trabalhadores(as) por acidentes e/ou doenças ocupacionais.</p> <p>Impactos no bem-estar dos trabalhadores(as), relacionados com condições de trabalho inadequadas.</p> <p>Cessão de uso, servidão de passagem, ou reassentamento temporário pouco significativo de imóveis particulares para construção de obras.</p> <p>Interferência em imóveis tombados pelo IPHAN e institutos estaduais de gestão de patrimônio histórico e cultural.</p>	<p>Implementar, nos editais de contratação, as Cláusulas Ambientais e Sociais Obrigatórias, previstas no item 7.4.1 deste MGAS</p> <p>Implantar sistemas de drenagem temporários ou permanentes para disciplinar o escoamento superficial, conforme preconizado no projeto de engenharia</p> <p>Implantar monitoramento sistemático e de controle dos processos de dinâmica superficial, promovendo medidas preventivas e corretivas</p> <p>Incluir procedimentos sobre redução da geração de material particulado no Plano de Gestão Socioambiental.</p> <p>Incluir procedimentos sobre gerenciamento de resíduos sólidos no Plano de Gestão Socioambiental</p> <p>Incluir procedimentos sobre gerenciamento de efluentes sanitários Plano de Gestão Socioambiental;</p>	<p><u>Garantir que os órgãos de controle tenham sido adequadamente informados sobre ações de supressão de vegetação, interferências em APP e espécies ameaçadas de extinção/protegidas.</u></p> <p><u>Produzir documentação exigida órgãos de controle para ações de supressão de vegetação, interferências em APP e espécies ameaçadas de extinção/protegidas.</u></p> <p><u>Iniciar atividades de supressão de vegetação e interferências em APP apenas após obtenção de autorização dos órgãos de controle, nos casos onde existe esta exigência.</u></p> <p>Adotar, sempre que possível, a modalidade de compensação por replantio, em casos de supressão de vegetação. Recomenda-se evitar a adoção da modalidade de pagamento devida a compensação pela supressão de vegetação.</p> <p><u>Limitar a supressão de vegetação - se necessário - às áreas estritamente necessárias</u></p> <p>Realizar o monitoramento da qualidade ambiental de corpos</p>	<p><u>Incluir procedimentos sobre tráfego de veículos no Plano de Gestão Socioambiental.</u></p> <p><u>Incluir procedimentos sobre saúde e segurança de trabalhadores no Plano de Gestão Socioambiental</u></p> <p>Monitorar o atendimento aos limites de nível de ruído e de horários estabelecidos pela legislação vigente, com uso de equipamentos e métodos com capacidade de emissão reduzida de ruídos;</p> <p>Incluir procedimentos sobre gerenciamento de ruídos no Plano de Gestão Socioambiental.</p> <p><u>Aplicar a Norma de Procedimento NP-CSMG-2019 -016/1 da COPASA para intervenções com potencial de interferência em sítios históricos, culturais ou arqueológicos.</u></p> <p><u>Aplicação dos procedimentos gerais da COPASA e atendimento à legislação brasileira em caso de necessidade de cessão de uso e servidão de passagem.</u></p> <p><u>Executar atividades de Diagnóstico Social e mobilização de forma alinhada com as diretrizes já existentes no Programa Engajar para Transformar</u></p> <p><u>Manter a implementação de diagnósticos e mapeamentos específicos, ajustados para o contexto local, buscando articulação de parcerias com lideranças e projetos sociais pré-existent nas comunidades.</u></p> <p>Executar os procedimentos, previstos no Plano de Ação de Gênero deste MGAS, relacionados à prevenção da violência de gênero no</p>

			<p>Conflitos com moradores e comunidades em decorrência dos incômodos causados pelas obras</p> <p>Positivos:</p> <p>Geração de trabalho e renda com inclusão de gênero</p>		<p>hídricos próximos das intervenções</p>	<p>trabalho em áreas de vulnerabilidade social.</p> <p><i>Medida potencializadora: <u>Capacitação e contratação de mão-de-obra local que possa ser absorvida na fase de implantação de obras com geração de igualdade de oportunidades para as mulheres trabalhadoras, quando pertinente.</u></i></p>
	Fase de Operação	<p>Negativos: -</p> <p>Positivos: -</p>	<p>Negativos: -</p> <p>Positivos: -</p> <p>Negativos:</p> <p>Impactos à saúde e segurança de trabalhadores por acidentes e/ou doenças ocupacionais</p> <p>Positivos:</p> <p>Melhoria na qualidade de vida e infraestrutura urbana dos moradores contemplados com as obras.</p> <p>Ampliação de acesso a direitos e garantias básicas, por meio da regularização da ligação e obtenção de comprovante de endereço</p>	<p>Implementar um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para a fase de operação.</p>	<p>Realizar o monitoramento da qualidade ambiental de corpos hídricos próximos das intervenções</p>	<p><u>Realizar o monitoramento das questões relativas à saúde e segurança dos trabalhadores, por meio de ferramentas e programas já existentes, como:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Programa de Gerenciamento de Risco - PGR</u> • <u>Programa Acidente Zero</u> • <u>Programa de Controle Médico e Segurança Ocupacional - PCMSO</u> • <u>Programa Promoção da Saúde e Bem-Estar no Trabalho</u>

Anexo III - Alinhamento dos projetos com a Taxonomia da União Europeia

Na Tabela a seguir são apresentadas as análises do alinhamento dos projetos elegíveis com a Taxonomia da União Europeia¹⁰³, itens ‘*Construction, extension and operation of waste water collection and treatment*’¹⁰⁴ e ‘*Construction, extension and operation of water collection, treatment and supply systems*’¹⁰⁵.

Tabela 8 - Alinhamento dos projetos com os critérios de ‘Contribuição Substancial à Mitigação das Mudanças Climáticas’ e DNSH da Taxonomia da União Europeia

Contribuição Substancial à Mitigação das Mudanças Climáticas	Atendimento
<p>O consumo líquido de energia da estação de tratamento de águas residuais é igual ou inferior a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 35 kWh por população equivalente (e.p.) por ano para capacidade de tratamento abaixo de 10.000 e.p.; - 25 kWh por população equivalente (e.p.) por ano para capacidade de tratamento entre 10.000 e 100.000 e.p.; - 20 kWh por população equivalente (e.p.) por ano para capacidade de tratamento acima de 100.000 e.p. <p>O consumo líquido de energia da operação da estação de tratamento de águas residuais pode levar em conta medidas que diminuem o consumo de energia relacionadas ao controle de fonte (redução de águas pluviais ou cargas de poluentes) e, conforme apropriado, geração de energia dentro do sistema (como energia hidráulica, solar, térmica e eólica).</p>	<p>Atendido: De acordo com os dados fornecidos pela COPASA, o consumo de energia das ETEs foi de 27.539.092 kWh/ano (dados SICOE 2023) e 8,3 milhões de pessoas foram atendidas pelo serviço de esgoto. Dessa forma, a empresa realizou uma estimativa do consumo líquido de energia da estação de tratamento de águas residuais, que resultou em 3,30 kWh por e.p.</p> <p>Sendo assim, a partir dos dados fornecidos, verifica-se que o critério da Taxonomia foi atendido.</p>
<p>Para a construção e extensão de uma estação de tratamento de águas residuais ou de uma estação de tratamento de águas residuais com um sistema de coleta que estão substituindo sistemas de tratamento com maior intensidade de emissão de GEE (como fossas sépticas, lagoas anaeróbias), uma avaliação das emissões diretas de GEE é realizada. Os resultados são divulgados aos investidores e clientes sob demanda.</p>	<p>Não atendido: De acordo com a COPASA, a avaliação das emissões diretas de GEE das Estações de Tratamento de Esgoto é realizada anualmente através do Inventário de GEE da Companhia, e reportada aos investidores e demais interessados via Plataforma CDP e o Programa Brasileiro GHG Protocol.</p>

¹⁰³ <https://ec.europa.eu/sustainable-finance-taxonomy/taxonomy-compass>
¹⁰⁴ <https://ec.europa.eu/sustainable-finance-taxonomy/activities/activity/320/view>
¹⁰⁵ <https://ec.europa.eu/sustainable-finance-taxonomy/activities/activity/318/view>

O sistema de abastecimento de água está em conformidade com um dos seguintes critérios:

- o consumo médio líquido de energia para abstração e tratamento é igual ou inferior a 0,5 kWh por metro cúbico de água fornecida. O consumo líquido de energia pode levar em conta medidas que diminuem o consumo de energia, como controle de fonte (entradas de carga poluente), e, conforme apropriado, geração de energia (como energia hidráulica, solar e eólica);
- o nível de perda é calculado usando o método de classificação do Índice de Perda de Infraestrutura (ILI) e o valor limiar é igual ou inferior a 1,5, ou é calculado usando outro método apropriado e o valor limiar é estabelecido de acordo com o Artigo 4 da Diretiva (UE) 2020/2184 do Parlamento Europeu e do Conselho. Esse cálculo deve ser aplicado em toda a extensão da rede de abastecimento (distribuição) de água onde os trabalhos são realizados, isto é, ao nível de zona de abastecimento de água, áreas medidas por distrito (DMAs) ou áreas gerenciadas por pressão (PMAs).

Contribuição Substancial à Adaptação Climática

Foram implementadas soluções físicas e não físicas ("soluções de adaptação") que reduzem substancialmente os riscos climáticos físicos mais importantes que são materiais para essa atividade.

No entanto, o Inventário de GEE da empresa não é exclusivamente referente às Estações de Tratamento de Esgoto. Portanto, o critério da Taxonomia não é atendido.

Não atendido: De acordo com a COPASA, o consumo médio líquido de energia para abstração e tratamento resultou em 0,82 kWh por m³ (900.096.875 kWh - dados SICOE 2023/3.000.860 m³/d x 365 dias). Como medidas de diminuição do consumo de energia, a Companhia indicou executar um Programa de Perdas e Eficiência Energética.

O índice de perdas na distribuição da COPASA foi de 38,6% em 2023. Este índice não é calculado através do método de classificação do Índice de Perda de Infraestrutura (ILI).

Sendo assim, considerando que não o indicador de consumo médio líquido de energia para abstração e tratamento indicado pela COPASA é acima de 0,5 kWh por metro cúbico de água fornecida e que o índice de perdas na distribuição não segue a mesma metodologia que indicada pela Taxonomia, consideramos que o critério não é atendido.

Atendimento

Parcialmente atendido: A COPASA executa o Programa Pró-Mananciais¹⁰⁶, que tem com o objetivo recuperar e preservar as microbacias hidrográficas e área de recarga de mananciais superficiais e subterrâneos onde a companhia capta água para o abastecimento público, através de tecnologias baseadas na natureza e parcerias com demais atores locais, favorecendo a promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Para a COPASA, a recuperação da vegetação é um dos pilares do Programa, contribuindo na ampliação de áreas de refúgios biológicos, no sequestro de gases de efeito estufa, minimizando os efeitos das mudanças climáticas e na melhoria da qualidade e quantidade da água gerando redução de custos de investimentos e manutenção dos sistemas.

Apesar disso, não foram fornecidas evidências de que foi realizada avaliação dos riscos climáticos físicos materiais para a operação da empresa.

¹⁰⁶ https://www.arsae.mg.gov.br/images/documentos/audiencia_publica/15/ProMananciais.pdf

Dessa forma, apesar do Programa Pró-Mananciais contar com soluções de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, seria importante que a COPASA realize um estudo de riscos climáticos mais amplo para avaliar se a implementação de outras soluções deveriam ser implementadas para reduzir os riscos identificados.

Os riscos climáticos físicos que são materiais para a atividade foram identificados a partir dos listados no Apêndice A do Anexo (<https://ec.europa.eu/sustainable-finance-taxonomy/assets/documents/CCM%20Appendix%20A.pdf>), realizando uma avaliação robusta de risco climático e vulnerabilidade com as seguintes etapas:

- triagem da atividade para identificar quais riscos climáticos físicos da lista no Apêndice A a este Anexo podem afetar o desempenho da atividade econômica durante sua vida útil esperada;
- quando a atividade é avaliada como estando em risco por um ou mais dos riscos climáticos físicos listados no Apêndice A a este Anexo, uma avaliação de risco climático e vulnerabilidade para avaliar a materialidade dos riscos climáticos físicos sobre a atividade econômica;
- uma avaliação das soluções de adaptação que podem reduzir o risco climático físico identificado.

A avaliação de risco climático e vulnerabilidade é proporcional à escala da atividade e seu tempo de vida esperado, de tal forma que:

- para atividades com um tempo de vida esperado de menos de 10 anos, a avaliação é realizada, pelo menos, usando projeções climáticas na menor escala apropriada;
- para todas as outras atividades, a avaliação é realizada usando a resolução mais alta disponível, projeções climáticas de última geração através da gama existente de cenários futuros consistentes com o tempo de vida esperado da atividade, incluindo, pelo menos, cenários de projeções climáticas de 10 a 30 anos para grandes investimentos.

As projeções climáticas e a avaliação dos impactos são baseadas nas melhores práticas e orientações disponíveis e levam em conta a ciência de ponta para análise de vulnerabilidade e risco e metodologias relacionadas, de acordo com os relatórios mais recentes do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, publicações científicas revisadas por pares e modelos de código aberto ou pagos.

As soluções de adaptação implementadas:

- não afetam negativamente os esforços de adaptação ou o nível de resiliência aos riscos climáticos físicos de outras pessoas, da natureza, do patrimônio cultural, de ativos e de outras atividades econômicas;

Não atendido: De acordo com a COPASA, para melhor avaliação da variabilidade climáticas, a partir dos municípios que forem contemplados, será possível estabelecer um plano de adaptação dentro da realidade dos projetos contemplados.

A partir do descritivo que consta no Apêndice A do Anexo de referência, a avaliação de risco climático e vulnerabilidade proporcional à escala da atividade e seu tempo de vida esperado, por município, não é prática da Companhia.

Apesar disso, a COPASA estabelece em sua Matriz de Riscos Corporativa, que é estabelecida com base na ISO 3100, em seu Risco nº 4, que a variabilidade climática é um dos fatores que impacta os sistemas de abastecimento de água, visto que interfere na disponibilidade hídrica dos mananciais.

Não atendido: A COPASA não realiza projeções climáticas e avaliação de impactos a partir da metodologia do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas.

Atendido: De acordo com a COPASA, como resposta ao principal fator de risco climático identificado para a empresa, a estiagem, estruturado o Programa Pró-Mananciais com o objetivo de recuperar e preservar as microbacias hidrográficas e área de recarga de mananciais superficiais e subterrâneos onde a companhia capta água para o

favorecem soluções baseadas na natureza ou dependem de infraestrutura azul ou verde na medida do possível;

- são consistentes com planos e estratégias de adaptação locais, setoriais, regionais ou nacionais;
- são monitoradas e medidas contra indicadores pré-definidos e ações corretivas são consideradas quando esses indicadores não são atendidos;
- quando a solução implementada é física e consiste em uma atividade para a qual critérios de triagem técnica foram especificados no Anexo A, a solução está em conformidade com os critérios técnicos de triagem para não causar danos significativos para essa atividade.

abastecimento público, através de tecnologias baseadas na natureza e parcerias com demais atores locais, favorecendo a promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Os resultados deste Programa são monitorados pela empresa; não afetam negativamente os esforços de adaptação ou o nível de resiliência aos riscos climáticos físicos de outras pessoas, da natureza, do patrimônio cultural, de ativos e de outras atividades econômicas.

Do no significant harm (DNSH)

Atendimento

Recursos Hídricos:

A atividade está em conformidade com os critérios estabelecidos no Apêndice B do Anexo (<https://ec.europa.eu/sustainable-finance-taxonomy/assets/documents/CCM%20Appendix%20B.pdf>). Quando as águas residuais são tratadas a um nível adequado para reutilização na irrigação agrícola, as ações de gerenciamento de risco necessárias para evitar impactos ambientais adversos foram definidas e implementadas.

Não aplicável: Os critérios estabelecidos no Apêndice B do Anexo de referência ou em outras normas da União Europeia não são os adotados na Companhia, que observa as leis, decretos e normas no Brasil.

Para acompanhamento da conformidade legal dos empreendimentos em operação e em implantação, a COPASA possui um Sistema de gestão de informações de recursos hídricos e ambientais (GERHA), que é uma ferramenta desenvolvida com o objetivo de permitir o melhor gerenciamento de informações dos processos ambientais, incluindo a gestão dos processos de regularização ambiental dos empreendimentos da empresa, monitoramento dos mananciais, e demais ações ambientais, além de permitir o lançamento georreferenciado e controle das ações ambientais desenvolvidas no pelo Programa Pró-Mananciais.

A COPASA também atua no processo de identificação dos aspectos e impactos socioambientais, de forma estruturada, através do PAMDA (Plano Anual de Melhoria do Desempenho Socioambiental) em suas diversas Unidades de Negócio, que são acompanhados através do MISA (Indicador de Mitigação de Impactos Socioambientais). O monitoramento é feito de forma a avaliar os planos de ação propostos e propor melhorias a cada ciclo, de forma a mitigar os impactos negativos relacionados.

Por fim, a COPASA também instituiu o Programa de Conformidade Ambiental Total, que tem como objetivo promover a mudança de cultura e integração entre os processos da Companhia, com foco na regularização e conformidade ambiental, de modo a estabelecer procedimentos para mitigar, compensar e controlar os impactos ambientais, garantindo a sustentabilidade dos processos.

Prevenção da poluição:

As descargas para corpos receptores atendem aos requisitos estabelecidos na Diretiva do Conselho 91/271/CEE ou conforme exigido por disposições nacionais que estipulam níveis máximos admissíveis de poluentes provenientes de descargas em corpos receptores.

Medidas apropriadas foram implementadas para evitar e mitigar transbordamentos excessivos de águas pluviais do sistema de coleta de águas residuais, o que pode incluir soluções baseadas na natureza, sistemas de coleta de águas pluviais separados, tanques de retenção e tratamento do primeiro escoamento.

O lodo de esgoto é utilizado de acordo com a Diretiva do Conselho 86/278/CEE ou conforme exigido pela legislação nacional relativa à aplicação de lodo no solo ou qualquer outra aplicação de lodo no e sobre o solo.

Não aplicável: Os critérios estabelecidos em normas da União Europeia não são os adotados na Companhia, que observa as leis, decretos e normas no Brasil. No escopo da elaboração do MGAS foi realizado um estudo a respeito da legislação vigente no Brasil referente ao tema, tendo sido identificada conformidade por parte da COPASA.

Além disso, no documento foi indicado que os projetos avaliados no MGAS compreendem o atendimento aos requisitos da NAS3 (Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial - Eficácia no Uso dos Recursos e Prevenção e Gestão da Poluição) que estão disciplinados na legislação nacional.

Em relação ao lodo de esgoto, de acordo com o Relatório de Sustentabilidade¹⁰⁷ da COPASA, foi criado o Programa de Recebimento e Controle de Efluentes Não Domésticos (Precend), regulamentado pela ARSAE/MG, para monitorar, controlar e regulamentar o recebimento dos efluentes líquidos não domésticos provenientes de atividades operacionais de empresas, recebidos pela rede coletora de esgotos, visando assegurar a integridade das tubulações das Redes Coletoras, prevenir o lançamento de poluentes que passam pela Estação de Tratamento de Esgotos (ETE), que desequilibram o tratamento dos esgotos, e desta forma, viabilizar o atendimento aos padrões legais de lançamento do efluente final e lodos produzidos nas ETEs

Biodiversidade:

A atividade está em conformidade com os critérios estabelecidos no Apêndice D do Anexo: <https://ec.europa.eu/sustainable-finance-taxonomy/assets/documents/CCM%20Appendix%20D.pdf>.

Não aplicável: Os critérios estabelecidos no Apêndice D do Anexo de referência ou em outras normas da União Europeia não são os adotados na Companhia, que observa as leis, decretos e normas no Brasil. No escopo da elaboração do MGAS foi realizado um estudo a respeito da legislação vigente no Brasil referente ao tema, tendo sido identificada conformidade por parte da COPASA.

Além disso, no documento foi indicado que os projetos avaliados no MGAS compreendem o atendimento aos requisitos da NAS6 (Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial - Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável de Recursos Naturais Vivos) que estão disciplinados na legislação nacional. Vale ressaltar que as obras relacionadas ao Programa são relativamente simples e são executadas rotineiramente pela COPASA. Pela baixa complexidade das obras e por estas serem

¹⁰⁷ <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/8bdb3906-0618-4e78-bbe3-a0be9f02d8cc/29c8ec15-b721-a630-ee0a-d34283a681a0?origin=2>

executadas, em geral, em áreas já urbanizadas não são previstos impactos ambientais significativos associados ao Programa.



ERM
NINT

Rio de Janeiro | São Paulo | Bogotá | Quito

www.nintgroup.com